

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

ESPECIAL 13 Setembro de 1983

Fatos Destacados da Imprensa

KARDEX	(X)
TR. 100.00	(V)
XEROX	()
PREPARADA	()

TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL 1981

Biblioteca - Kolnani

(X) Cadastrado

(X) Processado



Agape Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Este Aconteceu Especial

Editor
Rubem T. de Almeida

Programa Visual
Anita Slade
Marta Braga

Revisão
Carlos Cunha

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Foto da Capa
Sidney Waismann

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação
R. Cosme Velho, 98 fundos Cosme Velho
tel (021) 205-5197

Sucursal SP. — Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP
tel (011) 66-7273

Impressão

Reproarte Comercial e Gráfica Ltda.
Rua do Acre, 44
tel (021) 263-4249

Números já publicados do Aconteceu Especial:

Trabalhadores 78 Especial 1
Trabalhadores 79 Especial 2
Trabalhadores 79 Especial 3
1980 ABC da Greve Especial 4
Novos Partidos Extraordinário
Greve dos Canaviais Especial 5
Povos Indígenas no Brasil 1980 Especial 6
Trabalhadores Urbanos no Brasil 1980 Especial 7
Uma Greve Pelo Direito ao Trabalho: FIAT 1981 Especial 8
Trabalhadores Rurais 1980 Especial 9
Povos Indígenas no Brasil 1981 Especial 10
Trabalhadores Urbanos no Brasil 1981 Especial 11
Povos Indígenas no Brasil 1982 Especial 12

Pedidos para Agape Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ

Aconteceu

O que é?

É o boletim semanal do CEDI, onde se encontram os fatos destacados da imprensa diária. Dirige-se aos trabalhadores do campo, aos operários, aos índios, às lideranças sindicais, aos agentes de pastoral visando informá-los do que se passa no Brasil, tocando, direta ou indiretamente, suas lutas e suas áreas de atuação.

Aconteceu Especial

Os números especiais do Aconteceu trazem um resumo das seções da edição semanal, complementando-se com notícias de outras fontes da imprensa, pequenos ensaios, comentários, documentos. São publicações anuais ou extraordinárias, quando determinados fatos tenham importância para aquelas lutas a que se dedica cada publicação. Solicitamos aos leitores que nos enviem por cartas suas críticas, sugestões e especialmente recortes, boletins, ou reproduções de notícias surgidas na imprensa local sobre o tema

3	Introdução
4	A Luta pela Terra
18	Itaipu: Vitória dos Colonos Desapropriados
24	A Luta pela Terra em Trindade <i>Nina Almeida Braga</i>
28	Ronda Alta
32	Os Colonos sem Terra de Ronda Alta <i>Cândido Grzybowski</i>
39	A Luta por Melhores Salários, Condições de Trabalho e Assistência
41	A Luta dos Canavieiros
44	A Campanha Salarial de 1981 na Zona da Mata de Pernambuco <i>Lúcia Sigaud</i>
47	Trabalhadores Enfrentam a Seca em Oito Estados
51	Usucapião: A Política do Estado e a Luta dos Trabalhadores Rurais
58	As Igrejas e a Questão da Terra no Brasil
60	Padres Franceses: Réus Fabricados
64	Movimento Sindical
68	A Questão Agrária na I CONCLAT <i>José Francisco da Silva</i> <i>Gelindo Zulmiro Ferri</i>

INTRODUÇÃO

As vitórias, confrontos e derrotas em decorrência das lutas que se vêm travando na área rural, continuam apontando para a necessidade de transformação da estrutura fundiária como solução para os problemas que afligem os trabalhadores rurais no Brasil. A necessidade de reforma agrária tem se colocado não só como reivindicação dos posseiros, arrendatários etc., mas também por trabalhadores assalariados e pequenos produtores, como condição essencial para a democracia e melhores condições de vida e trabalho no campo.

Este ACONTECEU ESPECIAL nº 12 TRABALHADORES RURAIS 81, é o trabalho final e organizado de notícias retiradas diariamente da grande imprensa sobre o desenrolar da luta dos trabalhadores rurais durante o período indicado. A conquista da terra constituiu o cerne das lutas que apresentou vitória significativa no sul do País com os "sem-terra" de Ronda Alta. Se o resultado final de Ronda Alta teve seu desfecho em 82, o ano de 81 foi o ano no qual a luta propriamente dita se travou. Outro exemplo de vitória é o de Trindade, onde caiçaras lutaram durante nove anos pela sobrevivência, ou seja, pela terra que tradicionalmente habitaram por três séculos pelo menos. A indenização mais justa pela desapropriação das terras inundadas pela binacional Itaipu, representa também uma conquista, embora parcial dos trabalhadores rurais. Ronda Alta e Trindade são apresentadas neste ACONTECEU ESPECIAL de forma detalhada, sobrepassando a cronologia da grande imprensa com artigos de pessoas que acompanharam de perto o desenrolar dessas lutas.

Avanço significativo no movimento dos trabalhadores rurais em 81 foi a greve vitoriosa dos canavieiros da Zona da Mata em Pernambuco. O artigo de análise que aqui apresentamos mostra, com maior detalhe, o encaminhamento daquele movimento grevista.

Em contrapartida a essas importantes e significativas vitórias, apresentamos uma cronologia sobre a prisão dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. Este foi um forte golpe contra a Igreja Católica, instituição do mais importante significado na sua condição de aliada, junto com outras Igrejas cristãs, à luta dos trabalhadores rurais.

Em contrapartida, ainda, o usucapião especial foi tema de debate conduzido no Congresso Nacional pelo Governo desviando a discussão dos problemas políticos rurais para a área jurídica. A questão exigiu dos setores que apóiam a luta dos trabalhadores rurais, pronunciamentos sobre o projeto, apontando suas falhas, possíveis avanços, enfim, interferindo indiretamente na elaboração do projeto final. Tais pronunciamentos chamaram a atenção para a situação real dos trabalhadores rurais e suas principais reivindicações, relativizando a questão jurídica. O projeto final aprovado levou em conta algumas das críticas feitas por aqueles setores; estas críticas estão sintetizadas na proposta da ABRA que segue com a cronologia do assunto.

O movimento sindical na área rural, por seu lado, se fortaleceu em 81. Isto se revela tanto a nível de STRs, apresentados na cronologia, como na participação dos trabalhadores rurais na I CONCLAT realizada no Estado de São Paulo. José Francisco da Silva e Gelindo Zulmiro Ferri, respectivamente presidente e secretário geral da CONTAG, fazem um relato sobre esse encontro e a inclusão nele das reivindicações dos trabalhadores rurais que reproduzimos na seção Movimento Sindical.

A LUTA PELA TERRA

Acre

Seringueiros embargam desmatamento

Vinte e um seringueiros, com seus instrumentos de trabalho e armas de caça, embargaram um desmatamento da *Fazenda Bordon* na defesa de suas posses. Obrigaram dois peões da fazenda a pararem uma derrubada na área. O gerente da fazenda aproveitou para denunciá-los à polícia, na tentativa de expulsá-los da região, acusando-os de haver tentado o homicídio dos testas-de-ferro da Fazenda. O Secretário de Segurança, conhecido como simpatizante do Grupo Bordon, mandou prender e processar os seringueiros. Ao saírem da prisão, longe de desânimo, continuaram unidos e firmes em suas posses. A repressão da Polícia reafirmou o lado em que ela e o Governo estão (O Trabalhador Rural – CONTAG – nº 2 – Dez./81).

Alagoas

JANEIRO

7

Denunciadas ameaças a agricultores

Cerca de 400 pequenos agricultores, arrendatários e posseiros do município alagoano de *União dos Palmares*, a 85 quilômetros de Maceió, pediram ontem ao delegado regional do Trabalho a intervenção no STR, alegando que estão ameaçados de expulsão das terras que ocupam há mais de 30 anos. Eles acusaram a diretoria do Sindicato, principalmente o presidente Florentino Izídio e seu irmão, Manoel Izídio, secretário da entidade, de não tomarem nenhuma posição para defendê-los da ameaça. Segundo um agricultor, “todos estão organizados para resistir a qualquer tentativa de expulsão das terras. E se for para morrer, vamos morrer lutando. Assim, todos vão saber do nosso drama e não deixarão nossos filhos morrerem de fome. É um absurdo e uma desumanidade porque parte de quem já tem terras até demais. Para que servem os meus 10 hectares para um homem que já tem milhares de tarefas de terra?”, pergunta o agricultor (ESP).

19

CODEVASF prejudica agricultores

Cerca de 700 pequenos e médios agricultores, que foram obrigados a vender suas terras à CODEVASF, querem tê-las de volta e brigam com a Companhia, alegando que cederam às propostas de venda confiando na promessa de receberem depois as terras beneficiadas com drenagem e irrigação para plantio de arroz. Na área do Vale do Boacica, no município de *Igreja Nova*, a 200 quilômetros de Maceió, a CODEVASF desapropriou seis milhões e quinhentos hectares de pequenos e médios agricultores, mas está enfrentando, na Justiça, os grandes proprietários, que se recusam a ceder suas terras (JB).

NOVEMBRO

15

Agricultores lutam para manter terra

Armados de escopetas, uma família de pequenos agricultores na região do *Baixo São Francisco* impediu que funcionários da CODEVASF demarcassem suas terras para desapropriá-las. Eles mantiveram os funcionários da CODEVASF e da empreiteira Taulhaber, que trabalha para a Companhia, presos em seus veículos. A confusão aconteceu embora a CODEVASF tivesse enviado de Brasília, como mediador do conflito, o próprio general Ismarth de Araújo Oliveira, que ordenou a suspensão da demarcação até que se chegue a um acordo com a família. Esse conflito deu-se no Projeto Boacica, onde a Companhia vem implantando um sistema de irrigação, drenagem e colheita de arroz em duas safras/ano (FSP).

Amazonas

JANEIRO

1

Posseiros acusam a FUNAI

A FETAG-AM alertou ontem para o perigo de um conflito armado entre posseiros e índios na região de Lambrea, município de *Alto Purus*, se a FUNAI não definir uma área para a fixação dos indígenas. Atualmente, os índios invadem e depredam, segundo a Federação, a área ocupada por centenas de posseiros que já desenvolveram projetos agrícolas de pequeno ciclo (ESP).

DEZEMBRO

Os diversos problemas no Amazonas

No município de *Tefé*, nas localidades de Xidarini, Turé, Uixi, São João do Ananaz, São Miguel do Ananaz, Retiro Joaquim, Maçarico, Primavera, Cauri, Bom Futuro, Fortim, Manuan, Vila Jurema e Alvarães, 1.120 famílias estão sendo pressionadas para abandonarem suas posses.

No município de *Anori*, 100 famílias estão sendo coagidas por vereadores do PDS e pelos comerciantes João Correa Pinheiro e Sebastião Pacheco Telles, os quais, com a intervenção da corporação policial local, violam casas, agredem trabalhadores e se apropriam de sua produção para, em seguida, mandarem prender trabalhadores e dirigentes sindicais.

Em *Manacapuru*, na localidade denominada Piquiá, 13 famílias foram despejadas através de um processo de Reintegração de Posse completamente desordenado e ilegal.

No município de *Itacoatiara*, nas localidades Beija-Flor, Cainamã e Lago do Pahi, 109 famílias estão sendo vítimas das mais



Lourdes Grzybowski

graves pressões, que culminaram com o assassinato de um trabalhador em sua própria roça. No mesmo município, no Lago do Pahi, Manuel Antônio Velez, boliviano, valendo-se do corpo policial, ameaça de despejo 38 famílias, tendo provocado invasão de domicílio e prisão de trabalhadores, com o total conhecimento do Instituto de Terras do Estado.

No município de *Maués*, nas localidades Vila Fátima, Maués-Mirim, Pupunhal e Moraes, 307 famílias são constantemente ameaçadas por Carlos Esteves Neto e o grupo paranaense SAFRITA SA., que abrem piques nos roçados dos trabalhadores, sem que nem a Prefeitura nem o Instituto de Terras do Amazonas intervenham para coibir tais abusos.

Em *Boca do Acre*, num patrimônio da União, os trabalhadores ainda aguardam medidas de discriminação de terras através do Projeto Piloto. Enquanto isso, os trabalhadores estão sendo vítimas de novas investidas dos grileiros (O Trabalhador Rural – CONTAG – nº 2 – Dez./81).

Bahia

JANEIRO

3

Lavradores reclamam de injustiça

Com a participação dos bispos D. José Rodrigues e D. Jairo Matos, cerca de dois mil lavradores, agentes pastorais e religiosos das dioceses de Juazeiro e Senhor do Bonfim realizaram dia 1º, na praça da matriz do município de *Jaguarari*, no sertão da Bahia, uma concentração de solidariedade aos posseiros da Fazenda Flamengo e “contra as injustiças no campo”. Na Fazenda Flamengo, onde residem 100 famílias, há um conflito pela posse de 2 mil hectares. Os lavradores acusam o fazendeiro Paulo Roberto Vicente de Paula de ocupar as terras, utilizando-se de uma escritura falsa, e destruíram oito fornos de carvão vegetal. O Sr. Paulo Roberto, em resposta, acusa os religio-

sos de estarem preparando um levante de lavradores contra o governo (JB).

17

Lavradores acusam PM

Os lavradores Lúcio Dias Guimarães, do município de *Pindaí*, e Altamira Rosa Souza, de *Riacho Santana*, ambos no interior da Bahia, denunciaram ontem à FETAG, em Salvador, que integrantes da PM vêm dando cobertura às investidas de grileiros contra suas pequenas propriedades rurais e pediram providências da Secretaria de Segurança. Segundo Guimarães, o delegado de polícia de *Pindaí*, utiliza os dois únicos soldados da PM que servem na cidade (situada a mais de 800 quilômetros de Salvador) para acobertar as ações grileiras do ex-delegado local, Juventino José Santana. O lavrador disse que chegou a ser ameaçado de morte pelo ex-delegado. Já o delegado de *Riacho Santana* foi acusado de dar cobertura a Joaquim Cardoso para este grilar terras pertencentes à família de Altamira Rosa Souza. Segundo a denunciante, o delegado vem perseguindo várias pessoas de sua família, inclusive ela mesma e um sobrinho que deu entrada na Justiça a uma ação de manutenção de posse contra o grileiro (ESP).

24

Posseiro é morto na Bahia

Com quatro tiros de revólver calibre 38, um posseiro ainda não identificado pela polícia foi assassinado no último fim de semana em Monte Pascoal, no município baiano de *Porto Seguro*, a 704 quilômetros de Salvador. O autor do crime, o pistoleiro Aliomar Lima de Oliveira, foi detido minutos após o homicídio e confessou ter recebido, para matar o posseiro, vinte mil cruzeiros de dois fazendeiros, cujos nomes vêm sendo mantidos em sigilo pela polícia. A morte do posseiro agravou bastante o clima já tenso na região, em razão dos conflitos causados pela disputa de terra no extremo sul baiano (ESP).

25

FETAG: ninguém pune os grileiros baianos

Os posseiros não seriam mais expulsos de suas terras, os grileiros, poderosos ou não, iriam parar na cadeia. Com essa promessa, o governador da Bahia iniciou a sua segunda gestão à frente do governo da Bahia, em março de 1979, trazendo esperanças aos lavradores perseguidos. Quase dois anos depois, voltou a certeza de que nada mudaria mediante simples intervenção governamental: os posseiros continuaram a ser expulsos violentamente das áreas que ocuparam e nenhum grileiro sofreu penalidades e muito menos foi colocado na prisão, por mais evidentes que fossem os seus crimes. Rigorosamente, a situação dos lavradores piorou de 1979 até hoje. Essa é, pelo menos, a conclusão a que chega um dos advogados da FETAG-BA, Paulo Torres, que há mais de cinco anos se dedica a defender posseiros expulsos ou ameaçados pelos grileiros. O governo e a Justiça tinham razões de sobra para intervir na questão fundiária na Bahia. Há anos, sobretudo após 1970, o campo baiano, especialmente o Oeste do Estado, vive em quase permanente situação de conflito, não sendo pequeno o número de posseiros assassinados ou mesmo advogados. Os lavradores, expulsos de suas terras ou perdendo o emprego nas áreas de reflorestamento, estão invadindo terras devolutas, de que grandes fazendeiros se dizem proprietários. Não tem sido difícil, aliás, aos grileiros, chegar a um cartório e registrar as áreas que pretendem. O próprio diretor do INTERBA afirma que em Correntina, no oeste da Bahia, havia um loteamento de 80 mil hectares de terras devolutas, tendo como proprietários pessoas que sequer conheciam a Bahia. O Estado não sabe qual o total de terras devolutas, públicas ou privadas. Sabe apenas que imensidões de áreas estão, de acordo com os cartórios do interior, nas mãos de particulares (ESP).

30

Lavradores denunciam violências

Uma comissão de lavradores do município de *Nova Viçosa*, a 900 quilômetros de Salvador, representando cerca de 50 posseiros, foi ontem à capital baiana denunciar a invasão de suas terras pelo grileiro Rosalino Queiroz de Matos. Há algum tempo o problema entre posseiros e grileiro vem-se arrastando, e a FETAG-BA informava ontem que o Tribunal de Justiça já havia decidido em favor dos lavradores, anulando decisão do juiz da Comarca de Caravelas que havia dado ganho de causa ao grileiro. De acordo com a FETAG, muitos dos posseiros têm mais de 30 anos morando na região. Nos últimos dias, Rosalino Queiroz conseguiu reforço policial, apesar da decisão da Justiça, e desalojou todos os posseiros usando vários recursos violentos, ferindo, com queimaduras, o posseiro Noel Ferreira (ESP).

FEVEREIRO

18

Grilagem é denunciada

Com auxílio do escrivão da comarca e a cobertura da polícia, o fazendeiro Deusdeth Ribeiro de Souza está procurando ampliar sua propriedade de 15 hectares, no município baiano de *Morro do Chapéu*, a 387 quilômetros de Salvador, ao tentar abranger uma fazenda que fica a 18 quilômetros e onde residem mais de 300 posseiros. A denúncia foi feita ontem, na capital, por cinco lavradores da região, pelo presidente do STR do Morro do Chapéu, e pelo advogado dos posseiros (ESP).

MARÇO

25

Posseiros assinam documentos sob mira de fuzis

Um grupo de posseiros do povoado de Fazendinha, no município baiano de *Central*, denunciou ontem, em Salvador, que praticamente todos os 60 chefes das famílias ocupantes daquela área foram obrigados a assinar, sob a mira de fuzis, uma cópia da liminar de um mandado de manutenção de posse expedido pelo juiz da Comarca de Irecê, em favor de Hoel Ferreira de Carvalho. Segundo os posseiros, Carvalho era juiz na região, mas foi afastado da função pela Corregedoria da Justiça, por estar envolvido em irregularidades. Há dois anos, valendo-se de sua condição de ex-juiz e de sua ascendência sobre alguns serventuários da Justiça, conseguiu uma escritura falsa e, desde então, vem tentando apossar-se da área, ocupada há mais de 30 anos por estas famílias (ESP).

MAIO

17

Polícia expulsa posseiros

A Frente Nacional do Trabalho divulgou ontem, em São Paulo, denúncia do presidente do STR de *Iaçu*, segundo a qual 16 famílias foram despejadas arbitrariamente de suas propriedades, naquele município. Duas famílias, de acordo com a denúncia, tiveram suas posses e benfeitorias destruídas por oficiais de justiça, um pelotão de 12 homens da polícia de choque de Salvador e 8 jagunços do fazendeiro Edgar Cavalcanti Medrado, ligado à Polícia Civil da Bahia. As posses das 16 famílias integram uma gleba de 24 mil hectares da Fazenda Sítio Novo, no município de *Iaçu*, a 300 quilômetros de Salvador (FSP).

20

Liminar contra despejo de posseiros

O Tribunal de Justiça do Estado concedeu liminar no mandado de segurança impetrado pela FETAG-BA contra a decisão da Juíza Valquíria Sampaio, de Itaberaba, que mandou demolir casas e benfeitorias, construídas após 1978 por 16 posseiros da Fazenda Sítio Novo, no município de *Iaçu*. A decisão do Tribunal vai terminar com a vigília que quase mil trabalhadores e posseiros fazem desde sábado, na casa do presidente do STR de *Iaçu*, Andreino Sena, para impedir a execução da ordem judicial. Os conflitos de terras na região de *Iaçu* ocorreram há muitos anos e envolvem duas mil famílias de posseiros e as famílias Medrado e Magalhães, que se dizem proprietárias de cerca de 500 mil hectares. A área está sendo inventariada pelo INCRA para fins de reforma agrária (JB).

26

Vice-prefeito ameaça posseiros

Uma comissão de três posseiros, acompanhada do Padre João Sannig, vigário cooperador e membro da CPT de *Campo Formoso*, no interior da Bahia, esteve ontem em Salvador, denunciando o vice-prefeito João José Silva, de Pindobaçu, município vizinho a Campo Formoso, de tentar expulsar 70 famílias de posseiros das terras que ocupam, em alguns casos há 50 anos. João José, segundo a denúncia, comprou a posse de uma área de quatro mil hectares da fazenda Serra do São Francisco, em Campo Formoso, a 401 quilômetros de Salvador, e agora está cercando as plantações de todos os posseiros da área (ESP).

JUNHO

16

Fazendeiros acusados

Uma comissão de trabalhadores rurais do município de *Nazaré das Farinhas*, a 216 quilômetros de Salvador, denunciou ontem, nessa capital, o assassinato a tiros do lavrador Manuel Alvino do Nascimento, no fim de semana, pelos irmãos fazendeiros Dilson e Antônio de Souza Brito, que há dois anos disputam a posse de 60 hectares de terra da Fazenda Santa Sofia com 60 colonos da localidade. A comissão, formada por diretores do STR local, pela viúva e seus 10 filhos, com idade entre 2 e 17 anos, foi a Salvador fornecer também subsídios à FETAG-BA que pretende fazer um relato da situação ao INCRA e pedir a desapropriação da área (ESP).

19

Lavrador denuncia grileiro

O grileiro Francisco Camandaroba, o Chicão Camandaroba, do município de *Barra*, que se apresenta como corretor de imóveis, está ameaçando de despejo 130 famílias de lavradores que há 40 anos cultivam arroz, feijão, milho, cana e mandioca na localidade de *Baixão do Aleixo*. A denúncia foi feita pelo lavrador José Alves de Oliveira, que chegou a Brasília à procura de autoridades federais e políticos baianos, a fim de não perder suas terras. Tanto ele como os demais lavradores têm documentos e pagam imposto ao INCRA (JB).

23

Prefeito ameaçado

O prefeito do município de *Coribe*, no Além São Francisco, José Pereira Neto, denunciou ontem, em Salvador, que está sendo ameaçado de morte por 20 capangas do grileiro Jenner Pereira Rocha, por causa da disputa de terras entre o grileiro e 400 famílias de posseiros das Fazendas Reunidas Pai João e Formoso Agro-Pastoril, recentemente desapropriadas. A denúncia foi publicada, como matéria paga, num jornal da capital baiana. A nota foi em resposta a reportagens publicadas na semana passada no *Jornal da Bahia*, nas quais se afirmava que Coribe estava em "pé de guerra" porque os posseiros, instigados por José Pereira Neto, pelos padres e pelo STR, invadiriam as fazendas. O prefeito nega as acusações e diz que, em 1966, Jenner Rocha adquiriu "de forma fraudulenta" 15 mil hectares de terras e se apossou de mais 80 mil (ESP).

JULHO

1

Mais denúncias de grilagem

Oito denúncias de grilagem foram feitas ontem, em Salvador, à Comissão da Terra da seção baiana da OAB por cinco advogados da FETAG-BA. As acusações envolvem um vereador do PMDB, Murilo Leite, e um deputado do PDS, Jairo Azi, ex-presidente da CPI da grilagem na Assembléia Legislativa (FSP).

27

Escritura falsa contra posseiros

Com uma escritura forjada, o latifundiário José Gomes Guimarães está tentando vender 2 mil 900 hectares no município de *Iramaia*, o que deixaria 63 famílias de antigos posseiros — umas 300 pessoas — sob o risco de perderem suas terras. A denúncia foi feita à comissão especial de terras da seccional baiana da OAB, pelo secretário da subseção da OAB em Jequié (JB).

29

Vereador recorre à FETAG

O vereador do PMDB em Salvador e fazendeiro da Chapada Diamantina, Murilo Leite, voltou a pedir "ação urgente" da FETAG-BA para impedir "conflito de consequências imprevisíveis" entre forças policiais e cerca de 200 pessoas que ocuparam sua fazenda no município de *Iramaia*. O presidente da FETAG, Estêvão Nunes, afirmou que a entidade não se pode responsabilizar pelas 200 pessoas que nos últimos dias ocuparam a propriedade. A preocupação da FETAG, acrescentou, é apenas com os nove posseiros que ocupavam terras na fazenda antes dela ser adquirida pelo vereador, e que entraram com uma ação na Justiça reivindicando seus direitos (JB).

AGOSTO

8

PM prende camponeses

Quando se preparavam para invadir áreas da Fazenda Dadau, no município de *Iramaia*, sudoeste baiano, 19 trabalhadores rurais foram presos e levados para a delegacia de polícia de Jequié, cidade próxima, onde, até ontem, estavam sendo ouvidos pelo delegado regional. O grupo foi preso a pedido da juíza da comarca, por desrespeito à liminar de um mandado de manutenção de posse concedido por ela ao vereador do PMDB de Salvador, Murilo Leite, proprietário da fazenda (ESP).

14

Lavradores ameaçados

Sete dos 19 lavradores que estiveram presos na semana passada, sob a acusação de invadir a fazenda do vereador Murilo Leite (PMDB), denunciaram ontem, na sede da FETAG-BA, em Salvador, que foram maltratados e sofreram humilhações durante a prisão, na verdade uma operação de seqüestro coordenada por Leite, segundo eles. Os lavradores queriam garantias para voltar a Iramaia, onde se dizem ameaçados. Os diretores da FETAG responderam que viajarão para a área nos próximos dias para tentar uma solução (ESP).

SETEMBRO

9

Feridos de Iaçú serão mostrados

A FETAG-BA vai apresentar hoje, à imprensa, pelo menos um dos três lavradores feridos no último domingo, durante um ataque de jagunços a uma vila de casas de posseiros na Fazenda Bibiana, dentro dos 25 mil hectares de terras desapropriadas em março deste ano pelo Presidente da República no município de *Iaçú*, a 271 quilômetros de Salvador. Os atacantes foram cerca de 10 jagunços orientados pelo vaqueiro Valdevino Pereira, empregados da família Medrado, que há muitos anos disputa o domínio dessas terras com a família Magalhães. O presidente do STR de Iaçú, André Lino Souza Sena, confirmou a viagem de uma comissão de posseiros para Salvador, a fim de denunciar o ataque e pedir providências à Secretaria de Segurança Pública da Bahia (ESP).

27

Grileiros, uma ameaça na Bahia

No distrito de Sítio do Mato, região do Médio São Francisco, município de *Bom Jesus da Lapa*, a 902 quilômetros de Salvador, 79 pequenos e médios proprietários rurais, uma parte deles com terras doadas em 1965 pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, estão ameaçados por grileiros, segundo as de-

núncias do pastor presbiteriano José Cardoso, um dos atingidos. Dois desses proprietários já recorreram a instâncias judiciais e a decisão lhes foi favorável. O problema começou em 1974 e hoje a invasão atinge 46 mil hectares. O pastor apelou ao ex-presidente Geisel, falou diretamente com o então Ministro da Justiça e escreveu ao governador baiano pedindo providências. Tudo deu em nada devido à presença armada de jagunços dos grileiros em seus domínios (ESP).

NOVEMBRO

4

Denunciado ataque

O advogado do STR de *Iaçu*, Carlos Alberto Oliveira, comunicou à delegacia de polícia daquele Município que anteontem o fazendeiro Valdir Medrado, à frente de seis de seus empregados, ateou fogo à casa do colono Juraci dos Santos, revivendo o clima de tensão existente na área aonde milhares de posseiros lutam na Justiça pela posse da terra, contra duas famílias de fazendeiros: os Medrado e os Magalhães (ESP).

24

50 famílias pressionadas por jagunços

O bispo de Barreiras, dom Ricardo Weberger, denunciou ontem a pressão exercida por jagunços, a mando do fazendeiro Alfred Burke, que impediam o acesso de mais de 50 famílias a uma área que cultivam há cerca de 40 anos, no município de *São Desidério*, a quase mil quilômetros da capital. Ele informou o fato ao governador baiano e, no sábado, a polícia foi ao local e desarmou parte dos jagunços. Porém, horas depois, um avião começou a dar vôos rasantes sobre os lavradores, impedindo-os de voltar para a área. O bispo afirmou que nem todos os pistoleiros perderam suas armas, o que atemoriza os lavradores impossibilitando-os de trabalhar. A área, com quase 10 mil hectares, vem sendo disputada na Justiça, pelo fazendeiro, há cerca de três anos. Ele diz ter uma liminar concedida pela Comarca de Barreiras que lhe garante a posse do terreno, mas o bispo afirma que o Tribunal de Justiça do Estado a cancelou (JB).

DEZEMBRO

23

Fazendeiro alemão é morto a tiros

Dois homens chegaram de carro à casa do fazendeiro alemão Alfred Burke, no município de *Barreiras*, e o mataram com dois tiros à queima-roupa. Fugiram no mesmo carro dirigido por um terceiro homem. Burke estava envolvido em conflitos por posse de terra, em *São Desidério* e, mês passado, havia sido acusado de grilagem pelo bispo de Barreiras (JB).

25

Nova onda de crimes: terras

Nova onda de crimes ligados a conflitos pela posse da terra está causando intranquilidade no povoado baiano de *Eunápoles*, 600 quilômetros ao sul de Salvador. Dois posseiros da região que mataram um pistoleiro que os ameaçava, encontram-se encurralados há uma semana no escritório do advogado de ambos, jurados de morte por jagunços a serviço do fazendeiro Idelci Nogueira. A tensão é grande e ontem chegou à cidade um delegado de Segurança Pública para assumir o controle da situação. Por outro lado, a secção baiana da OAB pediu ao secretário de Segurança a substituição de todos os policiais civis

e militares da região. A OAB entende que por ter ligações com os pistoleiros e inclusive por manter acordos tácitos com eles, os policiais da região não podem dar segurança ao advogado Arnaldo Soares, contratado para defender os dois posseiros e também ameaçado de morte (ESP).

Ceará

No município de *Canindé*, policiais prenderam e espancaram trabalhadores assentados em áreas pertencentes ao Instituto de Terras do Ceará, ora cobiçadas por Raimundo Valdetário de Alencar que, na ocasião das prisões dos trabalhadores, estava acompanhado de jagunços, aos quais ordenou que espancassem os trabalhadores, ordem dada também aos policiais. Além desse caso, registra-se a existência de quatro áreas já desapropriadas, ainda não parceladas ou tituladas. São elas: a Fazenda Siupé, em *São Gonçalo do Amarante*; a Fazenda Capivara, em *Araçoiaba*; Fazenda Saco do Belém, em *Santa Quitéria* e Sítios Ingá e Fagundo, no município de *Parambu*. E, por fim, ainda existem onze processos tramitando na Justiça, a maioria deles envolvendo posseiros (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

Espírito Santo

DEZEMBRO

Na região de Comboios, abrangendo os municípios de *Linhares* e *Aracruz*, o IBDF desde 1974 tenta impedir que 54 posseiros cultivem as terras que ocupam há mais de 50 anos. Este conflito, que envolve responsabilidade também da FUNAI, pois, se de um lado é considerada área biológica, de outro é considerada área indígena, continua até hoje sem solução (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

Golás

JANEIRO

21

Pastoral defende posseiros

A CPT denunciou ontem que a empresa agropecuária Agropig, com sede no município de *Gurupi* no norte do Estado, "vem sistematicamente desrespeitando o direito dos posseiros às suas terras, garantido anteriormente por liminar do juiz de direito da comarca". A nota da CPT diz que os "tratores e trabalhadores da Agropig estão invadindo as posses dos lavradores" e pede a tomada de "providências enérgicas por parte das autoridades do Estado e do País". Lembra que a empresa, ao mesmo tempo que se beneficia dos incentivos fiscais, "desacata a decisão da Justiça" (JB).

FEVEREIRO

6

Pastoral denuncia ação de grileiros

A CPT denunciou, em nota à imprensa, a "atmosfera de terror criada pelos grileiros da região do *Bico do Papagaio*", no norte

de Goiás, que são constantemente atacados por jagunços. Nos povoados de Sumaúma e Juverlândia verificou-se recentemente um choque armado entre "pistoleiros de Edésio Ferreira de Souza" e posseiros. A nota acusa funcionários do GETAT de os acobertarem, tentando contestar os documentos que garantem a terra aos posseiros. "Trata-se de um novo método do Governo" — diz o documento — "que através dos grileiros espalha o terror onde quer e, através de órgãos como o GETAT, o DNOCS e a CODEVASF, limpa a área para instalar empresas (JB).

MARÇO

31

Violência no Araguaia

Em Goiânia, o secretariado nacional da CPT divulgou ontem relatório sobre "violentas pressões" que policiais militares, jagunços e funcionários do GETAT estão fazendo sobre dezenas de famílias do povoado de Centro dos Mulatos, município de *São Sebastião do Tocantins*, no extremo norte do Estado. Esse município se localiza no chamado "Bico do Papagaio", confluência dos rios Araguaia e Tocantins e divisa de Goiás com Maranhão e Pará. Os conflitos naquela área começaram em 1975, quando o fazendeiro Belisário Rodrigues da Cunha e Oliveira expulsou cerca de 600 famílias de posseiros, tendo acabado, inclusive, com o povoado de Campestre. Em julho do ano passado, o irmão de Belisário embargou os serviços de lavoura de vários posseiros, apresentando uma ordem do juiz de Araguaiana, João Batista de Castro Neto, que pouco depois foi afastado pelo Tribunal de Justiça de Goiás de sua competência sobre a comarca de Tocantinópolis, onde se situa a área conflituada. O Tribunal de Justiça alegou exatamente a atuação do juiz nos mandados contra os posseiros para afastá-lo. Segundo a CPT, esses conflitos se reacenderam nas últimas duas semanas, quando o fazendeiro trouxe 115 peões, a maioria do Piauí, ordenando-lhes que fizessem a derrubada da mata nos lotes dos posseiros. Estes conversaram com os peões e a maioria, que disse ter sido levada lá "enganada", desistiu de prosseguir o serviço. Dia 20, chegaram três funcionários do GETAT, ordenando aos posseiros para não embargarem a derrubada, pois Denerval e seu irmão tinham os títulos da terra. Os posseiros se negaram a atendê-los, alegando que "muitos títulos já apareceram nesta região e há muitos cartórios que vivem de fazer títulos", referindo-se à grilagem que campeia na região (ESP).

MAIO

17

Bispo denuncia jagunços

Em carta dirigida ao ministro da Justiça, o bispo de Porto Nacional, em Goiás, dom Celso Pereira, denunciou as pressões que jagunços da Fazenda Agropecuária Gurupi estão fazendo contra posseiros do município de *Peixe*, ao Norte da capital goiana. Segundo ele, existem na área cerca de 100 famílias cujas posses se deram por ocupação direta de terras devolutas, passando de pai para filho "em duas, três e até mais gerações". Nos últimos anos, de acordo com a carta do bispo, a empresa "vem tentando, de todas as maneiras, invadir ou comprar, em muitos casos sob coação, essas posses". D. Celso lembrou que a 4 de dezembro último, o juiz de direito de Gurupi, José Ronaldo Queiroz Santos, concedeu liminar de manutenção de posse em favor dos posseiros mas, mesmo assim, "as famílias não estão tendo tranquilidade para trabalhar na terra". A situação agravou-se neste mês quando apareceu na área um jagunço

conhecido como Meninão que, segundo D. Celso, chegou a dizer a várias pessoas, inclusive a um padre de Gurupi, que recebeu 1 milhão daquela fazenda "para cercar a terra dos posseiros e expulsá-los" (ESP).

JUNHO

30

GETAT favorece grileiros

O GETAT está sendo acusado pelos lavradores da região do *Bico do Papagaio*, de favorecer grileiros e grandes fazendeiros na distribuição de títulos pela posse da terra, notadamente nos povoados de Centro dos Mulatos e Sumaúma. "O GETAT dá toda cobertura para os grileiros, ajudado pela polícia e pelos jagunços", afirma um trecho do manifesto subscrito pela Comissão Organizadora sediada em Imperatriz, no Maranhão, acentuando: "Os grileiros andam pelos povoados acompanhados por funcionários do GETAT e da Polícia, obrigando os posseiros a assinarem papéis em branco, torturando, derrubando e queimando casas". A CPT de Porto Nacional, em Goiás lançou uma carta-denúncia de apoio aos posseiros desta região, contra a ação violenta e coercitiva dos irmãos Eelísário e Denerval Rodrigues (FSP).

JULHO

7

Grileiros invadem igreja

Um grupo de 50 pistoleiros invadiu, no domingo, a Igreja de *Augustinópolis*, no Norte de Goiás, disparou vários tiros e ameaçou o missionário leigo Nicola Arponi, da CPT, que estava reunido com lavradores da região dentro do templo. Os posseiros estavam discutindo com a comissão o problema fundiário da região considerada uma das mais violentas do País, por causa dos constantes conflitos pela posse da terra. A própria CPT denunciara recentemente a realização de uma "operação limpeza" em todo o Norte de Goiás, destinada a tirar os posseiros dos municípios da região, abrangendo Xambioá, Babuculândia, Tocantinópolis, Itaguatins, Sítio Novo, São Sebastião de Tocantinópolis, Araguatins e Axixá, onde ocorreu o incidente de domingo. A entidade afirma que o plano está sendo executado com a cobertura das autoridades da região e com a participação ostensiva dos grileiros que atuam na área. O missionário Nicola Arponi, é o mesmo que foi seqüestrado no ano passado na localidade de Sampaio por agentes da polícia (ESP).

SETEMBRO

5

A CONTAG denuncia violência de grileiros

A CONTAG alertou ontem o GETAT para o agravamento da situação dos posseiros da região do *Bico do Papagaio*, ao norte de Goiás, principalmente dos municípios de *Axixá*, *Araguatins*, *Itaguatins*, *Sítio Novo* e *Sebastião do Tocantins*, e também na região de *Imperatriz*, no Maranhão. No documento encaminhado à Unidade Fundiária do GETAT, no Araguaia, a CONTAG afirma que os posseiros vivem um clima de crescente tensão social, resultante de ameaças e violências praticadas por grileiros, através de pistoleiros, e da ação de policiais apoiando fazendeiros, acompanhados por funcionários do GETAT. No último dia 27, novos atos arbitrários e violentos agrediram a população do povoado de Sumaúma, em *Sítio Novo*, com a invasão de casas, apreensão de ferramentas de trabalho e ameaçadas

contra a vida dos trabalhadores, criando um clima de pânico entre os colonos". Para a CONTAG, ocorrências como essas, "só podem gerar a intranquilidade e a insegurança para milhares de famílias brasileiras, à beira do desespero, por terem na terra a única fonte de vida e de trabalho, num momento em que o êxodo rural é ainda mais desumano, tendo em vista o retorno dos trabalhadores dos grandes centros urbanos tangidos pelo desemprego". A CONTAG pede que seja apurada a responsabilidade de funcionários do GETAT (ESP).

OUTUBRO

6

Posseiros denunciam dono de cartório

Um grupo de posseiros do município de *Barro Alto*, a 200 quilômetros de Goiânia, esteve ontem, na Câmara dos Deputados, em Brasília, denunciando a ameaça que estariam sofrendo de "despejo em massa" da Fazenda Lagoa Seca, onde alguns nasceram e vivem há 78 anos até. A denúncia foi feita perante o vice-líder do PDT, partido que eles procuraram, e hoje deverá ser levada ao conhecimento do plenário. Segundo os termos da denúncia, o fazendeiro Roberto Serra Dourada, juntamente com seu pai — que é o titular do Cartório de Registros de Imóveis do Município — "fazem proezas estranhas contra os menos esclarecidos" (FSP).

7

Famílias despejadas continuam acampadas

Cinco das famílias despejadas da área da Fazenda de Tupaciretã, em *Conceição do Araguaia*, permanecem acampadas em frente ao prédio do GETAT, em Xinguará, à espera de uma solução. Outras famílias estão em casas de parentes e de amigos enquanto se informa, em Belém, que o GETAT estaria estudando a possibilidade de abrigá-las em duas glebas no próprio município de Conceição do Araguaia, no sul do Pará (ESP).

DEZEMBRO

19

Jagunços contra povoado

Um bando de jagunços contratado pelo grileiro Valdivino ameaça destruir o povoado de Joverlândia, no município de *Axixá*, extremo norte de Goiás, como represália aos posseiros que moram ali há mais de 30 anos. A denúncia foi feita nesta capital pelo presidente do PT, Athos Magno Costa e Silva, após visita de duas semanas àquela área. A CPT não tem, em Goiânia, dados precisos sobre a possibilidade de conflito. Um confronto entre posseiros e grileiros ocorreu no último dia 6, quando morreu o grileiro Nenê e desde então, na região, fala-se muito em represálias, que teriam o apoio do juiz de Direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto, personagem de outras denúncias deste tipo (JB).

Maranhão

Em *Esperantinópolis*, numa área já desapropriada, posseiros de dez a quarenta anos de posse estão sendo vítimas de manobras do INCRA que até o momento não lhes assegurou o assentamento.

No município de *Codó*, foi assassinado o delegado sindical Marcelo dos Santos. O crime foi praticado por pistoleiros e tem relação com um conflito de terras que envolve mais de 400 famílias. A área estava sendo pretendida por grileiros conhecidos na região por sua violência.

No município de *Imperatriz*, na localidade de São Pedro da Água Branca, Ararizon Mendonça, com a ajuda do GETAT, vem pressionando centenas de famílias que praticamente construíram o povoado e hoje estão proibidas de realizar plantações. Ararizon e seus "companheiros" continuam derrubando matas e semeando capim nas roças dos posseiros.

No município de *Coroatá*, nas localidades Pau de Cinza e São Raimundo, um vereador está tentando a tomada violenta da terra de dezenas de posseiros (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

JULHO

31

Violência

A CONTAG pediu ontem ao presidente da República uma solução para o problema fundiário surgido na região de *Santa Luzia*, onde foi assassinado o trabalhador rural Edson Rodrigues Moreira. Segundo a CONTAG nos últimos dois anos o proprietário da Fazenda São José, Fernando Vilela e pistoleiros que trabalham para ele, estabeleceram um clima de terror na região. No ano passado atiraram no trabalhador Anildo Rodrigues, irmão do delegado sindical Edval Rodrigues da Silva, e espancaram um outro trabalhador. O fazendeiro é dono de apenas 2.100 hectares mas vem tentando grilar uma extensa área de 12 mil hectares que era ocupada por 282 famílias de posseiros. Atualmente, restam 31 famílias, pois as demais não resistiram às perseguições e violências cometidas pelo fazendeiro. A CONTAG informou ainda que o delegado sindical na área só não morreu no domingo passado, porque se encontrava fora de casa no momento em que um pistoleiro foi até lá para matá-lo (ESP).

OUTUBRO

8

Posseiros ferem três pistoleiros

Ao resistir à ameaça de expulsão de suas terras e à queima de suas casas, um grupo de posseiros baleou três pistoleiros contratados por Valdir Jorge Melo, chefe político do PDS, no povoado de Alto Alegre, município de *Lago da Pedra*. O incidente veio agravar o conflito por posse de terras na região, denunciado recentemente em Brasília pelo bispo de Bacabal, D. Pascasio Retler, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência (JB).

14

Bispo de Bacabal faz denúncias

O bispo de Bacabal, D. Pascasio Retler, esteve ontem pela terceira vez, em menos de um mês, na chefia da Casa Civil da Presidência da República para denunciar os problemas fundiários de sua diocese. Desta vez ele entregou um relatório sobre a prisão de dez posseiros, detidos no dia 6 de outubro pela PM, quando trabalhavam na roça, no povoado de Alto Alegre, município de *Lago da Pedra*. Disse o bispo que "é a última vez que procuro as autoridades; se não tomarem providências, acho que vai ter muita morte, o que até agora consegui evitar". Os pistoleiros são prepostos do empreiteiro Valdir Jorge de Melo (FSP).

Mato Grosso

JANEIRO

26

Violência na expulsão de posseiros

Cerca de 600 posseiros que viviam na região de *Jina*, no entroncamento dos rios Aripuana e Juruína, foram expulsos de suas terras depois de um verdadeiro massacre (ESP).

FEVEREIRO

6

Grilagem

O lavrador Manoel Ferreira dos Santos, tesoureiro do STR de *São Félix do Araguaia*, divulgou ontem, em Goiânia, um abaixo-assinado de dezenas de posseiros da gleba Azulona-Gameleira que estão sendo ameaçados de expulsão pelo fazendeiro Ailon Vieira Diniz, residente em Brasília. O documento foi entregue à presidência do INCRA, em Brasília, onde Manoel dos Santos esteve em companhia de dois dos posseiros (ESP).

22

Dramática luta pela terra

Cerca de mil pessoas mortas e desaparecidas nos últimos anos. Este é o saldo da luta pela posse da terra que se vem processando, em níveis cada vez mais violentos, em todo o interior do Estado segundo estimativas da FETAG-MT. Conflitos atingem atualmente 115 áreas do Estado, dominadas por latifúndios que ocupam mais de 90% das áreas agrícolas. O governo estadual não sabe exatamente o que fazer para debelar os conflitos. De um lado, são 35 mil famílias de trabalhadores rurais — mais de 200 mil pessoas — tentando um lugar para assentar casa e roça de subsistência. Do outro lado, estão cerca de 1.200 jagunços e pistoleiros a serviço de seus patrões — latifundiários e empresas rurais — a contar ainda com o beneplácito e colaboração de considerável número de policiais. Os combates, intensificados nos últimos anos (em 73 eram 25 os focos de tensão e conflito, agora são 115, conforme relatório do governo estadual), invariavelmente provocam torturas, violências e massacres de que não escapam nem mesmo mulheres e crianças. Todos estão armados e até mesmo depósitos de armas sofisticadas compradas no Paraguai já foram descobertos em poder de pistoleiros que agem com crueldade, provocando reações violentas dos trabalhadores rurais que tentam defender o quase nada que possuem.

Esta violência, da qual o Estado de Mato Grosso é, seguramente, a região mais representativa em todo o País, poderia ser evitada se a concentração de terras não fosse tão grande: pelos dados disponíveis, oficiais, as 35 mil famílias de posseiros não necessitariam mais do que um milhão e 200 mil hectares de terras. É uma reivindicação pequena diante dos 87 milhões de hectares de terras do Estado e da enorme quantidade de áreas (90%) nas mãos das empresas rurais e dos latifundiários. A concentração de terras é flagrante: atualmente, 7 milhões de hectares de terras do Mato Grosso estão nas mãos de apenas 50 proprietários sulistas que não as exploram e apenas as usam para especulação. Os dados são do INCRA.

Estes "latifúndios por dimensão" ocupam 8% da área total do Estado, ou seja, quatro vezes a área ocupada pelos pouco mais de 30 mil minifúndios existentes no Estado (estes ocupam apenas 1 milhão e meio de hectares). Sempre segundo o INCRA, 66 milhões de hectares de terras pertencem a pouco mais de 15

mil proprietários que usam todos os recursos disponíveis — inclusive a violência encomendada a terceiros — para garantir uma propriedade que nem sempre possuem legalmente. A consequência disso é uma intensificação de conflitos, com centenas de crimes sendo cometidos impunemente e até sem qualquer registro.

A polícia, sempre chamada a intervir nos focos de tensão, em muitos casos registrados na FETAG, acaba, frequentemente, auxiliando jagunços e pistoleiros em prejuízo do trabalhador rural que, em alguns locais, está impedido de formar sindicato. E muitos policiais acabaram colocando-se de tal forma ao lado dos jagunços e grandes proprietários que, hoje em dia, não contam mais com a confiança de ninguém, muito menos das vítimas. O próprio governo estadual admite o excesso de abusos e a cada ano chega a expulsar quinhentos policiais da Força Pública de Mato Grosso "por indisciplina, abuso de autoridade e participação em crimes" conforme as autoridades. Mas em Mato Grosso, todo mundo sabe que cada policial expulso da Força Pública é um pistoleiro a mais a atuar no interior do Estado (FSP)

MARÇO

24

Clima de terror

A menor Marinês de Sousa, filha de um posseiro de *Pedra Preta*, morreu por falta de atendimento médico e recursos, porque seu pai foi impedido por policiais e jagunços, a serviço da Fazenda Paulista, de ir à cidade para procurar socorro. A morte da menor foi denunciada pelo padre Dionísio Kuduavicz, presidente regional da CPT. Segundo o padre, doze famílias de posseiros estão vivendo um clima de terror, sofrendo ameaças e violências não só dos jagunços contratados pelos proprietários da Fazenda Paulista mas também da polícia de Pedra Preta, a 250 quilômetros de Cuiabá. Os posseiros ocupam 50 hectares nas proximidades da Fazenda e estão sendo pressionados para que abandonem as terras. Os policiais, ainda de acordo com o padre Dionísio, têm adotado um "comportamento de provocação" para manter o clima sempre tenso (FSP).

ABRIL

14

Posseiros perseguidos

Três posseiros, que passaram o fim de semana encarcerados em Rondonópolis, denunciaram a perseguição que a polícia e o gerente Pedro Gregório da Silva, da Fazenda Paulista, vêm movendo contra eles e mais 12 colonos da região de *Pedra Preta*. Segundo a denúncia, esta é a quinta vez que a polícia de Pedra Preta, sob a jurisdição da Delegacia de Rondonópolis, prende camponeses nas terras cuja posse está sendo disputada pelo empresário paulista Paulo Batistela, proprietário da Fazenda Paulista, com mil hectares a 270 quilômetros de Cuiabá (FSP).

MAIO

30

Posseiros resistem

a despejo e matam PM

Cerca de 120 posseiros estão resistindo a um cerco policial iniciado anteontem na zona rural do município de *Araputanga*, a 400 quilômetros de Cuiabá. Segundo informações divulgadas

ontem à noite por fontes da PM e da Secretaria de Segurança Pública, pelo menos um soldado, dos cerca de 50 enviados para a área, já morreu. O tiroteio entre posseiros e policiais começou depois que o juiz da Comarca de Cáceres concedeu uma liminar de despejo contra 128 famílias que ocupam uma área de cinco mil hectares reclamada pelo fazendeiro Garon Maia (ESP).

JUNHO

10

Fazendeiro arma jagunços

O secretário de Segurança de Mato Grosso alertou ontem que "um verdadeiro exército" de jagunços está sendo armado na Fazenda Alvorada, propriedade de Garon Maia, para combater os 120 posseiros da localidade de *Araputanga* que há duas semanas resistiram à bala a uma liminar de despejo que não chegou a ser executada por policiais de Cáceres. A denúncia foi reforçada pelo presidente da FETAG-MT e pelo presidente do STR de Mirassol d'Oeste. O presidente da FETAG-MT acusa o INCRA de Cuiabá por um possível recrudescimento do conflito pelo fato do coordenador regional do órgão estar retardando o envio a Brasília do processo de desapropriação em favor dos posseiros e fez previsões bastante sombrias sobre a situação na região: "Tudo o que aconteceu foi apenas o começo de um conflito que pode gerar dezenas de mortes, caso o problema dos 128 posseiros de Araputanga não seja resolvido imediatamente", afirmou ele (FSP).

JULHO

4

Denunciada à CNBB ameaça a 68 famílias

Para evitar a expulsão de 68 famílias de terras no município de *São Félix do Araguaia*, Manoel Ferreira dos Santos, tesoureiro do STR, e o associado Sebastião Bezerra de Moura, entregaram ontem à tarde ao Pe. Mário Sampaio na CNBB, um documento denunciando a pressão que vêm sofrendo de fazendeiros. O documento, que aponta o fazendeiro Ailon Vieira Diniz, foi encaminhado também ao Ministério da Justiça, ao INCRA e à OAB, seção de Brasília. Em todos esses órgãos receberam a promessa de providências imediatas contra o fazendeiro, "que se diz proprietário dos 100 mil hectares ocupados por 68 famílias, ameaçadas de expulsão" (FSP).

14

Denunciado ex-funcionário do INCRA

O ex-funcionário do INCRA, José Barbosa dos Santos, foi apontado ontem, perante o coordenador regional do órgão, como o responsável pela expedição da ordem que ameaça de expulsão 26 famílias de posseiros da gleba Inácio Vieira. O posseiro Aparício Vileriano de Siqueira, um dos líderes da comitiva de 70 pessoas que chegou a Cuiabá para expor a "desesperadora situação", disse que o ex-funcionário do INCRA "mesmo sabendo que a área é devoluta, fez um grupo de posseiros assinar um documento que permitiu ao fazendeiro Pedro Paulo Ferreira reivindicar as terras para si". O posseiro deixou claro ao coordenador do INCRA a situação por que passam os posseiros ameaçados de expulsão: cinco famílias já foram despejadas — entre as quais dezesseis crianças e uma mulher com malária — enquanto o restante das famílias "passa fome diante das portas do STR de *Diamantino*" (FSP).

AGOSTO

8

Posseiro denuncia seqüestro

O Secretariado Nacional da CPT recebeu ontem, em Goiânia, cópia de uma carta do posseiro José Rocha, que denunciou o empresário Julio Vargas, dono da indústria Freios Vargas, de Limeira (SP), como mandante de um seqüestro de 30 lavradores — incluindo mulheres e crianças — ocorrido segunda-feira no município matogrossense de *Canarana*, junto ao Rio das Mortes, realizado por um grupo de pistoleiros da Fazenda Marruá comandados por um ex-militar conhecido como Medeu (Medeiros). Enquanto os posseiros eram amarrados e jogados num caminhão que tomou destino ignorado, José Rocha conseguiu escapar e denunciar o fato. Segundo ele, essa é a terceira vez, somente este ano, que são cometidas violências contra os lavradores pelos jagunços da Marruá. Dois relatórios sobre o problema já foram enviados ao presidente do INCRA, "mas nenhuma providência foi tomada". O lavrador informou, em sua carta, que os pistoleiros emboscaram um grupo de posseiros que iam de carro socorrer um companheiro acidentado, enquanto outros foram até a roça onde agricultores trabalhavam em mutirão, prendendo a todos, inclusive uma mulher que deu à luz recentemente e outra grávida de quase nove meses. Seus mantimentos foram roubados, seus porcos e galinhas colocados num barco à deriva no rio e as roças queimadas, juntamente com as ferramentas de trabalho (ESP).

SETEMBRO

18

Posseiros vão ao Ministério da Justiça

"Não queremos morrer de fome na beira das estradas e cidades; queremos terra garantida para trabalhar e o direito de ser brasileiros", diz o documento entregue ontem ao Ministro da Justiça, por representantes de 68 famílias de posseiros das regiões de Azulona e Gameleira, no município de *São Félix do Araguaia*. Acompanhados dos Deputados Marcos Cunha (PMDB-PE) e Jorge Viana (PMDB-BA), os representantes dos posseiros receberam do Ministro da Justiça a promessa de que tomaria todas as "providências necessárias" para a legalização da situação. A audiência durou vinte minutos. Os posseiros disseram ao Ministro que chegaram à região em 1959, quando não havia na área "nenhuma fazenda, benfeitoria, estrada ou picada" (JB).

OUTUBRO

17

Lavradores vão ao exército em busca de ajuda

Em carta endereçada "ao Exército Brasileiro", através da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, os posseiros da Fazenda Marruá, no município de *São Félix do Araguaia* pedem o apoio das Forças Armadas para que "tenha esses acontecimentos de horror de que está padecendo parte do povo brasileiro". A carta, com 150 assinaturas, foi encaminhada ao comandante da Brigada. Os posseiros afirmam que "desde o dia 27 de setembro, depois que o chefe dos pistoleiros saiu prometendo trazer reforços para conseguir desocupar as terras, que nunca mais ninguém pôde ter sossego. "Esse clima, diz a carta, está sendo provocado pelos proprietários da Fazenda Marruá que compraram, em 1971, uma área de 400 alqueires por 25 mil cruzeiros. Na

época havia 23 moradores que estavam lá desde 1957 e o pessoal da Marruá começou a pressionar os posseiros por meio da polícia e do pessoal do IBDF. Tudo isso porque a Marruá, que só tem 400 alqueires, quer grilar 40 mil e começa a atacar violentamente com a polícia e levaa de pistoleiros, queimando e derrubando moradias e fruteiras dos posseiros" (FSP).

NOVEMBRO

2

Posseiros despejados e presos

Cerca de 180 famílias de posseiros da localidade de *Jauru*, estão sendo despejadas por 60 policiais. Sexta-feira passada, 19 trabalhadores foram presos por resistir a um mandado judicial de reintegração de posse de uma área cuja propriedade é reivindicada pelo fazendeiro Joaquim Goulart. A denúncia foi feita ontem através dos presidentes dos STRs de Cáceres, Quatro Marcos e Pontes de Lacerda. Segundo os denunciante, que comunicaram o fato à FETAG-MG e aos deputados Márcio Lacerda e Carlos Bezerra (PMDB-MT), os 19 colonos detidos estão "praticamente sem comer e sem beber desde sexta-feira passada" (FSP).

DEZEMBRO

4

2000 garimpeiros serão despejados

Os dois mil garimpeiros que exploram há mais de um ano a área denominada Margem Direita do Rio Santana, nos municípios de *Arenópolis* e *Nortelândia*, terão de deixar ainda esta semana o local, segundo decidiu ontem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Por quatro votos a dois, o tribunal revogou liminar que assegurava aos garimpeiros o direito de permanecer provisoriamente na área. Com a decisão, a empresa de mineração Promisa, subsidiária da multinacional Brascam, passa a ser reconhecida como legítima proprietária do local. Sebastião de Oliveira, que trabalhou na defesa dos garimpeiros, considerou lamentável a decisão do tribunal, já que a área está dentro de faixa de segurança nacional e, por essa razão, não pode ser explorada legalmente por empresa estrangeira. Ele também disse que a Promisa não tem autorização do Ministério de Minas e Energia e do Conselho de Segurança Nacional, estando, portanto, atuando fora da lei. Depois do julgamento, deputados estaduais manifestaram preocupação com a violência que a decisão do Tribunal de Justiça provavelmente desencadeará na área; bem como o colapso total nas economias das cidades de Nortelândia e Arenópolis (ESP).

Mato Grosso do Sul

JUNHO

15

Advogado de posseiros assassinado em Naviraí

Os advogados Sebastião Calado da Silva e Jovino Balardi, integrantes da CPT de MS denunciaram ontem o assassinato de seu cabeça Joaquim das Neves Norte, que há quatro anos atuava na defesa de posseiros na região de *Naviraí*. O Bispo da Diocese de Dourados, D. Teodardo Leitz, após comparecer ao sepultamento de Joaquim reuniu-se com os membros da CPT para discutir

a possibilidade de participar do ato de protesto que a subseção da OAB de Dourados pretende fazer esta semana, durante a celebração da missa de sétimo dia. Sepultado no último sábado, Joaquim, paranaense, 42 anos, pai de quatro filhos menores, foi assassinado às 7 horas da sexta-feira passada, quando chegava a seu escritório para iniciar o expediente do dia. Desde que se formou, há quatro anos, ele morava em Naviraí, onde prestava assistência jurídica à CPT e aos posseiros em litígio com o Grupo Medeiros, proprietário da Fazenda Jequitibá (JB).

20

Fazendeiro foi mandante do crime

O fazendeiro Adolfo Sanches Neto está sendo acusado por posseiros de ser o mandante do assassinato do advogado Joaquim das Neves Norte. A denúncia dos colonos contra o fazendeiro está sendo investigada. O delegado encarregado informou que "o inquérito está em fase de conclusão", revelando a existência de dois suspeitos de terem cometido o homicídio: o tabelião Ivo Bueno e o administrador da Fazenda Entre-Rios, Geraldo Augusto Bueno da Silva (FSP).

27

Fazendeiro denunciado

Menos de dez dias depois da morte do advogado Joaquim Neves Norte, que defendia os arrendatários de três fazendas em *Naviraí*, o proprietário da fazenda Jequitibá, Domingos Ferreira de Medeiros, voltou à área armado e acompanhado de jagunços, ameaçando 150 arrendatários. A denúncia foi feita ontem pela CONTAG, que acredita ser este mais um exemplo de que "há urgência de reforma agrária no País". De acordo com a CONTAG, o fazendeiro pretende colocar o gado na roça dos arrendatários, repetindo o que já fez em junho de 1980, quando colocou cinco mil cabeças de gado nas plantações, impedindo inclusive o acesso das crianças às escolas e o trânsito entre as casas dos arrendatários. Este foi o oitavo assassinato de pessoas envolvidas com o movimento sindical rural, segundo a CONTAG (FSP).

Minas Gerais

Na Serra das Araras, em *São Francisco*, 700 famílias de posseiros continuam resistindo às investidas dos grileiros para expulsá-las. Nesse mesmo município, na Fazenda São Félix, a Minas Seiva vem envenenando animais de propriedade de posseiros, para forçá-los a sair da terra. Em *Urucuia*, na Fazenda Gameleira, o grileiro Antônio Luciano está tentando tomar as terras de posseiros, para legitimá-las junto à Rural Minas e plantar eucalipto. Os posseiros resistem às tentativas de destruição de suas lavouras pelos jagunços e pela Polícia Florestal.

Na margem esquerda do rio Gorutuba, em *Janaíba*, 600 trabalhadores enfrentam ameaça de despejo por parte da CODEVASF, permanecendo nas suas posses.

Em *Januária*, os posseiros das Fazendas Unhal e Rio Pardo (partes da Fazenda Rio do Peixe) estão resistindo às pressões do grileiro Luiz Gonzaga Renno, que tenta impedi-los de plantar lavouras e cercar suas terras, fecha o acesso à água e joga o gado em suas posses. Por defenderem os posseiros, dois sindicalistas da região e dois assessores da FETAG-MG estão sendo processados e ameaçados de morte. A situação não é diferente nas Fazendas Pequizeiro, Córrego do Boi e Rio Pandeiros, também em Januária, nem nos municípios de *Buritizinho*, *Porteirinha*, *Unai*, *Manga*, *Berilo*, *Itinga* e *Turmalina*, onde há outras

tantas, todas com tensão social (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

JULHO

31

Desalojados pedem terra

A FETAG-MG vai pedir audiência com o secretário da Agricultura do Estado, tentando conseguir uma definição do governo sobre a situação de cerca de 300 posseiros, que foram desalojados das terras que cultivavam há anos em *Varzelândia*. Eles estão impedidos de trabalhar pois os fazendeiros que assumiram as terras não empregam seus serviços. A expulsão dos posseiros ocorreu em 1967 e foi comandada pelo coronel Georgino Jorge de Souza, então comandante do 109º Batalhão da PM de Montes Claros. O coronel também era advogado dos fazendeiros que, apesar da documentação em poder dos posseiros, emitida pelo antigo IBRA (depois substituído pelo INCRA), conseguiram provar a posse da terra na Justiça. Somente no início deste ano os posseiros voltaram a se organizar para reivindicar as terras, pois os fazendeiros que as ocuparam não lhes dão trabalho e muitos estão passando fome (ESP).

AGOSTO

8

Conflito agita Padre Paraíso

A FETAG-MG e o STR de *Padre Paraíso* distribuíram nota onde “denunciam arbitrariedades que ora se fazem ver na região”, especificamente no lugar denominado Córrego do Bango, “onde posseiros são vítimas de desmandos das autoridades regionais”. No dia 12 de julho passado, o vereador Domingos Gomes de Oliveira e mais três agentes federais invadiram a casa de Francisco Pereira de Souza, ameaçando o lavrador e sua família. “No dia 30 de julho, a família do posseiro foi novamente vítima das arbitrariedades da polícia, quando a sua esposa foi presa, juntamente com mais duas pessoas pelo delegado regional de Pedra Azul, auxiliado pelo vereador citado. O STR de Padre Paraíso assumiu a defesa dos lavradores e, por esse motivo, “está sofrendo uma série de pressões, estando, inclusive, o presidente do STR, João Valdete de Souza, sendo ameaçado de morte pelo vereador grileiro que é presidente da Câmara Municipal de Padre Paraíso”. A nota conclui dizendo: “Diante de mais esse ato de violência cometido contra os trabalhadores a FETAG-MG vem manifestar o seu repúdio e mais uma vez alertar as autoridades da necessidade de conter a escalada da violência contra a Classe Trabalhadora Rural, punindo os responsáveis” (Estado de Minas).

19

Expulsão de posseiros

O presidente da FETAG-MG André Montalvão, denunciou que dois dos cinco posseiros do município de *Manga* foram presos na semana passada depois de terem derrubado várias cercas colocadas pela Ruraminas, restringindo sua área de quinze hectares a apenas dois. Ambos foram libertados anteontem graças ao pagamento de fiança pela Federação. A FETAG-MG denunciou ainda que o grileiro Célio de Almeida, intermediário da Empresa de Reflorestamento Cavalinhos Agropecuária, está ameaçando expulsar 88 famílias de trabalhadores rurais no município de *Berilo* (FSP).

19

Lavradores recusam área oferecida

Denunciando a má qualidade das terras, a comissão de posseiros representantes de 212 famílias expulsas de suas terras no município de *Cachoeirinha* há 14 anos, recusou a proposta governamental de uma área de 9.100 hectares em Jaíba. Em carta ao secretário da Agricultura, os posseiros solicitaram que o governador desaproprie, ainda este ano, as terras de Cachoeirinha, atualmente ocupadas por diversos fazendeiros. Caso não sejam atendidos a tempo de iniciarem o plantio de milho e feijão, os posseiros ameaçam invadir a área (FSP).

SETEMBRO

30

Minas tenta evitar expulsão de lavradores

A FETAG-MG anunciou ontem em Belo Horizonte que seu departamento jurídico vai tentar impedir que o fazendeiro Juscelino Carneiro, proprietário da Fazenda Saco Grande, em *Unaí*, no noroeste do Estado, expulse cerca de 300 famílias que cultivam suas terras, algumas há seis anos e outras há mais de trinta. A FETAG-MG está examinando a denúncia apresentada por 15 famílias de agricultores que informaram à entidade não ter contrato de arrendamento com o fazendeiro, mas que sempre fizeram pagamentos a ele para plantar milho, feijão e arroz na fazenda, onde, segundo os trabalhadores, “Juscelino Carneiro não aparecia há mais de 20 anos”. De acordo com os denunciadores, há cerca de 300 famílias na área que o fazendeiro quer desocupar, com as terras já preparadas para o plantio (ESP).

OUTUBRO

21

Advogado ameaçado de morte

O advogado da FETAG-MG, Afrânio de Oliveira e Silva, está recebendo ameaças telefônicas de morte e seqüestro de seus filhos, por causa de sua atuação nas ações movidas pela entidade contra fazendeiros do Norte de Minas, Vale do São Francisco e Vale do Jequitinhonha. As ameaças começaram depois que ele pediu o levantamento da documentação sobre a posse de terras em *Varzelândia*, onde Georgino de Souza, ex-comandante do Batalhão de PM de Montes Claros, expulsou 212 famílias da Fazenda Irapuá, a pedido dos fazendeiros Manoelito Maciel de Sales e Sebastião Alves da Silva. Expulsos em 1967, 50 posseiros tentaram em abril passado retornar às terras que ocupavam, mas foram impedidos pela polícia que prendeu dez deles, deixando-os dezoito dias sem alimentação (FSP).

26

Êxodo rural, grilagem, disputas

A FETAG-MG em cartilha intitulada *Conflitos*, relaciona 43 disputas de terras entre posseiros, grileiros, reflorestadoras e entidades do governo, e atribui a esta situação o êxodo rural e favelamento dos centros urbanos. Adverte que o PRO-ALCOOL poderá desencadear consequências imprevisíveis na estrutura agrária brasileira. Aponta ainda irregularidades como “a grilagem, jagunçagem, alteração de registros e expedientes suspeitos” e afirma: “A Justiça exige provas, mas não a autenticidade ou limpidez delas. Com dinheiro na mão, a fabricação de provas torna-se mais fácil” e são destruídas as provas apresentadas “pela parte mais fraca” (JB).

NOVEMBRO

15

Posseiros ameaçados de expulsão

Dezenas de famílias de posseiros e outras que possuem escrituras registradas em cartório estão sendo ameaçadas de expulsão do Jardim São Bento, um novo loteamento localizado em área altamente valorizada nos últimos anos, nas proximidades do Bosque Municipal, da Vila Militar e da Fazenda Modelo, em *Uberaba*. Essas famílias denunciam que vêm recebendo pressões da proprietária do projeto, a Empreendimentos Imobiliários São Bento, que alega ser a legítima proprietária da área, baseando-se em documentos de uma permuta efetuada em 1958, entre a Prefeitura e um particular, com aprovação da Câmara Municipal (FSP).

Pará

JANEIRO

Foi assassinado o trabalhador rural José Piau, na Gleba Marabá, em *Conceição do Araguaia*, onde liderava uma luta de dezenas de posseiros contra o grileiro Osanir Silva, que é acusado de ter matado o posseiro Lourival Marques, em dezembro de 1980, e ter deixado paralisado um outro, de nome Alcebiades, em setembro de 1979 (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

14

Posseiro assassinado

A CONTAG, em telegrama enviado ontem ao Ministro da Justiça, denuncia o assassinato do posseiro Sebastião Mearim, no último dia 7, no município de *Vizeu*. Segundo a CONTAG, o posseiro foi morto por pistoleiros a mando da empresa Cidapar. No telegrama, a CONTAG informa que os pistoleiros foram comandados por Juvenal Gomes Castro que, além de assassinar Sebastião, ameaçou de morte outros dois posseiros. O motivo para o assassinato e as ameaças, de acordo com o telegrama é a expulsão dos posseiros para que a empresa Cidapar efetive a grilagem de 400 mil hectares de terras atingindo milhares de famílias (JB).

24

CPT e CONTAG denunciam prisões

O presidente da CPT, D. Moacyr Grechi, da Prelazia Acre-Purus, em telegrama à CNBB, denunciou a prisão do secretário-geral da CPT do Pará, Frei Ranulfo Pelloso da Silva, e dos lavradores Raimundo Cícero e Cristiano Freitas Rosas (este menor), em *Igarapé Preto*. A CONTAG distribuiu nota, revelando que o frei e os lavradores foram presos por policiais militares do destacamento de Rurópolis Presidente Médici, em *Igarapé Preto*, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, onde estavam com a finalidade de tentar obter do INCRA a posse definitiva para centenas de famílias ameaçadas de expulsão (JB).

JUNHO

6

Posseiro assassinado em fazenda

Um posseiro morreu e outro ficou ferido, durante mais um conflito de terras na região de Xinguara, município de *Conceição do Araguaia*, no Pará. O lavrador Francisco Jacinto de Oli-

veira, chamado Sinhozinho, recebeu um tiro na cabeça. Ele e seu irmão, Dionísio Jacinto de Oliveira, estavam acertando com o fazendeiro Paulo Buchetti a mudança de ambos da área, após terem sido indenizados, quando o pai de Buchetti se irritou, gritando: "De agora em diante vamos é matar gente, porque não adianta tirar posseiro das terras". Nesse momento, informou Dionísio, o pistoleiro Edilson disparou contra Sinhozinho. O pai de Paulo Buchetti segurou Dionísio pelo braço, e o próprio fazendeiro e Edilson continuaram a atirar. Sinhozinho caiu morto e Dionísio, ferido, saiu correndo enquanto o pai do fazendeiro gritava: "morre, carniça". Transportado para Goiânia, onde foi internado, o posseiro disse que seu irmão foi morto "porque trabalhou pela chapa 2, de oposição, na eleição do STR de Conceição do Araguaia".

O posseiro assassinado exercia grande liderança entre seus companheiros "e era respeitado até pelo pessoal do GETAT". A CPT também denunciou, em Belém, este assassinato, lembrando que outros posseiros foram ameaçados de expulsão e morte, inclusive Gesuíno Pereira de Souza, um dos principais integrantes da chapa de oposição derrotada nas eleições do STR de Conceição do Araguaia. De acordo com a CPT, há mais de dois anos Sinhozinho, considerado um dirigente rural, vinha discutindo seu caso com o fazendeiro Paulo Buchetti, existindo na Justiça uma liminar contra o posseiro. Depois de fazer um acordo com o GETAT através do qual seria indenizado e conseguiria outras terras, Sinhozinho foi à fazenda acertar sua saída. Paulo Buchetti ofereceu transporte ao posseiro, mas os dois não chegaram a um acordo (ESP).

JULHO

Na *Gleba Marabá*, onde desde final de 1979 um grileiro vem tentando expulsar posseiros, vários funcionários do IBDF e do GETAT, junto com elementos da Polícia Federal, formando um grupo de 15 pessoas armadas de metralhadora portátil, fuzil e revólveres, atacaram 7 posseiros, destruindo e se apropriando de seus bens e agredindo-os fisicamente (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

7

Disputa por terra causa morte

O comando da PM do Pará enviou ontem um reforço de 40 homens para *Marabá*, a fim de evitar um conflito entre peões do fazendeiro Almir Queiroz Moares e cerca de 100 posseiros. A disputa pelas terras na área da Fazenda Fortaleza já dura alguns meses, mas agravou-se ultimamente quando o peão Jurandir Antônio de Araújo foi assassinado com uma carga de chumbo no peito. De acordo com a versão de Anísio Moares, filho do fazendeiro, Jurandir tentava negociar a desocupação de uma área quando foi morto. A partir daí a tensão na Fazenda Fortaleza cresceu, com os peões ameaçando vingar a morte do colega e os posseiros armando-se para garantir a área que ocupam (FSP).

25

Mais trabalhadores assassinados

O STR de *Santarém* denunciou mais um assassinato de lavrador ocorrido na área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá, o quinto deste ano. A confirmação do crime foi possível com a exumação do corpo do lavrador, conhecido por Goiano, numa estrada vicinal a 12 quilômetros do Km 165 da estrada principal. Na ocasião, a polícia prendeu um pistoleiro conhecido como Zeca, que participou do crime e do enterro de Goiano, mas logo o soltou (ESP).

AGOSTO

12

Bispo denuncia terror

O Bispo de Marabá, D. Alano Pena, denunciou o clima de terror na *Rodovia PA-150* (Belém-Marabá), onde dois lavradores foram mortos. O responsável, o grileiro Ozanir, segundo o prelado, está promovendo, na área, violenta repressão com a ajuda de agentes da Polícia Federal e do GETAT. O sacerdote garante que o GETAT vem atuando de modo sistemático em defesa dos interesses dos fazendeiros e contra os lavradores, "acusados de ladrões, subversivos, invasores e tudo o mais". Ele aponta a presença da Polícia Federal como causa dessa distinção (JB).

SETEMBRO

20

400 famílias em despejo: fazenda Tupã-Ciretã

Quatrocentas famílias de posseiros estão sendo expulsas em massa de uma área em litígio com a fazenda Tupã-Ciretã, a 40 quilômetros da localidade de Xinguara, no município de *Conceição do Araguaia*. Um lavrador de 70 anos, que correu assustado ao ver o desembarque de soldados da PM, foi baleado nas costas e passa mal no hospital de Xinguara. A informação foi dada ontem pela Regional Norte II da CNBB, que recebeu comunicação da CPT do Araguaia-Tocantins. A informação acrescenta que o despejo está sendo orientado pelo oficial de justiça, Maurício de Abreu Castro, o qual diz ter mandado judicial, mas não o mostra a ninguém (JB).

25

CONTAG também denuncia fazenda

A CONTAG enviou documento ao presidente do GETAT denunciando "as violências e arbitrariedades que estão sendo cometidas contra os posseiros da Fazenda Tupã-Ciretã, município de *Conceição do Araguaia*, por soldados e jagunços contratados pelo banqueiro paulista Flávio Pinho de Almeida com o objetivo de expulsar cerca de 400 famílias de suas posses". "Se não forem adotadas pelo governo providências imediatas, o conflito poderá ter consequências imprevisíveis, sobretudo em face da incapacidade demonstrada pelos órgãos do governo, responsáveis pela política fundiária". A CONTAG afirma, ainda, que o caso já foi levado, há cerca de dois anos, ao conhecimento do INCRA e do Ministério da Justiça, mas não foram tomadas medidas para a efetiva solução do problema (ESP).

OUTUBRO

17

Posseiros deixam suas terras

Cerca de 20 famílias de posseiros abandonaram suas terras em *São Geraldo do Araguaia*, sul do Pará, "com medo da polícia federal fazer alguma maldade" — disse ontem o lavrador Miguel Souza Lima, que trouxe a Brasília mais outra denúncia: 48 famílias que vivem na gleba Pimenteira, também em São Geraldo, estão sendo ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro Almir Moraes. "As famílias de Pimenteira — informou o lavrador — estão na área há seis anos e agora o fazendeiro Almir Moraes quer tirar todo mundo de lá, dizendo que vai jogar semente de capim em cima das nossas plantações." Ele assegurou que as 48 famílias de posseiros, que ocupam uma área de 18.500 hectares, estão dispostas a permanecer na terra e "rea-

gir contra as tentativas de expulsão", afirmando que "o fazendeiro só vai conseguir jogar semente de capim depois de matar toda a gente de lá" (FSP).

21

Mais pressões em São Geraldo

Posseiros de *São Geraldo do Araguaia* "estão se escondendo em Belém, com medo da polícia", denunciou ontem em Brasília o posseiro Manoel Bento de Matos. Manoel diz ter sido ameaçado pela PM, que na madrugada do dia 16 passado, ao prender as três freiras vicentinas e o padre irlandês Peter McCarthy, deteve também a mulher do posseiro, Elizete Matos, dizendo-lhe: "Baixinha, nós vamos matar teu marido, tu vais ficar-viúva". De acordo com as informações de Manoel Bento, candidato da oposição sindical de São Geraldo do Araguaia, "a polícia está atrás de mim desde a prisão dos padres franceses". Disse que "a PF e o GETAT estão sempre juntos, fazem o mesmo trabalho" e que a PF tem visitado os posseiros com um aviso: "Ou aceitam as indenizações, ou vão presos", pois a Fazenda Santa Fé está tentando pressionar os posseiros para que saiam das terras, oferecendo 25 mil cruzeiros por 20 alqueires (FSP).

NOVEMBRO

4

Quatro mortos e dez feridos na fazenda Tupã-Ciretã

Quatro mortos e dez feridos é o resultado, até agora, de quatro conflitos armados entre posseiros e pistoleiros a serviço da Fazenda Tupã-Ciretã, no município de *Conceição do Araguaia*. A informação foi trazida a Belém pelo advogado Paulo Fontelles, da CPT, encarregado de defender posseiros. Fontelles estranhou que a polícia tenha abafado os acontecimentos, "talvez porque agora não encontraram nenhum padre para acusar". Também estranhou que a PF tenha ficado de fora desse episódio, deixando o inquérito a cargo da polícia civil, ao contrário do comportamento adotado em São Geraldo do Araguaia. O advogado da CPT informou que os conflitos, por questões de terra que envolvem posseiros e fazendeiros da fazenda Tupã-Ciretã, de propriedade do Grupo Comind, são antigos, sem que até agora as autoridades tenham dado qualquer solução. A fazenda, com 40.500 hectares, está situada à margem da rodovia PA-150 e teve parte das suas terras ocupadas, em 1978, por 400 famílias de posseiros. Em 1979 houve o primeiro despejo, de forma violenta, e que registrou até violação sexual, segundo Paulo Fontelles, o que provocou um ato público de protesto dos posseiros em Xinguara e a ida de algumas mulheres até Brasília para denunciar o fato ao Ministro da Justiça. O GETAT, porém, não solucionou o problema e no dia 14 de outubro houve o primeiro encontro armado entre posseiros e pistoleiros da fazenda. Depois ocorreram mais três, deixando um saldo de quatro mortos e dez feridos. O advogado disse que o inquérito foi conduzido pelo delegado Nelson Marques, que prendeu onze posseiros e depois os libertou, deixando apenas Laércio Costa dos Santos na cadeia, pedindo a prisão preventiva para cinco deles. Ele já viu o processo, que não contém nenhuma acusação formal contra os posseiros, e garantiu que vai defendê-los não apenas nesse processo como também em seus direitos sobre a terra (JB).

13

Posseiros despejados

A PM do Pará, que está cumprindo quase 20 mandados judiciais de reintegração de posse concedidos a proprietários do sul

do Estado, prendeu 42 lavradores que haviam ocupado o castanhal Fortaleza, em *Marabá*, devendo prender outros posseiros encontrados nas áreas litigiosas. Dos 42 posseiros presos, oito já foram soltos. Da operação participaram mais de 100 soldados que vão pôr em execução várias outras sentenças concedidas pelo juiz da Comarca. Devido ao grande número de mandados expedidos, a PM decidiu realizar operações em grande escala, dando cobertura ao cumprimento de todas as ações referentes a uma mesma área. Ontem, em Belém, um grupo de posseiros acusou a PM de ter praticado violências em outro despejo, realizado no município de *Acará* (ESP).

16

Famílias expulsas estão vagando

No povoado de Pau Seco, a 40 quilômetros de *Marabá*, as 164 famílias expulsas de Cametau continuam sem destino, dormindo debaixo das árvores e nas casas de farinha do povoado. O despejo, ocorrido no princípio de novembro, foi comandado por pistoleiros do fazendeiro Manuel Cardoso e durante a ação uma criança de seis anos, filha do camponês Edvaldo Batista, foi morta, pisoteada pelos pistoleiros. Essa história foi contada no final da semana por João Lourenço de Paula e José Francisco dos Santos, do STR de *Marabá* (FSP).

17

Prefeito embarga despejo

O despejo de cerca de 30 posseiros, que estava sendo executado por soldados da PM do Pará, foi embargado pelo prefeito de Conceição do Araguaia, Giovanni Queiroz. O despejo tinha sido decretado pelo pretor — magistrado de alçada inferior à de juiz — da Comarca, e vinha sendo executado nos castanhais da família Mutran, nas proximidades de *São Geraldo*. O prefeito informou que já contratou dois advogados para defender os posseiros e criticou o GETAT, acusando-o de “inoperante” e de “não ter coragem de fazer uma redistribuição das terras improdutivas da área que lhe compete administrar” (FSP).

DEZEMBRO

3

14 mil posseiros ameaçados, denuncia bispo

Catorze mil posseiros estão ameaçados de expulsão na Diocese de *Bragança*, segundo informação do bispo diocesano D. Miguel Giambellim contida em carta pastoral divulgada naquele município. No documento, D. Miguel analisa os conflitos de terra na região, acusando “aventureiros, conhecidos vulgarmente como grileiros, que se especializam em compra e venda de terras; conseguem, com propinas, corromper funcionários públicos e, desta forma, arranjam títulos de propriedades de vastíssimas extensões de terras, onde estão morando, há anos, dezenas, centenas e até milhares de famílias” (FSP).

17

Libertados posseiros em Marabá

A CPT informou ontem, em Belém, que já foram colocados em liberdade os dez posseiros presos no final da semana passada, em *Marabá*, pela PM, que os havia despejado da Fazenda Coxui, em cumprimento a uma liminar da Justiça. Na segunda-feira os posseiros terão encontro com o proprietário da Fazenda, Délio Mutran, para tentar o acordo. Enquanto isso, as 20 famílias desalojadas de suas casas na semana passada também pela PM, na localidade de Taiassuí, município de *Benevides*, próximo a Belém, continuavam ontem acampadas em barracos cobertos por lona plástica, à espera de uma solução para seu caso (ESP).

19

Lavradores apontam abuso da Eletronorte

A CONTAG divulgou ontem, em Brasília e Belém, um documento denunciando a situação de milhares de famílias que vivem na área que será inundada pela barragem de *Tucuruí*, no Pará. Segundo a CONTAG, estas famílias estão sendo atingidas por diversos atos irregulares e arbitrários cometidos pela Eletronorte, responsável pelas obras da barragem. O GETAT também é acusado de acompanhar com “descaso” a questão da regularização dos problemas fundiários da região (ESP).

Paraíba

No município de *Barra de Santa Rosa*, 40 trabalhadores da Fazenda Quando lutam contra o despejo, tentando exercer o direito de preferência pela terra em que trabalham.

No município de *Pedras de Fogo*, 125 famílias da Fazenda Cavoadá sofrem inúmeras violências e são pressionadas para abandonar suas terras, porque o proprietário quer expandir a plantação de cana; no mesmo município, nas Fazendas Coqueirinho e Cachorrinho, 50 famílias lutam, há mais de cinco anos, pelo direito de permanecer na terra, pretendida pela Usina Central Olho D'Água, para plantio de cana-de-açúcar.

Nos municípios de *Itabaiana* e *Salgado de São Félix*, 27 famílias da Fazenda Urna, 11 da Fazenda Salomão e 33 da Fazenda Riacho dos Currais, todas essas áreas pertencendo à grande Alagamar, lutam contra a invasão do gado e a destruição das lavouras, um dos métodos mais utilizados pelos proprietários para expulsar trabalhadores de suas terras e de suas posses.

No município de *Conde*, 70 famílias dos Sítios Gurugi e Paripe estão ameaçadas de despejo (O Trabalhador Rural — CONTAG — n.º 2 — Dez./81).

FEVEREIRO

25

Agricultores enfrentam destilaria

Novo impasse surgiu entre os agricultores da Fazenda, a 50 quilômetros de João Pessoa e a Destilaria Tabu, pela posse de 903 hectares de terras. Agora, os 29 lavradores que já têm liminar da Justiça vão tentar garantir a posse de suas áreas, enquanto as outras 27 famílias que habitam a Fazenda tentarão a obtenção da liminar. Além de romperem definitivamente as negociações, as 56 famílias de lavradores ameaçam continuar instalados na área para impedir quaisquer projetos de exploração por parte da Tabu. O novo impasse surgiu segunda-feira, quando proprietários e agricultores reuniram-se na Fazenda para demarcar os 500 hectares que os trabalhadores pretendiam adquirir, compreendendo um coqueiral, uma várzea e um mangue, onde poderiam plantar culturas de subsistência e se dedicar à pesca. Na última hora, os proprietários recuaram e admitiram vender apenas 297 hectares, excluindo o mangue, principal área de plantio das 56 famílias (ESP).

ABRIL

7

Conflito agrava-se

O juiz da Comarca de *Pedras do Fogo* pediu ontem à Secretaria de Segurança da Paraíba um reforço policial na Fazenda Camu-

cim, em razão da ocorrência de conflitos entre agricultores e proprietários da Destilaria Tabu. Pelas informações recebidas, os agricultores destruíram os marcos que há três anos vinham sendo colocados por técnicos do INCRA para delimitar faixas de terras de proprietários (ESP).

15

Crise Camucim

Os incidentes entre os posseiros da Fazenda Camucim e a Destilaria Tabu agravaram-se e poderão chegar a um conflito maior depois que empregados da destilaria, usando tratores, invadiram a posse de dois agricultores e destruíram um hectare de mandioca pronto para ser industrializado, além de dezenas de árvores frutíferas. Os agricultores disseram que a destruição só não foi mais violenta porque eles ameaçaram incendiar os tratores, denunciando ainda que embora a polícia estivesse no local e fosse chamada a intervir, preferiu ignorar o fato. O advogado e o secretário da FETAG, Antonio Fernandes, estiveram ontem na área e disseram que o clima é de revolta entre os posseiros, que impediram a entrada de um caminhão de bóias-frias contratado pela Tabu. Os posseiros se consideram vítimas de "esbulho possessório", segundo o advogado (ESP).

OUTUBRO

7

Assassinado o posseiro José Silvano Valdivino, da Fazenda Salamargo, em *Cruz do Espírito Santo*. Foi morto pelo administrador da Fazenda Ana Cláudia, cujo proprietário pretende expulsar 13 famílias com dezenas de anos de ocupação (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

29

Assassinado o posseiro José Severino da Silva, da Fazenda Pedra do Marinheiro, em *Serra Redonda*, pelo proprietário das terras, José Pinheiro dos Santos. O posseiro havia ganhado uma liminar numa ação de manutenção de posse referente a três hectares. Ele estava na terra há 21 anos (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

DEZEMBRO

17

Posseiros continuam acampados

Pelo terceiro dia consecutivo, as famílias dos agricultores residentes em Camucim, no município de *Pitimbu*, permaneceram ontem acampadas na cidade do Palácio da Redenção sem que a reivindicação de desapropriação das terras e retirada da polícia fosse atendida pelas autoridades. Em carta-aberta à população, os agricultores responderam ontem às acusações do Governo de que há infiltração de pessoas do clero, do PT, do PCB e do PC do B. "Será que o governador quer dizer que nós e o nosso sindicato não temos cabeça para pensar e encaminhar a nossa luta dentro da lei? Ao nosso modo de pensar, é bem diferente: quem está nos agitando é a Destilaria Tabu e o Governo. Quando a destilaria quer, a todo custo, tomar as nossas terras, o Governo apóia, mandando a sua polícia para praticar todos os tipos de violência contra nós", disseram. Garantiram que a luta, desde o começo, está sendo encaminhada pelo movimento sindical de trabalhadores rurais. "Sempre lutamos dentro da lei e não queremos e nem podemos ser responsabilizados por pessoas ou grupos que queiram tumultuar nosso movimento pacífico" (JB).

Itaipu: Vitória dos Colonos Desapropriados

MARÇO

12

Marcha dos desapropriados

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, com sede em Porto Alegre (RS), confirmou que as cerca de duas mil famílias que terão suas propriedades no Oeste e Sudoeste paranaense desapropriadas para construção da hidrelétrica de Itaipu realizarão a marcha de protesto a Foz do Iguaçu, na próxima segunda-feira (ESP).

17

Agricultores pressionam

Mais de dois mil agricultores, cujas terras serão desapropriadas pela Itaipu Binacional para a formação da represa, decidiram acampar nas imediações do canteiro de obras da barragem, em Foz do Iguaçu (PR), a partir de hoje pela manhã, até que suas reivindicações sejam atendidas. Eles querem que a Itaipu aumente de 290 mil para 600 mil cruzeiros o preço por alqueire

nas indenizações. A decisão foi tomada ontem, em assembleia geral na pequena localidade de *Itacorá*, a 75 quilômetros de Foz do Iguaçu. Os agricultores alegam que o preço de mercado das terras na região vem-se alterando sistematicamente, sem que a Itaipu acompanhe as regras do mercado. Quatro sindicatos e membros das Comissões de Justiça e Paz, da CPT, além de representantes da FETAG-PR, participaram da assembleia em *Itacorá*. Um documento final com as principais reivindicações foi elaborado durante o encontro e, segundo o esquema montado, o movimento se inicia às primeiras horas do dia, quando os proprietários das terras sairão com automóveis, tratores e até carroças em direção a Foz do Iguaçu. Lá eles acamparão o mais próximo possível do canteiro de obras, enquanto uma comissão eleita na assembleia discutirá as propostas e contrapropostas com a direção da Itaipu. "Nós não nos recusamos nunca a discutir com os agricultores, mas estamos convictos de que nossos preços seguem o comportamento do mercado local e não vamos mudar de idéia", afirmou um representante da Binacional. Reafirmou que não será permitida a entrada de qualquer manifestante no canteiro de obras ou em locais que atrapalhem o andamento dos trabalhos. O Arcebispo de Foz do Iguaçu, D. Olívio Fazza, já ofereceu a Igreja da cidade para que os agricultores se reúnam, enquanto a comissão nomeada discute em Itaipu. Para conter os manifestantes, foi montado em Foz do Iguaçu, um efetivo de 150 PMs (todos os PMs da região), armados de fuzis com baionetas, metralhadoras e ar-

28

Posseiros fazem vigília por terras

Já se arrasta por mais de 15 dias a vigília que um grupo de camponeses de Camucim vem fazendo em frente ao Palácio da Redenção, em João Pessoa. As dificuldades para seus moradores começaram quando o grupo Lundgren comprou as terras para implantação da Destilaria Tabu, na época da euforia do PRÓ-ALCOOL, que começou a enxotar as plantações de lavouras de subsistência para plantação de cana-de-açúcar. Os posseiros de Camucim viviam tranqüilos em suas roças quando se viram, de repente, ameaçados de expulsão, com suas lavouras destruídas pelos tratores e vigias armados rondando as suas casas, muitas delas derrubadas a pretexto do cumprimento de ações de imissão de posse despachadas pelo juiz Olavo Antonio de Souza, de *Pedras de Fogo* (FSP).

Paraná

Em *Venceslau Braz*, 171 famílias de posseiros têm sofrido ameaças, seqüestros e outras violências. Mas permanecem na terra, lutando pela desapropriação (O Trabalhador Rural – CONTAG – nº 2 – Dez./81).

MARÇO

1

Colonos podem ser expulsos

de área que cultivam há trinta anos

Os agricultores que ocupam a gleba do Quinhão-11, no municí-

pio de *Sertaneja*, estão comprando e aprendendo a manejar armas de fogo para resistirem ao despejo das terras que cultivam há mais de 30 anos e das quais poderão ser expulsos logo depois do carnaval. Eles recusam a idéia de que perderam o direito de posse para Pedro Crespi, advogado paulista que, em 1979, reivindicou direitos hereditários sobre a área de 1.056 alqueires. As 84 famílias residentes na área possuem escrituras legalmente registradas em Cornélio Procópio – sede da Comarca de Sertaneja. Dia 4 de fevereiro, perderam judicialmente as terras para Pedro Crespi, que retomou uma ação demarcatória iniciada em 1926, na comarca de Jacarezinho, de que Cornélio fazia parte até 1944. Essa decisão surpreendeu os agricultores que, agora, pouco confiam numa vitória do recurso extraordinário impetrado junto ao STF que deve ser julgado dentro de um ano, ou numa decisão favorável ao pedido de embargo à execução da sentença de despejo, que será julgada pelo juiz de Jacarezinho, na próxima semana. A única solução pacífica admitida é a desapropriação da área pelo INCRA, caracterizando-a como de conflito social (JB).

JUNHO

23

Lavradores organizam movimento

Um movimento idêntico ao dos colonos do Oeste do Paraná, contra os baixos preços pagos pela hidrelétrica de Itaipu às terras desapropriadas, poderá ser iniciado na região de Santo Inácio, no norte do Estado, onde aproximadamente dois mil proprietários deverão ser desapropriados. Eles querem que a CESP defina sua política de preços para a desapropriação da área que será inundada em cinco municípios dessa região, para a cons-

mas químicas, além de 40 guardas de segurança da Itaipu e agentes de vários órgãos de segurança (JB).

19

Tralhadores permanecem**em Foz do Iguaçu**

Os 700 pequenos proprietários e posserios, instalaram-se em barracas improvisadas e assinaram um livro de presença, em que se comprometeram a permanecer no local até receberem pagamento justo por suas terras expropriadas: de 500 mil a 600 mil cruzeiros por alqueire (JB).

25

CONTAG condena a Itaipu

A CONTAG distribuiu documento protestando contra a Empresa Itaipu Binacional por não atender às reivindicações de dois mil pequenos agricultores paranaenses que ainda não foram indenizados pela Companhia. A CONTAG lembra que há dois anos já encaminhou documentos à direção da Itaipu pedindo preços justos para a terra, pagamento imediato das indenizações, regularização das posses e reassentamento dos agricultores sem terra, mas não foi atendida. Pede, especificamente, pelos agricultores de *Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Cândido Rondon e Guaíra*, que estão acampados desde a semana passada em frente aos escritórios da Itaipu. Constata-se nos projetos energéticos

oficiais – diz o documento da CONTAG – uma nítida preferência pelas obras faraônicas e onerosas, ao invés de outras opções que, com menores custos, poderiam gerar maiores benefícios sociais. Isto tem provocado desastrosas conseqüências para os trabalhadores e para o País. Para os trabalhadores porque, além de serem obrigados a se deslocar para outras áreas, não recebem justas indenizações; para o País porque, além de elevados encargos financeiros, no caso de Itaipu, por exemplo, serão inundados 100 mil hectares das terras mais férteis do País (JB).

26

Lavradores buscam apoio

O secretário da Agricultura do Paraná deve receber hoje, em *Curitiba*, uma comissão de cinco representantes dos agricultores que terão suas terras inundadas pela Hidrelétrica de Itaipu. O arcebispo metropolitano, dois advogados da Comissão Justiça e Paz e um representante dos STRs da região acompanharão os agricultores, que pretendiam avistar-se com o governador do Paraná. Eles pretendem solicitar maior empenho do Instituto de Terras e Cartografias do Estado para localizar no Estado áreas adequadas para o reassentamento das famílias desapropriadas. De qualquer modo, na opinião do presidente da Comissão Justiça e Paz, Wagner D'Angelis, somente com um novo reajuste de preços os colonos poderão adquirir as terras. É neste ponto que ele considera importan-

te o encontro com o governador, "porque ele poderá contar com as áreas federais em favor dos colonos além de poder oferecer soluções estaduais" (ESP).

29

Sindicatos apóiam movimento

Os 23 STRs do Sudoeste do Paraná vão deslocar caravanas, a partir de amanhã, a Foz do Iguaçu, para apoiar os agricultores desapropriados pela Itaipu Binacional acampados há 12 dias às margens da BR-277, sob intensa vigilância policial, para não terem acesso aos escritórios centrais da empresa. As caravanas partirão diariamente para Foz do Iguaçu e os agricultores prometem ficar acampados até a solução do impasse (JB).

ABRIL

8

Acesso a Itaipu será bloqueado

Os agricultores acampados há 22 dias em Foz do Iguaçu vão trancar, com suas máquinas agrícolas, o acesso ao canteiro de obras da Itaipu Binacional como última tentativa para forçar a empresa a atender suas reivindicações. Eles vão esperar até o final da semana, quando o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná divulgar os resultados da pesquisa que está fazendo na região para saber o preço real das terras (JB).

15

Nota da Itaipu irrita colonos

A empresa que constrói Itaipu divulgou ontem, em Curitiba, nota anunciando algumas propostas aos colonos que serão atingidos pelo lago da hidrelétrica, ao informar que promoverá o ajuizamento da desapropriação nos casos em que o proprietário, após ser procurado, recusar-se a fazer o acordo. Os colonos acabaram tomando como ameaça essa informação da empresa e distribuíram outra nota à imprensa pedindo a demissão do diretor-geral e diretor jurídico da empresa, prometendo tomar outras medidas mais drásticas. Em consequência, estabeleceu-se um novo clima de tensão no relacionamento da empresa com os colonos, desaparecendo por completo as mínimas condições para acordo, surgidas no fim de semana (ESP).

trução da hidrelétrica de Taquaruçu, que deverá entrar em funcionamento em 1984. Mais de 300 proprietários dos municípios de *Santo Inácio, Santa Inez, Lupianópolis, Itaguapé e Centenário do Sul*, além dos prefeitos dessas cidades, reuniram-se em Santo Inácio, para discutir o problema. Segundo Ademar Lazarin, presidente do STR de Santo Inácio, "a CESP ainda não definiu, ou não informou à comunidade, qual será a área inundada para a formação do lago da hidrelétrica de Taquaruçu, que já está em construção. Com isso, ninguém sabe se terá a propriedade inundada e nem a que preços as terras serão indenizadas. Por isso, formamos duas comissões: uma para conversar com a CESP e outra para pedir ajuda ao governador Ney Braga". Depois disso, conforme Ademar Lazarin, "daremos um prazo para que a CESP se defina. Caso isso não ocorra, poderemos fazer o mesmo que o pessoal do Oeste fez em relação a Itaipu: cercaremos os canteiros de obras da CESP em Santo Inácio e não deixaremos entrar nenhum material" (ESP).

25

Colonos ameaçam

Itaipu com invasão

O colono Marcelo Barth, integrante da Comissão Coordenadora do Movimento Justiça e Terra advertiu ontem que, se a empresa não atender às reivindicações do grupo até o fim do mês, "o Dia do Trabalho poderá ser comemorado com a invasão do centro executivo de Itaipu ou o impedimento da via de acesso ao canteiro de obras da usina", confirmando o que já fora dito por outros dirigentes do movimento. Barth assegurou que qualquer uma das duas atitudes — invasão ou obstrução — poderá provocar conflitos, já que tanto o centro executivo como o acesso ao canteiro de obras da Itaipu estão fortemente guardados por soldados da PM. Até o final de abril, caravanas de expropriados de toda a região deverão chegar ao acampamento dos manifestantes. Barth admitiu haver "indícios de que Itaipu suspendeu a elaboração dos processos expropriatórios", mas afirmou: "Não. estamos querendo chegar a atos extremos, e esperamos com ardor uma definição para tudo antes do 1º de Maio, mas se até lá nada acontecer de positivo, então teremos a certeza de que nada mais temos a esperar. Aí, poderá acontecer tudo aquilo que até agora procuramos evitar, buscando o diálogo, que infelizmente até hoje não foi aceito por Itaipu" (FSP).

MAIO

10

Colonos decidem fim do protesto

Depois de 54 dias acampados junto ao canteiro de obras da Itaipu Binacional, os colonos expropriados decidiram ontem desarmar suas barracas e retomar para suas casas. A decisão foi tomada em assembléia geral dos colonos, depois de constatarem que não havia perspectivas de obter novas concessões por parte da diretoria da Itaipu, além daquelas anunciadas na última sexta-feira pelo presidente da empresa. A proposta da Itaipu, anunciada como "definitiva", elevou para 470 mil cruzeiros o preço a ser pago por alqueire de terra de primeira, antecipando um reajuste que deveria vigorar somente em junho. Antes, a empresa oferecia apenas 360 mil por alqueire e os colonos reivindicavam 480 mil. Além disso, informou-se que o

JULHO

4

Colonos ameaçados no Paraguai

O Paraguai é hoje a última fronteira para uma grande parte dos 400 mil colonos brasileiros que vivem naquele país. Eles foram atraídos pelo baixo preço de terras ainda inexploradas, e, portanto, férteis, e formaram grandes colônias onde hoje há um clima de iminente conflito. Os migrantes que não se transformaram em assalariados, os bóias-frias, são obrigados a pagar até quatro vezes pelas terras que ocupam, em vista da situação fundiária que faz de suas áreas verdadeiras terras de ninguém. A denúncia, dirigida ao governo brasileiro para que tome providências urgentes, foi feita ontem, em Curitiba, pelo presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná, advogado Wagner D'Angelis. Ele divulgou, apoiado por D. Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba, um caderno de estudos sobre a situação. Seu objeti-

reassentamento dos colonos poderá ter início imediatamente, com a transferência de 350 famílias para o município de *Arapoti*, no nordeste do Paraná, em terras incorporadas pela União. A empresa também comprometeu-se a conceder novos reajustes nos preços das terras nos dias 7 de agosto e 6 de novembro deste ano (FSP).

18 a 24

Vitória dos desapropriados

A região de Itaipu, no Oeste paranaense, foi colonizada ao longo dos últimos 30 anos, especialmente por pequenos plantadores vindos do Rio Grande do Sul. As terras, muito planas e férteis, permitiram um plantio intensivo de trigo, soja e outros cereais, com uma produtividade excepcional. Em 1976, quando o projeto de Itaipu passou a ser implantado, começaram as primeiras movimentações dos colonos proprietários de glebas na região para exigir um preço justo por suas terras. Mas ao longo de todos esses anos a Itaipu Binacional apenas os manteve numa grande incerteza, num clima de ameaça e pressões, oferecendo um preço irrisório, muito abaixo do valor real das terras. Ao aproximar-se a data final para a desocupação das terras, os colonos partiram para uma ofensiva mais firme, exigindo definição da empresa. Durante 54 dias montaram um grande acampamento no trevo da rodovia BR-277, onde foram observados atentamente por um batalhão de soldados da PM preparado para combate. Exigiam preços mais justos por suas férteis terras. A proposta da Itaipu era de 360 mil cruzeiros por alqueire (24 mil metros quadrados). Este valor, dada a produtividade das terras e a impossibilidade de adquirir outras de igual qualidade, foi considerado absurdo. A Itaipu cedeu e aumentou o preço para 470 mil — os colonos exigiam 490 mil. Se comprometeu também a fazer um reajuste no preço em 7 de agosto e 6 de novembro, datas limite para a desocupação. Os colonos suspenderam o acampamento e voltaram para suas casas. Ficou, entretanto, uma lição importante: só uma organização firme e paciente pode conquistar uma vitória, que embora parcial, foi decisiva para a sobrevivência de mais de oito mil famílias. Além do que, vai servir também de lição para outras cem mil pessoas que começarão a ser desalojadas brevemente em outras áreas do rio Uruguai, onde já estão projetadas mais de cinco represas (MOVIMENTO).

vo: impedir que se repita, com os colonos brasileiros, a rebelião de março do ano passado, na localidade de Caaguazu, liderada por Victoriano Centurión, o Capitão Vito, que resultou na morte de pelo menos 25 pessoas pelas forças de segurança do Paraguai (ESP).

SETEMBRO

3

Posseiros resistirão no Paraná

Despejadas das terras que ocupam há 20 anos, 17 famílias de posseiros prometem resistir às forças policiais solicitadas pelo Juiz de Foz de Iguaçu para retirá-los dos 55 alqueires que ocupam na localidade de *Lote Grande*. O Juiz ainda condenou os posseiros a pagarem um milhão de cruzeiros, cada um, ao fazendeiro Jorge d'Almeida, que reivindica a posse das terras, a

AGOSTO

26

Agricultores exigem rapidez na indenização

Cerca de mil agricultores desapropriados deram ontem um prazo de 30 dias para que a Itaipu conclua todas as indenizações. O prazo foi anunciado durante uma reunião entre a assessoria jurídica da empresa e representantes dos colonos, depois de uma rápida passeata realizada pelos agricultores do município de *Santa Helena*, que temem ser esquecidos diante da proximidade do prazo para a desocupação da área. Os colonos advertem que, se não forem atendidos, poderão reativar a atuação do movimento "Justiça e Terra" que, segundo eles, continua forte (FSP).

OUTUBRO

26/10 a 1/11

A luta dos expropriados

Intensas mobilizações marcaram a luta, nestes três últimos anos, de pelo menos cinco mil agricultores expropriados pela "Itaipu Binacional" no extremo oeste do Paraná. Em 1979, por iniciativa da CPT — Regional Sul 2 da CNBB, foi criado o "Movimento Justiça e Terra" que, habilidosamente, e incentivando a organização dos atingidos, conseguiu indenizações pelo menos aceitáveis para aproximadamente quatro mil pequenos e médios proprietários rurais. Os religiosos protestantes e católicos da CPT lançaram o "Projeto Arca de Noé", cujo objetivo era organizar a "retirada do Povo de Deus" do terreno que será inundado pelo "dilúvio" de Itaipu, que ocorrerá em 1983. Entretanto, o Movimento fez um balanço de suas lutas, e constatou que grande número de arrendatários, posseiros e bóias-frias ficou fora da "Arca". Surge agora, por isso, o "Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste" do Paraná, o MASTRO que, brevemente, vai apresentar suas reivindicações ao INCRA — voltadas, antes de mais nada, para o reassentamento dos sem-terra em áreas improdutivas de propriedades particulares e/ou do Estado (MOVIMENTO).

título de ocupação indébita. O Deputado do PMDB, Gernote Kirinus, denunciou o caso na Assembléia Legislativa do Paraná e pediu a aplicação do Estatuto da Terra — que incluiria a desapropriação e posterior titulação aos posseiros (JB).

16

Sindicato denuncia industrial

Noventa e cinco famílias de posseiros estão sendo ameaçadas de expulsão dos 300 alqueires que ocupam em *Ortigueira*, Norte do Paraná, por jagunços contratados pelo industrial Oto Cunha, de Ponta Grossa, sul do Estado. De acordo com os posseiros, ele diz ser dono dos mil alqueires da Fazenda Cunha, onde a maior parte das famílias ocupa a terra em litígio há mais de 50 anos. A denúncia foi feita pelo presidente do STR de Ortigueira, Benedito Caetano de Oliveira, que há dois anos vem reunindo provas para entrar com pedido de usucapião em nome dos posseiros. Várias queixas-crimes de ameaças e danos

materiais apresentados por posseiros contra jagunços, estão correndo na Justiça de Telêmaco Borba, município vizinho a Ortigueira. Oto Cunha, porém, nega ter recorrido a jagunços e apresenta documentos de posse da área (JB).

DEZEMBRO

31

Sustado despejo, persiste a tensão entre agricultores

O desembargador Clementino Puppi, do Tribunal de Justiça do Paraná, concedeu a liminar requerida pelos agricultores da área denominada "Quinhão 11", em *Sertaneja*, sustando o mandado de imissão de posse emitido pelo juiz da Comarca de Jacarezinho. Desta forma, fica suspensa a ordem de despejo que atingia inicialmente 46 lavradores e beneficiava o advogado Pedro Luiz Crespi, que obteve na Justiça a posse de 1.056 alqueires na região. A notícia da concessão de liminar foi transmitida pela assessoria de imprensa do governador, com a informação de que a medida garante a permanência dos agricultores nas terras que ocupam pelo prazo de um ano. A decisão, no entanto, não reverte a propriedade da área aos seus ocupantes, o que deixou os agricultores insatisfeitos, levando-se a reiterar que pretendem permanecer ali, mesmo após o prazo estabelecido pelo Tribunal, nem que seja necessário apelar para a violência (FSP).

Pernambuco

Mais de 750 famílias de trabalhadores rurais, algumas com mais de 50 anos de vida e trabalho nas Fazendas Santa Cruz, Pirajuí, Inhaman, Mulata, Engenho Novo e Caiana estão sendo ameaçadas de expulsão de suas terras, pelas quais pagam "condição". Alguns exemplos de agressão: no Engenho Novo, seis sítios de moradores foram invadidos por máquinas do proprietário e tiveram suas lavouras e fruteiras destruídas pela abertura de estradas; nas Fazendas Santa Cruz e Pirajuí, o dono da terra proibiu a construção de moradias, poluiu com petróleo a água de beber; cercou a terra, o rio e fechou caminhos por onde os trabalhadores transportavam sua produção; na Fazenda Inhaman, o proprietário acompanhado de um policial, forçou alguns trabalhadores a comparecerem à Delegacia de Polícia objetivando proibi-los de construir moradias. O Movimento Sindical requereu a desapropriação das áreas em conflito. No município de *Olinda*, nos Sítios Fragoso e Ouro Preto, 700 famílias de posseiros, englobando três mil pessoas aproximadamente, estão sendo ameaçadas de despejo por uma imobiliária local. Algumas dessas famílias moram e trabalham na área há mais de 40 anos. Ultimamente têm sido vítimas de agressão e tiveram suas plantações destruídas. No município de *Floresta dos Navios*, na comunidade Faveleira-Serra do Periquito, 200 famílias de posseiros estão ameaçadas de despejo judicial por decisão do STF. Caso típico de grilagem através de fraudes no registro de imóveis, esse conflito foi iniciado em 1975, inclusive com atentado à bala contra assessores da FETAG-PE. A comunidade resiste. O INCRA inicia a discriminatória. O grileiro é Antônio Novais, chefe político do PDS. No município de *Glória do Goitá* e *Lagoa de Itaenga*, no Engenho Goitá Grande, 14 famílias estão sob ameaça de expulsão. Essas famílias, todas de antigos pequenos arrendatários, vêm sofrendo ameaças de morte, pressões de capangas e destruição de suas lavouras. No

município de *Tacaratu*, o fazendeiro Aloísio de Sá vem tentando grilar 2 mil hectares e ameaça de expulsão cerca de 300 famílias. A grilagem se verifica através do usucapião fraudulento, facilitado pela escriturinha do cartório e esposa do grileiro Antônio Novais (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

JANEIRO

3

Posseiros pedem ajuda

Um grupo de trabalhadores rurais do município de *Igarassu*, representando 200 famílias, denunciou ontem à polícia e à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife a ameaça de expulsão que vem sendo feita pelo Sr. Paulo Sampaio, proprietário de uma firma imobiliária que diz ter comprado os 560 hectares onde os agricultores vivem como posseiros. Preocupados com as ameaças, os trabalhadores disseram que vivem nas terras - originalmente pertencentes ao grupo Lundgren - há muitos anos e que são cadastrados no INCRA como posseiros, fato que provam mostrando documentos que lhes garantem a posse de área (JB).

MARÇO

19

Agricultores protestam contra INCRA

Cerca de 350 agricultores dos municípios de *Igarassu* e *Paulista*, na região metropolitana do Recife, fizeram ontem, nos jardins da Coordenadoria Regional do INCRA, um ato de protesto. Representando 784 famílias que habitam 5 mil hectares em seis diferentes propriedades, eles reivindicam desde 1971 a desapropriação dessas terras e agora estão ameaçados de expulsão pelos proprietários. Antes do protesto diante do prédio da Coordenadoria do INCRA os agricultores formaram uma comissão, juntamente com o presidente da FETAG-PE, José Rodrigues, e membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, e foram recebidos em audiência pelo governador, a quem denunciaram o descaso do INCRA aos pedidos de desapropriação. Solicitaram do governador solução para os posseiros da Fazenda Mulata, em Igarassu, desapropriada em novembro de 1979 pelo Estado "por utilidade pública e interesse social". Em seguida, os integrantes da comissão se uniram aos agricultores que estavam reunidos na sede da Federação e, em seis ônibus, se dirigiram para o INCRA. Antes de falar para os 350 agricultores, o coordenador regional do INCRA reuniu-se com a comissão em seu gabinete, recebendo três documentos denunciando diversas irregularidades, inclusive um que mostra que, na propriedade Fazenda Engenho Novo, em Igarassu, ocorreram de 1972 até agora 36 agressões de capangas e capatazes a posseiros (ESP).

JULHO

4

Posseiro se arma contra trator

Armados de foice, facão, machados, enxadas e outros instrumentos de trabalho, cerca de 641 famílias de posseiros das áreas de Ouro Preto e Fragoso - município de *Paulista*, na região Metropolitana - cujas plantações estão sendo destroçadas por um trator que trafega protegido por quatro jagunços armados, estão em pé de guerra desde anteontem. As terras em lití-

gio pertencem — supostamente — à Companhia Nova Olinda que está construindo a infra-estrutura urbana, avançando sobre a terra dos posseiros que na maioria dos casos há mais de 40 anos tiram o sustento das suas famílias com o cultivo de lavouras. Com a aglomeração que se formou em torno do trator há o perigo de conflito, pois a maioria, armada e unida, está disposta a “cortar a cabeça” do primeiro que tentar novamente destruir a lavoura. Tudo faz parte de uma história antiga que começou há três anos quando os posseiros, através do STR de Paulista, pediram ao INCRA a desapropriação da área ou a titulação das terras, no caso de não existir proprietário legal, como acreditam (JB).

21

Lavradores ameaçados

Quinze posseiros e mais outras 17 famílias, representadas por quatro pessoas e orientados pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese do Recife e Olinda, pediram ontem garantia de vida contra os vigias de uma empresa que está tentando expulsá-los de uma área de 120 hectares no Sítio Salinas, em *Itamaracá*, região do Grande Recife. Os posseiros querem a garantia de permanência até que o problema de posse da área seja decidido na Justiça. Os reclamantes contaram ao secretário de Segurança Pública que o gerente da empresa e mais quatro pessoas invadiram as terras no sábado último e os expulsaram com a promessa de matá-los se voltarem ao local (ESP).

24

Trabalhadores fazem denúncia

O presidente do STR de *Pesqueira*, Geraldo Maciel Silva, denunciou ontem no Recife, um clima de tensão social na zona rural do município, com a ameaça de expulsão de mais de 400 famílias de 6.145 hectares que pertenciam à Fábrica Peixe e que foram negociadas com o BNDE, como pagamento de uma dívida da indústria. *Pesqueira* está situado no agreste e dista 200 quilômetros do Recife (ESP).

OUTUBRO

31

Posseiros têm terra arrasada

A FETAG-PE denunciou ontem que 13 famílias residentes — a maioria há mais de 40 anos — no engenho Goitá Grande, na cidade de Glória do Goitá, estão ameaçadas de expulsão por jagunços e tiveram todas as lavouras danificadas pelos novos donos da área. Os chefes das 13 famílias vieram ontem à capital, e um deles, Manoel José de Freitas, que mora em Goitá há 42 anos, disse que o engenho pertencia a Cristina Cavalcanti, que o vendeu a Artur Correia. Este, por sua vez, arrendou-o ao fornecedor de cana Geraldo Guerra que, segundo os lavradores, os tem ameaçado com fuzis e revólveres para que abandonem os terrenos onde moram e nos quais cultivam banana, mandioca, macaxeira (aipim) e hortaliças. O advogado da FETAG-PE, Fernando Gomes de Melo, informou que na terça-feira a entidade ingressará com ação possessória de manutenção em favor das 13 famílias, já que 15 abandonaram as terras. Antes, os donos do engenho moveram ação contra os trabalhadores, mas a FETAG-PE entrou com petição “ad cautelam”, alegando que o acordo entre proprietários e lavradores foi ilegal e irregular. “Na verdade, disse Manoel, não houve acordo, pois a gente prometeu que deixava as benfeitorias na boca do fuzil” (alegou ter sido ameaçado desta forma). O advogado enviará documento ao governador, pedindo providências da Secretaria de Segurança (JB).

Plauí

No município de *Esperantina*, na comunidade denominada Canoa, 13 famílias de arrendatários de uma área cujo pretenso dono não apresenta documentos de propriedade, vêm sendo pressionadas por jagunços que tentaram destruir sua produção de babaçu e madeira de lei. Como os trabalhadores resistiram, a Polícia interveio efetuando prisões, espancando trabalhadores e obrigando-os a transportar policiais, por 24 km, nas garupas de suas bicicletas. Na comunidade de Curral Grande, desde o ano de 1974, 12 famílias vêm sofrendo toda sorte de ameaças. Ultinamente, jagunços fizeram um tiroteio nas casas dos trabalhadores, para obrigá-los a deixar suas moradias. Na comunidade Beirut, seis das nove famílias existentes estão enfrentando pressões do proprietário. São, ao todo, três conflitos envolvendo 55 famílias (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

Rio de Janeiro

No sul do Estado, em toda a região cortada pela Rodovia Rio-Santos (Parati e Angra dos Reis, principalmente), o desespero é o que se observa entre as famílias de pequenos produtores. Nascidos e criados na terra, eles se vêem na contingência de alugar sua mão-de-obra e a incharem as favelas locais. A favela da Ilha das Cobras, no município de *Parati*, abriga trabalhadores rurais expulsos das fazendas em conflito: Barra Grande, Trindade, Praia do Sono e São Gonçalo, dentre outras. Se juntarmos a Parati os conflitos de *Angra dos Reis*, onde a mesma especulação imobiliária — beneficiando-se dos incentivos governamentais, seja em obras de infra-estrutura, seja em estímulo ao turismo —, vem expulsando o homem da terra, teremos um total de mais de duas mil famílias envolvidas em conflitos de terras. Em Angra, os mais gritantes estão nas Fazendas Sapiúba, Zungu, Bracuí, Palmital, Pontal, Ariró, Pedra Branca e Nova Grataú. O último Decreto que elevou a região à condição de área prioritária de Reforma Agrária (82.884/78) expira no ano vindouro, o que irá, sem dúvida, complicar o já complicado quadro da região pela dificuldade de ingresso de medidas desapropriatórias de que ela tanto carece. A extensão das áreas em conflito chega a quase 100 mil alqueires. No município de *Cabo Frio*, na Fazenda Campos Novos, com uma área de 7.350 hectares, mais de 100 famílias de posseiros vêm sendo perseguidas, desde a década de 60, pelo “proprietário” Jamil Cury Mizziara e seus jagunços. Ali as violências são uma constante. Os jagunços se revezam, inclusive trazidos de outros Estados, para lançarem o medo entre as centenas de pessoas, seja através da destruição de lavouras, ou mesmo pelas tentativas de assassinatos de posseiros que sempre viveram e trabalharam naquelas terras. Além dessas violências, não se pode esquecer que, na Comarca local, tramitam mais de cem processos contra os posseiros. Alguns deles já foram julgados pelo Tribunal, decidindo pelo despejo dos trabalhadores. A situação é grave e tende a piorar. Apesar de estudos e de promessas do INCRA aos posseiros, em audiências e atos públicos, o imóvel até o momento não foi desapropriado (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

Trabalhadores rurais conseguem desapropriação

O Presidente da República assinou ontem decreto de desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte, no município de *Cachoeiras de Macacu*, com o objetivo de promover reforma agrária. A fazenda, de diversos proprietários, ocupa uma área de aproximadamente 4 mil 828 hectares. O controle da maior parte das terras era da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A. A desapropriação beneficiará 602 famílias de lavradores, entre posseiros que já vivem na área e outros que estão por vir. Os posseiros (46 famílias) terão sua situação regularizada (JB).

Vila sob ameaça de expulsão

Uma vila inteira distante 33 quilômetros de *Parati*, ocupada por cerca de 300 pessoas e dispondo de Igreja, casas de comércio, clube recreativo e um cemitério, além de posto de saúde e uma escola, está sob ameaça de expulsão porque dois homens — *Liberato e Ary de Souza Leite* — alegam ter comprado o título das terras e pretendem transformar Vila Parituba em um novo loteamento. Os moradores ocupam a região há mais de 100 anos, como garante por exemplo Francisco José Bulhões, fundador do clube recreativo (ESP).

A Luta pela Terra em Trindade

Nina Almida Braga

Com a construção da estrada Rio-Santos no início da década de 70, o litoral sul fluminense transformou-se numa área de atração para os investimentos de grandes grupos econômicos. A especulação imobiliária tornou-se regra. As empresas nacionais e multinacionais empenharam-se em expulsar da terra aqueles que nela moravam e trabalhavam há várias gerações. Com a eclosão de conflitos pela posse da terra na região, esta população se transferiu para a periferia das cidades, formando favelas sem serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

Neste quadro situa-se o conflito em Trindade, um povoado de pescadores e lavradores — caícaras — a dezoito quilômetros de *Parati*, na divisa do Estado do Rio de Janeiro com São Paulo.

Pouco tempo depois de ter adquirido o título de propriedade da fazenda Laranjeiras, o ex-governador do Estado do Rio, Carlos Lacerda, revende-a, em 1973, para a Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda., subsidiária do grupo ADELA (Agencia para el Desarrollo Latino Americano) — BRASCAN (Brazilian Canadian Corp.). Para este grupo — um holding de duzentas e vinte e sete empresas das quais apenas oito brasileiras — a área da fazenda compreendia também Trindade, afirmação constatada pelas cem famílias de caícaras que lá moravam. O novo "proprietário" passa a adotar algumas táticas no intuito de remover da região os posseiros, seus antigos habitantes.

De início tais táticas são sutis: em fins de 1973 envia um advogado que percorre as casas dos posseiros comunicando-lhes que a área em que moravam e trabalhavam há três gerações não lhes pertencia. Posteriormente surge na comunidade um "diretor" da Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda., dizendo-se pastor adventista e aconselhando-os a entregarem suas posses para a multinacional. No momento em que os caícaras descobrem que ele andava armado, expulsam-no da localidade.

Diante da ineficiência destas e outras iniciativas, a Companhia ADELA-BRASCAN recrudesce. Em fevereiro de 1974 envia quarenta e sete jagunços ostensivamente armados que se instalam na casa do ex-ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes e, logo depois, mudam-se para a casa de veraneio do diretor da Volkswagen — Werner Baun — mais próxima da vila dos caícaras. O fato dos jagunços não terem respeitado sequer as posses dos "graúdos" provocou entre os "trindadeiros" um clima de pânico, que se acentuou com o desembarque de armas ostensivamente exibidas na vila. Com isto as primeiras "posses de moradia" (sendo pescadores e lavradores os caícaras detinham dois tipos de posse: "moradia", isto é, casas localizadas na beira das praias; de "trabalhos", lavouras situadas na encosta da serra) são vendidas à "Companhia" pelos posseiros que habitavam mais perto da casa que servia de abrigo para os jagunços.

A providência inicial dos "trindadeiros" foi a de procurar as autoridades municipais que mostraram-se omissas ou coniventes com

a violência praticada pelo grupo multinacional. Os advogados do STR de *Parati* não resistiram à pressão econômica e não foram adiante na defesa do direito de usucapião dos posseiros. Diante da necessidade de proteger suas famílias face às ameaças dos "jagunços", no entanto, os homens são obrigados a abandonar sua principal fonte de sustento — a pesca embarcada — assim como as mulheres não mais têm segurança para cuidar das roças distantes das "moradias". Sem contar com apoio externo, com suas atividades de sobrevivência paralisadas, preocupados com o poderio econômico do grupo ADELA-BRASCAN e receosos face à ameaça da Companhia ("ou aceita o que ofereço, ou sai sem fazer preço, que esta terra não é sua"), os "trindadeiros" vendem suas posses de "moradias" com a intenção de permanecer nas suas áreas de lavoura. No entanto, o grupo multinacional inclui a posteriori uma cláusula nos contratos segundo a qual os posseiros comprometiam-se a ceder também a área das roças.

A empresa apressa-se em desfigurar Trindade: benfeitorias são destruídas por tratores, casas e lavouras queimadas e o leito do principal riacho da localidade é desviado. É em função de tais atos que ocorre a primeira reação articulada dos "caícaras". Organizam-se em mutirão para conservar o leito natural do riacho, assim como colocam-se na frente dos tratores da "Companhia", logrando obter êxitos reduzidos como o adiamento por alguns dias da ação destrutiva. Reuniões são feitas para discutir o conflito e as formas de resistência. Surge assim a idéia de procurar o escritório do advogado Sobral Pinto dado seu sucesso em caso semelhante no Rio de Janeiro. De imediato este escritório, na pessoa do Dr. Jarbas C. Penteado, aceita assumir gratuitamente a dimensão jurídica da luta, o que é encarado pelos posseiros como uma vitória, levando maior número de caícaras a participar das reuniões que inicialmente contavam apenas com cinco ou seis chefes de família das cinquenta e duas restantes em Trindade. Ao mesmo tempo, é formada a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro composta por profissionais liberais e universitários, solidários com os posseiros. Com o objetivo de sensibilizar a opinião pública, denúncias sobre as arbitrariedades da Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda. são feitas através da imprensa e exposições no Rio e em São Paulo.

Contando com esse apoio, os "trindadeiros" passam a fazer valer, na prática, seus direitos possessórios sobre as áreas de lavoura nunca negociadas com a empresa. Com as concretizações das ações de despejo movidas pela "Companhia", e impedidas de transferirem-se para as "posses de trabalho", as vítimas dos despejos decidem permanecer em Trindade, seja na beira da estrada, seja na posse de parentes. Alguns ocupam a posse de lavoura e passam a construir as casas em regime de mutirão ocupando-as imediatamente, sem dar tempo aos jagunços de encontrá-las vazias e derrubá-las, como já o haviam feito outras vezes. Para contrariar o argumento da empresa de que restava em Trindade apenas "meia dúzia de teimosos e ambiciosos, querendo lucrar duas vezes na venda de uma mesma posse", os caícaras constroem vinte e três casas em trinta e seis dias, demonstrando que Trindade ainda estava ocupada. Tais casas eram erguidas durante o dia e à noite eram vigiadas em rodízio até que ficassem em condições de abrigar uma família.

Face às denúncias na imprensa e à resistência dos "trindadeiros", o grupo ADELA-BRASCAN retira os jagunços da área, deixando apenas meia dúzia de empregados cujos métodos de ação diferem substancialmente.

29

Invasão de terras**leva posseiro à prisão**

Cerca de 300 posseiros foram detidos, ontem, numa área de 511 mil metros quadrados do Parque Estoril, em Vila de Cava, Nova Iguaçu, acusados de invadirem terras do antigo Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura. Feita uma triagem, cerca de 70 ficaram detidos para interrogatório no DPPS. Segundo denúncia policial do presidente da Associação Rural de Nova Iguaçu, os posseiros haviam invadido a área há quatro meses, sob alegação de terem recebido autorização do Exército para distribuir e demarcar as terras. Muitos dos detidos disseram no DPPS que se apoderaram das terras para plantar e construir casas porque não tinham condições financeiras de morar

O conflito entre posseiros e proprietários passa a ser travado exclusivamente no campo jurídico onde os trindadeiros sofrem sucessivas derrotas. Em agosto de 1979 dá-se o último despejo coletivo: vinte e três famílias são despejadas após a realização de uma passeata maciça na cidade de Parati. O exemplo dos "trindadeiros" transferidos para as cidades de Parati e Ubatuba onde enfrentavam péssimas condições de vida, torna a permanência em Trindade uma questão de sobrevivência: "entre morrer lutando por nossa terra e morrer debaixo da ponte de alguma cidade, prefiro ficar aqui". Assim, as 23 famílias despejadas ficam nas posses de parentes, amigos ou nas cavernas situadas nas encostas da serra.

A resistência dos "trindadeiros", faz com que o grupo ADELA-BRASCAN proponha um acordo no final de 79, recusado pela maioria dos interessados devido às suas limitações. A proposta, no entanto, consegue dividi-los.

Alguns, cuja situação jurídica era mais precária do que outros, aceitariam um pedaço de terra em qualquer canto de Trindade. Na medida em que a proposta de acordo trouxe consigo a paralisação dos processos judiciais, a vida em Trindade retoma o seu curso normal, com os caiçaras dedicando-se novamente à pesca e à lavoura. Em 80, os "trindadeiros" constroem uma igreja numa área vizinha e que estava sendo reivindicada pela "Companhia", como símbolo de sua união e resistência já que serviria também como abrigo em caso de despejo.

Após permanecerem oito anos tentando inutilmente remover da área os posseiros que lá habitavam e desgastada perante a opinião pública, a empresa ADELA-BRASCAN vende em julho de 1981 a área para o grupo paulista COBRASINCO. O último, a fim de evitar que seu investimento se dilua em questões intermináveis e veja sua imagem pública igualmente deteriorada, propõe um acordo que é aceito com modificações pelos "trindadeiros" cuja precariedade jurídica era evidente. Dispostos a reconstruir a comunidade sobre bases sólidas, os caiçaras exigem uma área mínima para o reassentamento das cinquenta e três famílias residentes no povoado e mais trinta, aproximadamente, que estariam dispostas a trocar as cidades vizinhas pela volta à sua terra natal. Desta maneira, passam a ter direito de propriedade sobre uma área de 222 mil metros quadrados para moradia, e 618 mil, quinhentos e vinte e cinco para lavoura.

A partir daí a discussão correu em torno da questão de quem teria direito a um lote, já que a área conquistada não era suficiente para abrigar todas as famílias que agora reivindicavam terra.

Com a notícia do acordo, vários "trindadeiros" que haviam abandonado a vila há vários anos, são atraídos pela perspectiva de ganhar um pedaço de terra altamente valorizado.

As famílias que se mantiveram em luta desde 73 decidem, frente a este problema, definir como critério básico para a cessão de lotes, a participação na luta pela terra. Apesar de reconhecerem que a violência praticada pelos "jagunços" foi um fator responsável pela evasão de diversas famílias, apontam como exemplo aquelas que enfrentaram até três despejos sem nunca sair da localidade. Dessa maneira, os líderes mais atuantes e as famílias que permaneceram em Trindade têm prioridade sobre aqueles que desejam retornar. Neste contexto são escolhidos setenta e seis chefes de família ou pessoas com direito a lote de "moradia" e quarenta e um com

na cidade. Silas Gomes, 42 anos, Valdomiro Arruda, 38, José Francisco Alves, 38 e Enéas Pinto, 44, transformaram antigos estábulos em pequenos casebres para morar com as famílias (JB).

MAIO

1

Sindicatos lançam nota sobre Nova Iguaçu

A FETAG-RJ, o STR, o Movimento de Amigos de Bairro e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, todos de Nova Iguaçu, distribuíram ontem nota oficial na qual afirmam que "as ter-

direito a lote também de "trabalho". O tamanho do lote de "moradia" varia de acordo com a extensão da família e sua participação na resistência. Aliada à insuficiência da terra contida no acordo, o fato de rapazes e moças solteiros, contrariando as regras tradicionais de organização social do grupo, terem recebido um lote também de acordo com sua participação na luta, acentua a hostilidade dos "trindadeiros" preteridos. Com o objetivo de resgatar sua união, os líderes locais criam a Associação de Moradores e Amigos de Trindade - AMAT. Seis dos mais combativos moradores constituem a "Comissão de Trindade", eleita democraticamente, que coordena o projeto de assentamento na área de "moradia" e "trabalho".

Após oito anos de luta, os trindadeiros conseguiram fazer valer seus direitos sobre a terra. Contrariando a tendência dominante neste país, onde conflitos semelhantes resultam na expulsão daqueles que moram e trabalham na terra, os trindadeiros têm hoje garantida a posse da terra.

Para eles, "Davi venceu Golias": todo o poder da multinacional ADELA-BRASCAN não foi suficiente para deter a força da união de menos de uma centena de famílias caiçaras. Permanecer na terra pela qual lutaram é visto como uma vitória, mesmo que o tamanho das posses seja menor do que a que tinham anteriormente e isto lhes possibilita a reconstrução de suas vidas no mesmo local em que moravam e trabalhavam antes da chegada da multinacional.

Trindade transformou-se num exemplo de resistência, sendo comum a solicitação para que os "trindadeiros" relatem suas experiências a populações vizinhas. De fato, a vitória obtida em Trindade é um caso particular num país marcado por diversos conflitos pela posse da terra. Diante disto os "trindadeiros" afirmam:

"Bom, acho que a minha família é quase o Brasil inteiro, então a gente tem que lutar porque se a gente já teve perto do fogo e saiu do fogo, não se queimou, a gente vai tirar o amigo do fogo também pra ele não se queimar. Então até as autoridades é suficiente saber disso. Tem que dar força para todos os Trindadeiros. Porque somos brasileiros, entre nós também podemos tá pronto pra ativar aqueles oprimidos que os caras tão oprimindo eles nas terras de trabalho, de moradia, né, eles não pode ir pra cidade, fazer o quê na cidade? Favela? favela já chega o que tá na cidade, eu acho que aumentar mais favela não dá, o cara tem que ter liberdade dele na terra em que ele nasceu" (depoimento de um "trindadeiro" em 15/10/81).

A LUTA PELA TERRA EM TRINDADE

"Ele diz: não faz casa, nós fazemos.
Ele diz: não trabalha, nós trabalhamos.
Ele diz: não tira canoa, nós tiramos.
Ele diz: não faz roça, nós fazemos.
Porque onde é que nós vamos
cair se é aqui que nós vivemos.
Fomos nascidos e criados aqui
desde o tempo dos nossos bisavós?"

"Ou aceita o que ofereço
ou sai sem fazer preço
que esta terra não é sua."

ras em presente disputa; pertencem ao Ministério da Agricultura desde a década de 60, mas se encontram improdutivas há 17 anos". O atual conflito de terras", prossegue o comunicado, "não é um caso isolado e nem desconhecido, e um levantamento diz que 25 mil pessoas distribuídas em 15 municípios no Estado estão vivendo sob constante ameaça de expulsão". A nota aponta o Sr. Lehar Rodrigues da Silva, presidente da Associação Rural, como a pessoa que pediu à polícia para expulsar os posseiros. Os posseiros denunciaram o presidente da Associação Rural como a pessoa que, acompanhada de quatro pistoleiros, um deles identificado como Marão, vem, há dois meses, ameaçando os colonos porque eles não atendiam a sua ordem de sair das terras. O presidente da Associação Rural chegava a se dizer dono das terras, segundo os colonos (JB).

JUNHO

16

Posseiro acusa empresário

O empresário paulista Gibrail Nubritano foi acusado ontem de estar ameaçando — com a ajuda da PM e até de 50 búfalos — cerca de 500 posseiros de quatro praias situadas em *Parati*. Periodicamente os lavradores são presos e, às vezes, espancados pela PM, sob a acusação de que estão ocupando propriedade alheia. A denúncia foi feita ontem por Mesake de Araújo, que já esteve preso por três vezes, durante uma concentração que cerca de 1.500 posseiros de 23 municípios fluminenses realizaram na sede regional do INCRA. Segundo ele, desde 1964 o industrial "vem atacando a gente. Hoje nós estamos também entregando um ofício ao INCRA e às autoridades em geral, denunciando tudo" (FSP).

16

Lavrador quer área desapropriada

Na sede local do INCRA, 1.500 trabalhadores rurais do RJ se reuniram para reivindicar ao coordenador regional "a desapropriação imediata das áreas de conflito". Eles querem "uma efetiva reforma agrária" que assegure aos trabalhadores o direito à terra para solucionar o problema da fome e do desemprego na área rural. Organizada pela FETAG-RJ, a manifestação teve o apoio da CPT, da CONTAG e de deputados da oposição. Estiveram presentes ontem à manifestação representantes de 23 municípios do Estado do Rio. Falaram representantes de Cachoeiras de Macacu (Areia Branca, São José da Boa Morte — esta área já desapropriada); Cabo Frio (Campos Novos e Porto Velho); Duque de Caxias (Fazenda Capivari, desapropriada); Magé; Nova Iguaçu (Parque Estoril); Angra dos Reis (Fazenda Japuiba e Bracuf); Parati (Barra Grande, Trindade e Praia do Sono); Araruama (Fazenda Paraíso); Vassouras; Paracambi (Fazenda Sabugo) e, finalmente, Casimiro de Abreu. Além do relatório da FETAG-RJ, também foi entregue um documento assinado por 500 trabalhadores rurais de Cabo Frio — a maioria trabalha na Fazenda Campos Novos e Fazendinha. Eles pedem a imediata desapropriação da área por serem constantemente ameaçados pelos grileiros. Um outro documento foi entregue pelos trabalhadores de Mangaratiba, ameaçados de perder a terra. Eles já foram notificados judicialmente, apesar de terem contrato de parceria com os donos das terras. Além da "desapropriação das áreas de conflito", eles reivindicam "assentamento definitivo das famílias de trabalhadores rurais com a participação do movimento sindical" e "titulação definitiva das terras em poder dos trabalhadores". O documento afirma que "os conflitos estendem-se de norte a sul do Estado, desde São João da Barra, no Norte, até Angra dos Reis e Parati, no Sul, tendo, na Baixada Fluminense, em torno da área metropolitana e nas áreas litorâneas, uma grande concen-

tração de casos extremamente graves". O documento alerta, ainda, para o fato de a situação ter-se agravado bastante nos últimos dois anos. "Em agosto de 79, havia um quarto dos municípios atingidos por conflitos e agora já há um terço dos municípios e o número de pessoas atingidas aumentou em mais de cinco mil. Esperam as autoridades que sejam atingidos todos os trabalhadores rurais de todos os municípios para começar a mudar este quadro" (JB).

JULHO

14

Posseiros lutam em Trindade

Os posseiros de *Trindade*, no litoral Sul Fluminense, que resistem já há nove anos à perda de terras cultivadas por eles durante décadas, prepararam-se para enfrentar nova etapa na luta pelos seus direitos. É que a Atlantic Community Development Group for Latin America (ADELA), proprietária da Fazenda Laranjeiras que abrange a área de Trindade, pretende vender aquelas terras, estando em andamento processo de negociação com a COBRASINCO. Alarmados com a notícia, os posseiros insistem para que a ADELA estabeleça acordo que assegure seus direitos antes da transação imobiliária, conforme havia sido acertado em contatos mantidos com as Igrejas Reformadas da Holanda (Protestante), entidade que está agindo como intermediária entre as partes em conflito (FSP).

AGOSTO

2

Trindadeiros continuam luta

Quando visitarem *Trindade*, para o primeiro contato com as famílias de posseiros que formaram a aldeia há quase 300 anos, os representantes da COBRASINCO S.A., "holding" de empresas nacionais que adquiriu a Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial S.A., encontrarão uma comunidade muito diferente daquela encontrada pelo grupo multinacional que se tentou fixar naquelas terras há cerca de nove anos. Pela Rio-Santos, estrada que ligou Trindade à civilização, chegaram caminhões e tratores, empreendedores imobiliários, campistas, turistas e grileiros. Mais tarde, a companhia multinacional levou para lá seus jagunços armados de cassetetes e metralhadoras. Nesses 9 anos os posseiros enfrentaram toda a sorte de violências, desde o confronto de seus valores com culturas completamente diversas, até a tentativa de expulsão por meio de tiros, queima de suas casas e roças, e agressões físicas. Duas professoras enviadas de Parati para a escola foram estupradas, tratores protegidos por homens armados jogaram terra sobre a cachoeira que abastece o local na tentativa de destruí-la. A suavidade característica dos posseiros de Trindade foi substituída por uma resistência aprendida na luta persistente. Muitas vezes eles foram enganados pelos advogados em que depositaram confiança. Hoje, quando qualquer estranho chega a Trindade (e chegam muitos), ele encontra olhares desconfiados. Já não é fácil ganhar a simpatia do povo da aldeia (FSP).

SETEMBRO

10

Grupo italiano contra colonos

Cerca de 240 famílias de colonos — muitos nascidos e criados na região — estão sendo despejadas de suas terras em *Parati*, por um grupo de fazendas da empresária italiana Ione Fabri Cambareri. De acordo com o advogado do STR da cidade, a

ação é ilegal porque as fazendas só provaram em juízo, até agora, a propriedade de um terço das terras que ocupam — área esta onde não estão instalados colonos. Durante todo o dia de ontem dezenas de lavradores estiveram reunidos à porta do STR, na praça central da cidade, à espera do coordenador estadual do INCRA que não apareceu. Segundo o secretário-geral do STR, Jair da Silva, o objetivo da reunião “era pressionar o Instituto para que desaproprie as terras reclamadas pelas fazendas, dividindo-as entre os colonos” (JB).

20

Agricultores ameaçam invadir fazenda

Um ano e meio depois que a Polícia expulsou e prendeu 88 invasores da fazenda São José da Boa Morte, no município de *Cachoeiras de Macacu*, a 130 quilômetros do Rio, cerca de 200 agricultores, reunidos em assembleia na semana passada, ameaçam invadir novamente a área, cuja maior parte permanece improdutiva embora existam na região mais de dois mil lavradores sem terra que sobrevivem em condições cada vez mais precárias. A maioria é empregada dos fazendeiros, ganhando em média de duzentos a trezentos cruzeiros por dia de trabalho, sem carteira assinada, nem recebem os benefícios estabelecidos na legislação trabalhista, décimo terceiro salário, férias, ou assistência médica do INPS. “E os que têm alguma posse ficam nas mãos dos atravessadores que controlam o escoamento da produção. São eles que determinam os preços para os produtos, mal dando para o lavrador pagar o que gastou no plantio e na colheita” — afirma o presidente do STR do município. Neste quadro de extrema pobreza a revolta cresce dia a dia (FSP).

27

Trindadeiros poderão ganhar causa

Após nove anos de resistência, os posseiros de *Trindade*, poderão garantir, definitivamente, a permanência de suas famílias nas terras em que vivem há quatro gerações, selando em juízo a posse do solo que cultivam. As negociações entre seus representantes e a proprietária dos terrenos, a empresa COBRASINCO S.A., estão em fase final, e tudo indica a proximidade de um acordo. Se este for o resultado, Trindade será um novo capítulo da história do litígio de terras no País. A partir de sua resistência essa comunidade mostrou que o direito natural de quem cultiva a terra significa um pouco mais do que simples intenção registrada no INCRA. Os pescadores resistiram à violência de metralhadoras e jagunços que a antiga proprietária, a multinacional ADELA, lhes impôs durante vários anos, e aprenderam a lutar por seus direitos mais elementares. Em julho, a ADELA vendeu a Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial S.A., propretária dos 550 alqueires, à COBRASINCO S.A., de capital nacional, que iniciou entendimentos com os representantes dos posseiros apontando áreas onde poderiam se instalar. Em apenas dois meses os trindadeiros discutiram as propostas da nova compradora e, em reuniões de toda a comunidade, sugeriram outras áreas, discutiram suas reivindicações mínimas, escolheram e votaram propostas (FSP).

OUTUBRO

4

INCRA desagrada a lavradores

Os critérios do INCRA para selecionar os agricultores que ocuparão os 600 lotes da Fazenda São José da Boa Morte, em Papucaia, distrito de *Cachoeiras de Macacu*, e sua disposição de desalojar 23 famílias que cultivam parte desta área há anos, ameaçam reativar o clima de tensão e litígio na cidade. considerada “área prioritária para a reforma agrária”. Em Cachoei-

ras há quase duas mil famílias que vivendo de biscates ou encostadas em casas de parentes, esperam chamada para ocupar as terras da fazenda. O STR se queixa de não participar da escolha, embora conheça cada lavrador da região e sua potencialidade de trabalho e teme que os verdadeiros agricultores sejam preteridos pelo INCRA, por não terem crédito bancário nem comprovante de comercialização do produto de suas plantações (JB).

NOVEMBRO

13

Soldados da PM expulsam lavradores

Dez famílias de lavradores foram expulsas ontem por soldados armados da PM do sítio Grota Funda, no Km 37 da Avenida Brasil, em *Santíssimo*. Um homem que se apresentou como oficial de justiça e dizia chamar-se Mário, acenava com um documento (ninguém pôde lê-lo) no qual a posse das terras é atribuída à Companhia Rural e Urbana do Distrito Federal Ltda. O advogado das famílias, Dylmor Remzetti Regis, disse que o sítio — de 400 mil metros quadrados — é espólio de João Rodrigues e sua mulher Ludovina de Jesus, mortos há mais de 100 anos e cujo neto, o lavrador Carlos de Jesus Rodrigues, é o atual inventariante. Afirmou ainda que a companhia é grileira e baseia sua pretensão em liminar concedida pelo Juiz da 2ª Vara Cível — Regional de Bangu, mas por ele derrubada através de mandado de segurança (JB).

Rio Grande do Norte

No *Vale do Açu*, os trabalhadores rurais se acham molestados pela construção da Barragem “Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves” face à incerteza de área destinada à agricultura e à inexistência de definição quanto ao reassentamento das pessoas despejadas. São milhares de trabalhadores rurais, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, comodatários, posseiros e/ou assalariados que se vêem expulsos da terra e excluídos do gozo dos benefícios da edificação da barragem.

Em *Taipu*, na localidade denominada “Queimados”, cerca de 29 famílias estão ameaçadas de despejo da terra que ocupam e trabalham há muitos anos. Contra elas existem, atualmente, uma Ação de Manutenção de Posse e outra de Imissão de Posse, promovidas pelo grileiro Aduino Rocha. Mesmo estando o processo em grau de recurso no Tribunal de Justiça do Estado, o grileiro já tentou convencer os trabalhadores a deixarem a terra por acordo e agora os está ameaçando com a Polícia. Os trabalhadores continuam firmes. Na localidade de Ingá, também em Taipu, a terra ocupada por 54 famílias foi, há muitos anos, objeto de pretensão do grileiro Jason Furtado que queimou cercas, cortou arames, estacas, destruiu lavouras, casas e tentou expulsar os posseiros à força. A polícia esteve na área por várias vezes prendendo trabalhadores. Os capangas atiraram contra os posseiros para intimidá-los. Mesmo assim, eles reagiram. A área foi desapropriada e está em fase de execução. Mas o INCRA continua manipulando os posseiros.

Em *Ceará-Mirim*, na localidade denominada Amingas, 81 famílias que moram e trabalham na área, há vários anos, estão ameaçadas de expulsão pelo grileiro Waldemar Rosa, que se diz o dono. A terra foi requerida na Secretaria de Agricultura do Estado. Com o respaldo de funcionários da Secretaria, o grileiro cercou a área ocupada pelos trabalhadores, destruiu benfeitorias e tenta, de qualquer forma, expulsá-los. Na localidade Rio do Fogo, cerca de 110 famílias se acham colocadas em

posses, numa área de 200 hectares. Sobre elas pesam as ameaças de Manuel Francisco, que se diz proprietário das terras. Cercas e benfeitorias já foram destruídas, mas os trabalhadores continuam firmes na terra. Próximo à cidade de Natal, cerca de 150 famílias residentes e apossadas no "quilômetro 10", *Estrada da Redinha*, acham-se sob ameaça de expulsão por parte da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB), órgão de execução da política habitacional do Estado, que pretende edificar um conjunto residencial naquela área. Ainda na área urbana daquela Capital, no Sítio "Baixa do Saguim", cerca de 30 famílias estão ameaçadas de expulsão pela GERNA S/A. Completando o quadro de conflitos de terras do Estado, mais de sete municípios foram objeto de denúncias do Movimento Sindical: *Areia Branca*, com 50 famílias; *São Bento do Norte*, com 7 famílias; *Touros*, com 238 famílias; *Pureza*, com 3 conflitos, envolvendo 350 famílias; *São Gonçalo do Amarante*, com 2 conflitos, envolvendo 164 famílias; *Macaíba*, com 13 famílias; *Macharanguape*, com 2 conflitos e 85 famílias; e *São José do Mipibu*, envolvendo 55 famílias (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Rio Grande do Sul

Remanescentes da construção da Barragem Central Hidroelétrica de Passo Real, que atingiu os municípios de *Cruz Alta*, *Ibirubá* e *Selbach*, 300 famílias continuam, ainda, aguardando reassentamento, trabalhando como parceiros, meeiros ou assalariados, em condições de verdadeira miserabilidade. Em consequência da desapropriação da área Guarita, em *Torres*, uma centena de pequenos agricultores atingidos estão sem poder fazer qualquer investimento na área, com receio de que o Estado não os indenize a preço justo. No município de *Roque Gonzales*, 41 famílias de posseiros aguardam a regularização fundiária pelo INCRA. No município de *São Francisco de Paula*, apesar da área ter sido desapropriada pelo Governo do Estado, 34 famílias ainda permanecem à espera da regularização de seus lotes. E, em *São Luiz Gonzaga*, 100 famílias de posseiros estão sob constante ameaça de despejo (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Ronda Alta

ABRIL

14

Colonos acampados: governo não vê solução

"A Secretaria não tem dinheiro, não tem terra disponível e também não tem solução para o problema". Isto foi o que um grupo de 16 agricultores sem terra ouviu do secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, ontem, em seu gabinete. Os colonos representam as 600 famílias que estão acampadas à margem de uma estrada estadual, próxima à Fazenda Sarandi, no município de *Ronda Alta*, à espera de terras para plantar (ESP).

JULHO

25

Morrem três no acampamento

Enquanto cerca de 600 famílias permanecem acampadas à beira da estrada, numa encruzilhada conhecida como Natalino, entre *Ronda Alta* e *Passo Fundo*, a cerca de 300 quilômetros de Porto Alegre, à espera de que o governo lhes dê terra no próprio Estado, três pessoas já morreram e 1.200 estão necessitadas de atendimento médico, das quais 700 são crianças. Segundo a Secretaria de Saúde, tem havido uma média diária de 70 atendimentos médicos; os resfriados têm sido a ocorrência mais freqüente. Apesar das dificuldades, os colonos continuam firmes em suas reivindicações, esperando que as promessas do governo sejam cumpridas (FSP).

27

Colonos pressionam governo...

Depois de, em vão, terem esperado por terras durante mais de seis meses, as 600 famílias acampadas em barracas em *Ronda Alta*, anunciaram que, no começo de agosto, se mudarão para a Praça da Matriz, em frente ao Palácio do Governo gaúcho, com o objetivo de obrigarem as autoridades a reassentá-las no

Estado. A decisão foi anunciada a cerca de 8 mil pessoas - agricultores, líderes sindicais e participantes das CEBs, que fizeram romaria de solidariedade aos acampados, quando era comemorado o Dia do Colono (JB).

30

... e querem terra no seu estado

O governador do Rio Grande do Sul transferiu para o INCRA a solução do problema das 600 famílias de agricultores sem terra de *Ronda Alta*. O governador falou a uma comissão de quase 200 colonos do plenário da Assembléia Legislativa e deixou a todos insatisfeitos. O líder do grupo, Saul Marchiori, disse que se o INCRA não resolver o problema dentro de 30 dias, "não há política que nos segure". O INCRA se dispõe a colocar os agricultores em terras disponíveis em outras regiões do País, mas os colonos querem o assentamento no próprio Rio Grande do Sul. O governo gaúcho, entretanto, alega que não tem terras próprias para assentá-los (FSP).

AGOSTO

5

Major Curió entra em cena

O secretariado nacional da CPT divulgou ontem, em Goiânia (GO), um relatório recebido de seus agentes pastorais no Rio Grande do Sul analisando a ação do Major Curió e tropas do Exército, Brigada Militar e PF junto às famílias de colonos sem terra acampadas em *Ronda Alta*. Segundo a CPT, desde quinta-feira última o acampamento foi ocupado por tropas militares, policiais rodoviários, funcionários do INCRA, EMATER e de outros organismos que estão identificando e fichando todos os que entram e saem do local. Essa ação está sendo coordenada pelo Major Curió que, de acordo com a CPT, é responsável pela desmobilização e desestruturação quase total do acampamento. "A comissão central dos sem-terra foi dividida e não consegue mais realizar uma ação conjunta e de unidade. Os colonos não sabem mais a quem seguir e que ordens acatar, estabelecendo-se entre eles a confusão, a delação e a busca de privilégios". No esquema imposto por Curió, sua barraca "foi transformada no centro do acampamento, onde os sem-terra devem reunir-se todos os dias, pela manhã,

para cantar o Hino Nacional, enquanto a bandeira é hasteada. Há ainda uma preleção do militar, repetindo-se a mesma cena à noite, no arriamento da bandeira" (ESP).

8

Os latifúndios gaúchos

Diante das reiteradas afirmações do governo gaúcho de que não dispõe de terras para transferir as 600 famílias de colonos acampados em Ronda Alta, integrantes da Comissão de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, sindicatos, CPT e FETAG-RS divulgaram ontem, em Porto Alegre, um documento contendo a relação dos latifúndios do Estado e uma lista completa das propriedades rurais do município de Dom Pedrito, a 420 quilômetros da capital, consideradas latifúndios pelo próprio INCRA. Segundo o levantamento, entre os municípios de Nonoai, Campinas do Sul, Ronda Alta e Esmeralda, existem 41 mil hectares mal explorados e que deveriam ser divididos entre os agricultores sem terras. Foi divulgada ainda a existência de 28 mil hectares classificados como latifúndio no município de Palmeira das Missões, e, somente na cidade de São Gabriel, existem 70 propriedades que somam 150 mil hectares. Já em Dom Pedrito, são 380 mil hectares ocupados por 152 famílias de proprietários rurais com posses acima de mil hectares. As entidades revelam que "o governo não está interessado em distribuir terras para os colonos que precisam, pois elas existem no Estado, só que estão mal distribuídas", segundo disse o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Celso Gaiger. Ele denunciou ontem que os mantimentos e roupa recolhidos em Porto Alegre e que se destinavam aos colonos acampados, não foram entregues por proibição do Major Curió (ESP).

13

Acusado o governador

Temendo que ocorram violências no final da semana no acampamento dos colonos sem terras, em Ronda Alta, inclusive porque durante visita que fez à área notou a presença de agentes do DOPS e do DOI-CODI no local, o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Aldo Pinto (PDT), convocou o secretário de Justiça e o de Segurança para depor hoje na Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembleia. Aldo Pinto acha que o grande responsável pela indefinição em que se encontram os colonos é o governador e, por isso, pretende pressioná-lo (ESP).

17

Ameaça de repressão

alarma entidades

Diante da ameaça — contida no comunicado distribuído pela Coordenadoria do Acampamento Natalino aos colonos sem terra — de que, após o dia 25, "o problema deixará de ser encarado como social e passará a ser tratado como de característica policial", a Comissão de Direitos Humanos, a CPT e a OAB-RS, se reúnem esta semana para discutir como evitar repressão policial. Até o dia 25, de acordo com o coronel Curió, do SNI, os colonos terão que optar entre o reassentamento fora do Estado ou o emprego nas estações experimentais da Secretaria de Agricultura. Das famílias acampadas há seis meses, só 113 aceitaram a proposta de reassentamento. As demais insistem em obter terras no Rio Grande do Sul (JB).

25

Admitida intervenção policial

A possibilidade de o governo promover uma intervenção policial no acampamento que 326 famílias de colonos gaúchos es-

tão mantendo na localidade de Encruzilhada Natalino, foi admitida ontem pelo major Curió, caso for comprovado, segundo disse, que esse acampamento está sendo usado com objetivos políticos (ESP).

25

Padres apóiam os sem-terra

Contrariando recomendação do Cardeal-arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, um grupo de 120 padres rezou missa ontem, no acampamento de Ronda Alta, e divulgou um documento de solidariedade ao movimento daqueles lavradores. Os padres, que chegaram, acompanhados por quadro deputados do PMDB e dois representantes da seção gaúcha da OAB, foram obrigados a se submeter a uma exaustiva identificação por parte de 50 policiais federais, antes de serem admitidos no acampamento dos colonos (FSP).

SETEMBRO

1

D. Tomás diz que responde por tudo

"Se isto é agitação, eu respondo por ela e a Igreja pode responder por ela". Assim reagiu ontem D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho (GO), ao comunicado da Coordenadoria do Acampamento de Natalino, através de documento do "Major Curió", em que é acusado, junto com D. Moacir Grechi, bispo de Acre-Purus, de não se contentarem em "promover agitações e fazer política partidária em sua diocese", deslocando-se "por todo o Brasil, sempre presentes onde haja oportunidade para disseminar suas mensagens deletérias". Disse D. Tomás: "Os colonos de Ronda Alta querem ser reassentados no Rio Grande do Sul. É um direito legítimo deles. A lei tem dispositivos explícitos para isso. Eu lhes dei e dou total apoio. Os índios Tapirapé, bem como os Tembê, Xavante, Potiguara, Guarani e inúmeros outros, reclamam a terra que é deles. A lei lhes garante plenamente a terra que ocupam. Eu lhes dei e dou irrestrito apoio. Acredito que esta é a posição de D. Pedro Casaldáliga, D. Moacir Grechi, das irmãs de Jesus e dos padres. Essa é a posição oficial do episcopado brasileiro" (FSP).

4

Para bispo, militar fracassou

"O coronel Curió saiu derrotado em Ronda Alta. Mas ele, que é considerado o coringa da desmobilização de grupos racional e legalmente organizados, encontrou na Igreja o bode expiatório para tão estrondoso fracasso". A declaração foi feita em Brasília, por D. Orlando Dotti, de Barra (BA), membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, responsável pela linha de ação social da CNBB (FSP).

4

FETAG-RS pede solução urgente

Em documento entregue ontem ao governador, a FETAG-RS reafirmou a necessidade de se encontrar uma "solução urgente, justa e humana para a difícil situação dos agricultores sem terra" de Ronda Alta. A FETAG-RS, em nome de 49 STRs, advertiu em seu documento que "os conflitos e tensões sociais são os efeitos de uma situação e não uma causa", e apresentou um quadro das dificuldades: "O problema fundiário existe; o êxodo rural em nosso Estado é um fato alarmante; a concentração da terra está-se processando paulatinamente; os pequenos arrendatários, os meeiros, os parceiros e os assalariados ru-

rais estão enfrentando uma situação dramática em busca da sobrevivência, face à distorcida política agrícola e ao achatamento salarial". A entidade também reafirmou sua posição favorável à reforma agrária, defendeu o direito dos agricultores de exigir terras no Rio Grande do Sul e se colocou à disposição do governo para "ajudar e colaborar" na busca da solução para o assentamento dos colonos. Em Ronda Alta, o padre Amildo Fritzen informou ontem que a situação no acampamento vem voltando ao normal e há menos tensão depois que o Major Curió deixou a área. Eles estão confiantes nas promessas feitas pelo governador de que não haverá repressão, acrescentou o sacerdote (ESP).

6

Lavradores permanecem firmes

Mesmo enfrentando chuva e frio, em precários barracos e com alimentação já escassa, as 326 famílias remanescentes do acampamento de Ronda Alta, persistem na reivindicação de só aceitarem o reassentamento em terras gaúchas. Desde o dia 31, quando foi levantada a intervenção federal, comandada pelo alcaide "Major Curió", o clima entre os colonos é de verdadeira vitória (JB).

12

Colonos recebem mais apoio

Cinquenta e cinco entidades de classe do Rio Grande do Sul distribuíram ontem, em Porto Alegre, um documento de apoio às 326 famílias. Os signatários da nota repudiam "a atitude caluniadora e difamatória do governo que procura apontar bodes expiatórios antes de resolver as questões sociais, como se fossem os agentes pastorais os responsáveis pela realidade agrícola, pelo êxodo rural e pelos graves problemas sociais que atingem o homem do campo". E afirmam que o trabalho do padre Amildo Fritzen e da irmã Bruna "se respalda na posição oficial da Igreja" (ESP).

30

INCRA é responsabilizado

O Grupo de Estudos Agrários do Rio Grande do Sul (GEA-RS) acusa, em documento distribuído em Brasília, o INCRA e o governo do Rio Grande do Sul de "manipulação" do Estatuto da Terra, na questão de desapropriação de áreas para o assentamento dos colonos acampados em Ronda Alta. Diz o documento que "a tática mais utilizada, na qual o INCRA tem-se agarrado, como posição irreversível, é a de que no Estado inexistem terras ociosas e que, portanto, não cabe a desapropriação como meio de assentamento dos colonos. Onde está escrito que uma terra, para ser desapropriada, precisa ser totalmente ociosa?", indaga o documento. Citando um levantamento feito pela Igreja Luterana, o estudo lembra que, "na região de Ronda Alta, há uma oferta de 3.947 hectares de terras à venda, a preços que variam de 100 a 200 mil cruzeiros o hectare" (FSP).

OUTUBRO

10

Colonos fazem passeata

Passeatas pelas ruas centrais de Porto Alegre e encontro com deputados da Comissão de Agricultura e com o chefe da Casa Civil do governo, marcaram ontem o dia dos 40 colonos que representam as 312 famílias acampadas em Ronda Alta. De parte do governo, ouviram as mesmas propostas feitas há dois

meses: reassentamentos em projetos do INCRA ou empregos nas estações experimentais da Secretaria da Agricultura. Durante duas horas e meia eles estiveram reunidos com o chefe da Casa Civil, a quem reiteraram que não querem deixar o Estado e preferem reivindicar crédito fundiário para comprar terras (ESP).

14

Polícia agride colonos de Ronda Alta

Os representantes das famílias de agricultores acampados em Ronda Alta denunciaram ontem, em Porto Alegre, ao presidente da Assembléia Legislativa, o espancamento de vários homens e mulheres por soldados da Brigada Militar. O espancamento ocorreu às 10 horas, quando, após uma reunião na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário, os colonos dirigiram-se ao Palácio do Governo. Ao chegarem em frente ao palácio, foram cercados por 56 policiais que "começaram a dar coices, socos e empurrões, tratando-nos como animais", conforme revelou Iraci Pezzenato, acrescentando que Neli Brinker, apesar de grávida, também foi espancada. O governador negou-se a recebê-los, acusando-os de estarem apenas querendo criar problemas, pois "o governo estadual já lhes ofereceu empregos, e o governo federal, terras no Mato Grosso". O governo suspendeu os auxílios de alimentação e saúde que lhes vinha dando há oito meses (ESP).

16

Área não satisfaz agricultores

Os colonos Virgílio Alves Borges e Gelson André Ceretta, acompanhados do agrônomo Ivan Tadeu da Silva, em depoimento ontem às Comissões de Direitos Humanos e Agricultura da Assembléia Legislativa gaúcha, disseram que o projeto "Lucas do Rio Verde", no Mato Grosso, apontado pelo INCRA como o melhor local para assentar os agricultores de Ronda Alta, é uma "farsa". Eles estiveram no local esta semana e denunciaram que não existem na área as mínimas condições para sobrevivência dos colonos, além de o projeto estar parcialmente povoado por posseiros, que se negam a sair dali (ESP).

NOVEMBRO

12

Igrejas propõem reforma agrária

Cinco dirigentes de Igrejas Cristãs entregaram ontem um documento ao governador do Rio Grande do Sul sugerindo a reforma agrária como uma das formas de solucionar os problemas da terra, que a cada dia mais se agravam no Brasil. O documento é resultante de reuniões realizadas para exame do assunto durante três dias, em Vila Betânia, Viamão, na Grande Porto Alegre. Participaram da reunião o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter; o representante da Igreja Metodista, bispo Sadi Machado; Igreja Luterana, pastor Augusto Ernesto Kunert; Igreja Episcopal, bispo Artur Kratz; e Igreja Cristã Reformada do Brasil, pastor Janos Apostol. O texto entregue ao governador é este: "Os dirigentes nacionais das Igrejas Cristãs abaixo-assinados, profundamente preocupados com os problemas do homem sem terra, levam ao conhecimento do governador do Estado do Rio Grande do Sul e INCRA, a seguinte proposta de solução: 1) O compromisso das autoridades competentes em efetuar, o quanto antes, a implantação da reforma agrária no País, reintegrando o Rio Grande do Sul,

como área prioritária. Reconhecendo a complexidade, as Igrejas Cristãs se comprometem e se propõem a colaborar na formação de uma consciência nacional para essa meta. 2) O apoio decidido à empresa rural familiar para uma política agrária adequada de preços, crédito, estocagem e incentivo à agroindústria cooperativada e às cooperativas de produção, condições indispensáveis para uma reforma agrária autêntica. 3) Execução da reforma agrária para que aconteça a função social da terra preconizada no Estatuto da Terra. 4) O assentamento do agricultor sem terra como respeito ao agricultor, evitando maior fuga da terra, maiores cinturões de miséria nas áreas urbanas, de agricultores despreparados profissionalmente e, assim, o empobrecimento de maior número de pessoas. 5) A solução imediata para os agricultores sem terra acampados na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, poderia ser em forma alternativa ou em forma conjugada: crédito fundiário para aquisição de terras no Rio Grande do Sul; ou redução do módulo rural para que, especificamente na Fazenda Anoni, possam ser assentadas mais famílias do que o previsto" (FSP).

17

O Drama das 312 famílias que ficaram

Cerca de 1.700 colonos (312 famílias) estão acampados há 11 meses ao longo da estrada que liga Ronda Alta a Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, em péssimas condições de vida, com pouco alimento, sem assistência médica e em "verdadeiro estado de confinamento". A denúncia foi feita ontem, no Sindicato dos Jornalistas, pelos colonos Isidoro dos Santos e Antônio Alves, que estão no Rio para conseguir apoio do Governo e da imprensa. Expulsos há quatro anos das terras dos índios Kaingang e Guarani e despejados de fazendas – pelos patrões que mecanizaram suas lavouras – os colonos se instalaram, no início do ano, em Encruzilhada Natalino. Eles já apelaram ao INCRA que diz não ter terras para oferecer – e ao governo federal. Até agora – conta Isidoro – já morreram quatro crian-

ças: devido ao frio e por má alimentação das mães durante a gravidez. A uns 200 metros dos colonos há um barracão que abriga 200 policiais. Antônio não sabe o porquê da presença dos policiais, e tem certeza de que "existem agentes (policiais civis) infiltrados no acampamento" (JB).

17

Curió: ameaças e pressões

"Temos certeza de que muitos saíram de medo das ameaças e pressões do Major Curió". Esta foi a explicação dada por Isidoro Vieira dos Santos e Antônio da Luz Alves sobre a ida de 155 (dentre quase 500) famílias para o Mato Grosso. Os dois lavradores disseram que até agora o INCRA não tomou nenhuma providência para dar-lhes as terras que reivindicam, na Fazenda Anoni, de 9.200 hectares, já desapropriadas. Asseguraram que "há muita saída para nós, pois aqui tem terras, mas o governo nada decide". A disposição dos colonos é permanecer na beira da estrada, onde ocupam 1.800 metros, até ganharem terras no seu Estado. Em agosto deste ano o "Major Curió" foi para lá em missão oficial, como enviado da Presidência da República, fazendo-se acompanhar de 30 agentes federais. O objetivo, segundo relataram Isidoro e Antônio, era tirá-los daquele local, tentando removê-los para o Acre, Mato Grosso, Bahia e Roraima, sob a promessa de fornecer-lhes terras naqueles Estados. "Ele chegou como bonzinho", relatou Isidoro, "mas vendo que nós não aceitamos o que ele ofereceu, apelou para a violência". Durante o período de 30 dias em que esteve no acampamento, Curió, conforme contaram os dois lavradores, usou de várias formas para convencer as famílias a deixar o local. Os que aceitaram – 155 famílias – foram separados dos demais e colocados em ônibus com destino a Mato Grosso, onde permanecem até agora morando em barracos. Os demais, depois de enviarem comissões a Mato Grosso e Bahia, para visitar as terras prometidas, não aceitaram as propostas do Major Curió pois consideraram as terras improdutivas. Em consequência, foram ameaçados de terem seus barracos queimados.



Lourdes Grzybowski

de serem presos e até enquadrados na LSN. Curió, logo que chegou, forneceu alimentação aos acampados, mas vendo sua recusa em sair dali, cortou o abastecimento. Também isolou completamente o acampamento, impedindo a entrada da televisão e da imprensa. Após sua saída, as 312 famílias passaram a viver confinadas no acampamento e cercadas por barreiras policiais, nas quatro saídas que tem o local: para Ronda Alta, Sarandi, Macaré e Passo Fundo. Apesar disso, os agricultores afirmaram que não sairão dali, enquanto o INCRA não fornecer terras no seu Estado natal para todos, afirmou Isidoro, "que até hoje não há nenhuma resposta ao nosso pedido. Mas não desistiremos, vamos esperar" (FSP).

21

Mais famílias vão para MT

O INCRA enviou ontem mais 61 famílias de agricultores, acampados em Ronda Alta, para o projeto "Lucas do Rio Verde", no Mato Grosso. Esta é a terceira leva de colonos, de um total de 155 famílias que irão receber terras naquele Estado. Antes deste grupo, 63 famílias já haviam viajado para o projeto. Até o final do mês, as famílias restantes que optaram por sair do Rio Grande do Sul serão transferidas (ESP).

DEZEMBRO

16

Colonos reiteram reivindicação

Os 185 representantes das 312 famílias de agricultores de Ronda Alta decidiram permanecer na capital até que o governador do Estado atenda à reivindicação de assentá-los no próprio RS. Depois de terem uma reunião, sem resultados, com o governador, segunda-feira, eles encaminharam novas reivindicações ao governo, desta vez através do presidente da Assembleia Legislativa. Pedem que sejam retiradas as barreiras policiais do acampamento; que o governo assegure escola para as crianças e assistência médica; e que garanta o reassentamento no Estado, aproveitando o decreto aprovado pela Assembleia Legislativa que libera crédito fundiário. Aos deputados, eles pediram que façam uma visita ao acampamento a cada 10 dias, "para fiscalizar a ação da polícia" (ESP).

26

Em Ronda Alta, Natal sem terras

As 312 famílias de lavradores acampados desde fevereiro em Ronda Alta celebraram a noite de Natal com preces e uma caminhada comemorativa de seus esforços, ainda infrutíferos, para obter terras e conseguir permanecer no RS. Por volta das 21 horas da véspera de Natal, um grupo de lavradores carregou a grande cruz de madeira, símbolo do acampamento, até a última fileira de barracos miseráveis, onde teve início a solene caminhada de volta. Homens, mulheres e crianças participaram da caminhada carregando tochas de óleo diesel improvisadas, em pedaços de bambu. Ao longo do trajeto, de aproximadamente dois quilômetros, foram feitas cinco paradas, para pronunciamentos que recordaram a história do acampamento e dos esforços desenvolvidos por representantes dos lavradores junto aos governos Estadual e Federal. Pouco depois da meia-noite, o cortejo chegou ao centro do acampamento, onde foi montado um altar e improvisado um presépio, com a participação de crianças já nascidas no acampamento. A grande cruz de madeira foi recolocada em seu lugar, com os quatro pedaços de pano branco que simbolizam as mortes de crianças também ocorridas no acampamento (FSP).

Os Colonos sem Terra de Ronda Alta

O Acampamento como Forma de Luta pela Terra

Cândido Grzybowski

No ano de 1981, receberam destaque nas manchetes dos jornais os acontecimentos ligados à situação, às reivindicações e à luta dos colonos sem-terra com suas famílias acampadas à beira da estrada, em Encruzilhada Natalino, no município gaúcho Ronda Alta.

O acampamento dos sem-terra começou a se formar ainda no final de 1980, com as primeiras famílias montando os seus barracos. A notícia se propagou na região e outras famílias vieram se juntar aos acampamentos. Em março de 1981, aproximadamente 300 famílias de colonos já tinham levantado os seus barracos entre a cerca e a estrada, em Encruzilhada Natalino. O acampamento continuou crescendo até fins de julho de 1981, agrupando em torno de 600 famílias. Nesta época, o governo federal decidiu intervir diretamente no acampamento e atribuiu a missão ao Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura — o Curió — que permaneceu em Ronda Alta até fins de agosto de 1981.

Desde o início do acampamento, os colonos reivindicam terra no próprio Rio Grande do Sul. A sua organização no acampamento tornou-se fundamental para obter solidariedade e desenvolver ações visando pressionar o Estado neste sentido. Face a esta situação, a estratégia governamental procurou dividir os colonos e quebrar a sua determinação de lutar por terra na região. A partir da intervenção de Curió e nos meses seguintes foram mantidas barreiras policiais nas estradas de acesso ao acampamento, impedindo a entrada de novas famílias e o crescimento do acampamento. Foi formado um novo acampamento para os colonos que aceitaram as propostas de se transferir para os projetos de colonização do Mato Grosso. A repressão direta e o trabalho de agentes secretos no meio dos acampados procuraram dificultar a vida dos que persistiam na luta. Os próprios meios de comunicação foram mais sistematicamente utilizados pelo governo para descaracterizar a luta dos acampados e quebrar a solidariedade de amplos setores da população e de diferentes entidades da sociedade civil para com os colonos sem-terra de Ronda Alta.

Este foi o quadro que marcou a vida dos acampados no segundo semestre de 1981. No final do ano, ainda resistiam no acampamento de Encruzilhada Natalino mais de 300 famílias de colonos. O que os colonos tinham perdido em número ganharam em organização e determinação para a luta.

Uma significativa mudança de estratégia dos acampados ocorreu nos primeiros meses de 1982. Com apoio da Igreja, em março de 1982, foi adquirida uma área de 108 hectares, para onde se transferiram aproximadamente 210 famílias que ainda se encontravam em Encruzilhada Natalino. O acampamento de Nova Ronda Alta é um novo alento na luta destas famílias. Trata-se de um acampamento com novas condições de organização e novas possibilidades de luta pela terra. A repressão policial, o maior problema dos acampados, não só diminuiu como não pôde ser exercida da mesma forma, pois os acampados têm hoje uma base para refluxo.

As manchetes e notícias dos meios de comunicação anunciam mas não desvendam o significado do acampamento dos colonos sem-terra de Ronda Alta. É necessário pensá-lo como fato social e político. Quem são os colonos sem-terra? Por que o acampamento como forma de luta? Qual a relação entre esta luta e as lutas pela terra que eclodem em todo o País? Como os colonos acampados se inserem no processo de organização e lutas do campesinato do sul do Brasil? Quais os desdobramentos políticos da luta dos acampados ao nível da correlação de forças sociais em torno da questão agrária? Estas são algumas das indagações que caberia responder para uma análise mais aprofundada desta luta. Os elementos abaixo visam ser uma pequena contribuição neste sentido.

OS COLONOS SEM TERRA

Hoje, nos três Estados do Sul, chamam-se colonos todos os pequenos produtores rurais (proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros), que, juntamente com a família, organizam a participam diretamente da produção. Na origem, porém, colonos foram os imigrantes e seus descendentes que adquiriram pequenas propriedades de terras nos projetos oficiais e privados de colonização da região e que desenvolveram uma agricultura voltada à produção de excedentes para o mercado, além de alimentos para a sua própria subsistência e de sua família.

A inserção histórica destes agentes sociais na região está ligada às transformações operadas no conjunto da economia e organização social do Brasil com a gradativa extinção do regime de trabalho escravo e as novas formas de expansão do capital. O mesmo processo que, na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas deste século, transformou imigrantes em trabalhadores para o capital no complexo cafeeiro da Região Sudeste, transformou também, na Região Sul, imigrantes em colonos dependentes do mercado e subordinados à lógica da acumulação. Resistindo à própria expropriação embutida na estrutura de relações que os subordinam ao capital, os colonos acabaram reproduzindo a sua pequena produção através da migração para novas frentes de colonização. Na década de 1960, o processo de colonização se completou no oeste do Paraná, última fronteira agrícola da Região Sul. Nesta época, porém, o capital já tinha novas bases para se expandir na agricultura da região, aprofundando a subordinação e a expropriação de colonos.

Alguns dados ajudam para visualizar o problema dos colonos. No Rio Grande do Sul, a colonização – venda de lotes e assentamento de colonos – se esgota na década de 1940. O módulo dos projetos de colonização foi uma área em torno de 25 hectares. Mas já no Censo Agrícola de 1940 foram registrados 90.323 estabelecimentos com menos de 10 hectares, representando 39% do total de estabelecimentos do Estado. Ao mesmo tempo em que aumentava a migração de colonos para as novas áreas de colonização em Santa Catarina e Paraná, acentuou-se o processo de minifundização no Rio Grande do Sul. As propriedades originais dos colonos foram subdivididas para seus filhos poderem continuar como agricultores-colonos. Em 1970, segundo dados do Censo Agropecuário, no Rio Grande do Sul, os estabelecimentos de menos de 20 hectares eram 321.293, mais de 62% do total de estabelecimentos registrados. Na década de 1970, porém, dá-se uma inversão e diminuem os estabelecimentos de menos de 20 hectares. Já o Censo Agropecuário de 1975 registrou tal redução, pois neste ano eram 285.948 estabelecimentos, 35.345 a menos do que em 1970. A polarização existente na estrutura agrária é indicada pelo fato de que estes pequenos estabelecimentos (mais de 60% do total) ocupam aproximadamente 11% das terras do Estado, enquanto que os estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares (0,7% do total) detém quase 29% da área total. Sabe-se que a expropriação de colonos se acentuou na região nos anos recentes. Estima-se que no Paraná e no Rio Grande do Sul mais de 200 mil pequenos estabelecimentos foram eliminados na década de 1970, vindo as suas terras parar nas mãos da nova classe de empresários agrícolas – os granjeiros. Só no Rio Grande do Sul, segundo o Censo Demográfico de 1980, mais de 90 municípios tiveram a sua população total diminuída em termos absolutos entre 1970 e 1980, em consequência da expulsão do campo.

Os dados acima são meros indícios do processo em curso, na região, que atinge diretamente os colonos. Na realidade, desde o pós-guerra se esboça um modelo de desenvolvimento da agricultura que tende a concentrar e a modelar formas de organização de características empresariais modernas, com trabalho assalariado, máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial, acentuada especialização na produção. A pequena produção familiar se reproduz na medida em que altera as suas bases técnicas, “modernizando” o processo produtivo e especializando a produção, e aprofunda a sua subordinação ao capital agroindustrial. As grandes cooperativas constituídas nas últimas décadas atuam como as intermediárias e administradoras de tal processo em relação aos colonos. O modelo de desenvolvimento da agricultura se gestou ainda nos anos 50, mas se ampliou e consolidou no período do

“milagre” valendo-se das condições criadas pelas políticas de Estado, especialmente o crédito subsidiado. Nos últimos 15 anos o carro-chefe do modelo foi a produção de soja.

É cada vez mais difícil para os colonos manterem a base real de sua existência econômico-social: a terra, onde com o trabalho familiar organizam a sua produção. A minifundização significou a redução da área, comprometendo a reprodução, e o aumento do número de colonos arrendatários e parceiros. A “modernização”, em particular a mecanização do processo produtivo, atua no sentido de redefinir as relações sociais no campo, eliminando pequenos arrendatários e parceiros, e elevando o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas. Não sendo mais possível subdividir as propriedades, os filhos dos colonos que não podem migrar para a fronteira agrícola e que resistem ao êxodo rural permanecem na terra dos pais.

Assim, o desenvolvimento capitalista na agricultura da Região Sul, apesar de se alimentar ainda em grande parte com o excedente social criado pelo trabalho dos próprios colonos e suas famílias na pequena produção, acaba sendo o gerador de colonos sem-terra, num processo que culmina com a sua expulsão do campo.

Os colonos acampados em Ronda Alta são a personificação das transformações que se abatem sobre a classe. A sua existência defende o outro lado da estrutura agrária e do processo de desenvolvimento apontados, tanto por latifundiários e grandes empresários como por autoridades governamentais, dirigentes de cooperativas e muitos técnicos, como exemplares e sem as distorções de outras áreas.

O ACAMPAMENTO NA LUTA DOS COLONOS

A história dos colonos sem-terra de Ronda Alta é a história da subordinação e expropriação dos colonos pelo capital e a história de sua resistência a tais mecanismos. Muitos dos que acampam são filhos de colonos minifundiários, outros já foram arrendatários e parceiros, outros parceiros, alguns até foram pequenos proprietários. Muitos, procurando permanecer na região, tinham participado como arrendatários e posseiros na Reserva Indígena de Nonoai, até a expulsão em 1978. Quase todos já foram moradores de beira-de-estrada, resistindo à favelização na cidade. Todos sabem das lutas que se travaram na região pela terra, alguns descendem dos protagonistas do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), do início dos anos 60. Todos acompanharam as invasões de fazendas da região de Ronda Alta por companheiros sem-terra no ano de 1979. Alguns já tentaram a sorte nos projetos de colonização do Mato Grosso e Amazônia e todos sabem que dificuldades devem enfrentar os colonos sem recursos. Todos sabem que a luta pela terra hoje não é algo localizado, mas sob diferentes formas envolve os camponeses de todo o País.

Na realidade, assim como os colonos sem terra de Ronda Alta não são o resultado de um problema isolado e particular, mas da estrutura agrária e modelo de desenvolvimento agrícola que servem à lógica da acumulação de capital, do mesmo modo a sua luta não pode ser vista sem os seus necessários vínculos com o passado de lutas e com as próprias condições de organização e capacidade de luta do campesinato na atual conjuntura.

Sem dúvida, cada luta pela terra tem a sua especificidade, dada a concretude histórica que assume. No caso de Ronda Alta a especificidade passa pelo acampamento como forma de luta.

O acampamento não surgiu como desdobramento natural da expulsão de mais de 1.000 famílias de colonos da Reserva Indígena de Nonoai, apesar dos meios de comunicação insistirem em tal explicação. Antes de mais nada, muitas famílias que acamparam não tiveram participação nos acontecimentos ligados à terra dos índios. Depois, o resultado mais direto da expulsão da área indígena foi o aumento do número de famílias na beira-de-estradas da região e não um movimento organizado. Este, na forma de um acampamento, pelo contrário, é fruto de uma decisão de luta. Trata-se de transformar em questão de classe e, portanto, em questão política, o próprio fato de ser um trabalhador rural expropriado, morando à beira-da-estrada. A expulsão foi uma condição conjuntural mas

não determinante. É a própria situação e história política da classe dos colonos que devem ser recuperadas como as determinantes da luta.

Importa lembrar, em primeiro lugar, que o lugar em que se instalou o acampamento e onde permaneceu por mais de um ano — Encruzilhada Natalino — é um lugar histórico na luta pela terra no Rio Grande do Sul. Ele é o coração da antiga Fazenda Sarandi, de aproximadamente 24.000 hectares, invadida pelos colonos do MASTER e desapropriada pelo então governador Leonel Brizola. Parte da área foi dividida em lotes e vendida aos colonos (13.000 hectares). Com a Revolução de 1964, mudou a distribuição. Muitos lotes foram concedidos com explícitos fins político-partidários e uma área de mais de 3.000 hectares foi arrendada pelo Estado a grandes empresários, dando origem às Fazendas Macali e Brilhante. Em setembro de 1979 ocorreu a invasão destas fazendas pelos colonos sem terra, que acabaram recebendo cada família o seu lote. Em fim de 1980 e início de 1981, entre a estrada e a cerca de uma das fazendas invadidas é montado o acampamento.

É mais fácil entender o acampamento como forma de luta colocando em destaque a própria reivindicação dos colonos acampados. Desde o início do acampamento, os colonos lutam pela terra no Rio Grande do Sul.

"Nosso pensamento é firme, igual ao de sempre, desde o início: queremos terra em nosso Estado. Não queremos ir para outro lugar. Em todos os outros Estados há conflitos por causa da terra. Então, cada um no seu. Gaúcho fica no Rio Grande do Sul" (Comissão dos Colonos Acampados — Zero Hora — Porto Alegre, 03/12/81).

Os colonos de Ronda Alta não disputam uma área determinada. Não é uma propriedade particular que está em questão. Lutam contra os latifundiários que os privam da terra. Lutam contra o processo de desenvolvimento que os transforma em colonos sem terra e os expulsa do campo. Por isto, põem imediatamente em questão tanto a estrutura agrária em que assenta a expansão capitalista na agricultura como o poder que preserva tal estrutura.

O acampamento não só não se localiza em uma área contestada, mas também não é uma luta por uma terra de características definidas (tal propriedade, de tal tamanho e em tal lugar). É isto que está acontecendo na maior parte das lutas abertas pela terra no Brasil de hoje, como é o caso dos colonos da Fazenda Burro Branco (Campo Erê, em Santa Catarina) e os que invadiram as Fazendas Macali e Brilhante (em Ronda Alta). O acampamento é continuidade e desdobramento das lutas que o antecederam. O acampamento dos colonos põe em questão o processo de desenvolvimento que os estrangula e o próprio direito que regula a estrutura da propriedade da terra. Por isto, desde o começo, os colonos com o acampamento não enfrentam este ou aquele latifundiário em particular, esta ou aquela empresa, mas lutam diretamente com o coletivo dos proprietários capitalistas, com o poder deste coletivo representado no Estado, seus órgãos e seus dirigentes. Não são jagunços que os colonos enfrentam, mas a polícia, o CSN, o SNI, o INCRA, o governo estadual, a Assembléia Legislativa, os órgãos patronais.

A mudança do acampamento, de Encruzilhada Natalino para Nova Ronda Alta, demonstra mais claramente ainda o que ele significa como forma de luta. Adquiriu-se uma área com o apoio de amplos setores das classes populares da Região Sul, através da Igreja, não como solução para a questão da terra dos colonos, mas como solução de continuidade da própria luta através do acampamento. Quer-se um acampamento mais estável, mais organizado e menos exposto à ação repressiva direta. Mas luta-se contra a estrutura agrária, e o modelo de desenvolvimento que marginalizam o trabalhador e fazem dele mero instrumento para a expansão do capital. Como diz um representante dos acampados:

"Olha que o que vai ter que acontecer é uma Reforma Agrária ampla mesmo, uma Reforma Agrária que dê acesso a todo o povo sem terra (...) Que todo o trabalhador brasileiro tenha seu pedaço de terra para produzir alimento, se sustentar e sustentar o mercado interno aqui também sem precisar vir alimento de fora (...). Todas essas terras devoluta aí, sem produzir, vamo desapropriar e vamo

entregar na mão do povo que tá aí ansioso pra produzir alguma coisa. (...) Uma Reforma Agrária que vem em benefício de todo o trabalhador brasileiro, independentemente se é do campo e da cidade. O pessoal da cidade que também teje seu pedacinho de terra que possa construir, que seja dono do seu pedacinho de terra, que cada de vez em quando está sendo despejado prá cá e prá lá. A mesma coisa acontece no campo. Acho que o problema é o mesmo. (...) O sistema político existente no país... e o sistema capitalista... nunca vai querer fazer uma Reforma Agrária ampla. (...) Eu acho que a Reforma Agrária ela começa com a união do povo trabalhador. (...) Agora até que nós esperamos da lei e de gente que tão lá no poder que saia uma Reforma Agrária ampla, aí eu acho que vai ser muito difícil. Agora o povo tem que ter uma organização muito grande... Eu acho que não é só o povo trabalhador que vai fazer esta Reforma Agrária. Ele vai ter que ter apoio de muitos órgãos que apóiam o povo trabalhador, muitos órgãos ali que assessoram o povo trabalhador para que aconteça esta Reforma Agrária. Agora o principal e o mais coisa do problema é a organização do povo trabalhador. Sem organização não acontece nada. (...) Eu acho que este acampamento despertou, despertou muita coisa na cabeça do povo, porque a gente sentiu em lugar que foi por aí que o povo dizia que é isto mesmo. Que é organizado, que é unido, que nós imo conseguir os nossos objetivos. (...) Nós discutimos que tem que haver um modelo que venha um pouco de encontro ao trabalhador que trabalha na terra, além da Reforma Agrária. Porque o pequeno proprietário da terra também hoje está sendo massacrado... Justamente porque o modelo econômico ali tá contra os interesses do povo, mesmo. Quer dizer, o modelo foi montado especialmente pra expulsar o povo da terra e que ele se enfile na cidade para ficar uma mão-de-obra barata pras grandes indústrias mais tarde, não é? Eu acho que além da Reforma Agrária tem que mudá e mudá totalmente, mas tem que ter muita reformulação neste sistema, modelo econômico aí existente no País. E pela exploração. Só visa lucro em cima do trabalho do povo trabalhador..." (Entrevista com Colono Acampado, Ronda Alta, abril 1982).

Na realidade, no início não houve nenhum órgão de classe ou organização política, nem entidades da sociedade civil que orientassem os colonos para formar um acampamento. Os primeiros colonos que montaram os seus precários barracos em Encruzilhada Natalino estavam simplesmente cansados de perambular pela região e foram se instalar lá onde pudessem chamar a atenção: em frente às fazendas invadidas, onde atuavam órgãos governamentais encarregados de reassentar colonos. O amontoado de barracos que nos dois primeiros meses de 1981 foi se formando poderia ter permanecido como uma simples favela rural, com menos famílias sem dúvida, mas apenas um aglomerado de deserdados do sistema como tantos outros hoje existentes ao longo das estradas do interior e próximos das pequenas cidades da rica região em que se expandiu a monocultura da soja. A favela virou acampamento e cresceu, chegando a mais de 600 famílias, quando os colonos sem terra notaram a sua força social e as possibilidades de luta que oferecia a sua organização a partir da sua comum situação de trabalhadores expulsos da terra. O acampamento se definiu como forma de luta na medida em que os moradores à beira-da-estrada se organizaram, reivindicaram, enfrentaram o Estado e desenvolveram a consciência coletiva de seus interesses, da sua capacidade de união e luta, dos aliados e das forças que se lhes opõem. Aí sim o acampamento aparece em sua plenitude de arma política na luta pela terra. Isto começa a se delinear em fins de março e começo de abril de 1981. O acampamento passa a ser, na prática, um divisor de interesses em torno da questão agrária e um cisco reaglutinador do movimento camponês da região, em particular do Rio Grande do Sul.

A LUTA DOS COLONOS ACAMPADOS NO CONTEXTO DAS ATUAIS LUTAS CAMPONESAS

É difícil, numa análise sumária como esta, destacar os elementos centrais de uma luta pela terra. Mas, no caso dos colonos de Ronda Alta, julgo fundamental abordar ainda alguns aspectos referentes às condições em que vem se travando a luta e seus desdobramentos, como forma de entendimento da própria luta.

O depoimento acima transcrito, de um colono acampado, revela tanto a compreensão que têm os colonos de si mesmos e da sociedade de que fazem parte, como a direção em que aponta a luta. Nisto, os colonos de Ronda Alta somam com as forças mais combativas do movimento camponês do Brasil, hoje aglutinada na CONTAG. Importa, porém, recompor o processo em que se forja tal consciência.

De fato, o acampamento de Ronda Alta é resultado e, ao mesmo tempo, instrumento que provoca o avanço da prática e da consciência dos colonos.

No Rio Grande do Sul, como de resto em todo o País, houve um refluxo do movimento camponês no período pós-64. O MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) foi extinto. A FAG (Frente Agrária Gaúcha), surgida em 1961 com o apoio do episcopado, procurou disputar a hegemonia do movimento ao MASTER, sob influência de Brizola e forças políticas de esquerda. No pós-64 sobraram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a FETAG-RS, surgidas sob a orientação da FAG. Muito ligada ideologicamente ao cooperativismo, a FAG favoreceu o desenvolvimento de sindicatos pouco combativos e assistencialistas. O grande mérito da FAG e da FETAG-RS foi criar condições para a constituição de Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todos os municípios gaúchos.

A mudança da correlação de forças no final dos anos 70 e início de 80, que inaugura um novo período na história brasileira, com um notável avanço político dos trabalhadores, tanto em organização como em combatividade, corresponde ao agravamento da situação dos colonos da região (frustração sucessiva de safras, expulsão da Reserva Indígena, ameaça de expulsão pelas barragens, queda de preços) e a uma retomada das lutas. No Rio Grande do Sul merecem destaque as invasões das Fazendas Macali e Brilhante (1970), o movimento contra a política de previdência social rural (1980), o movimento contra o confisco da soja (1980), o movimento de suinocultores (1980 e 1981) e o recente movimento contra a política do leite. A luta dos acampados de Ronda Alta soma com todos estes movimentos e, ao mesmo tempo, os extrapola, constituindo-se em uma força de empuxe de toda a organização dos colonos e trabalhadores rurais do Estado. São os colonos de Ronda Alta que vão além e exigem a definição de interesses e alianças, a composição de forças no interior do movimento camponês, nas condições particulares em que ele se apresenta no Sul.

A importância do acampamento de Encruzilhada Natalino e hoje de Nova Ronda Alta reside no caráter educativo da própria luta, da mobilização e da definição de interesses que ela implica.

O Estado e seus agentes compreenderam muito cedo o significado social e político do acampamento, bem mais rápido que a FETAG-RS, por exemplo. Aliás, esta é hoje uma grande omissão. A luta dos acampados teve o mérito de desvendar as possibilidades e os limites da correlação de forças hegemônicas hoje na FETAG-RS. Os sindicatos rurais mais combativos e, sobretudo, os sindicatos urbanos se alinharam ao lado dos colonos sem terra acampados, "despertando muita coisa na cabeça do povo", como disse o colono acampado acima citado.

A estratégia do Estado em relação aos colonos acampados se delineou logo que estes passaram a manifestar organizadamente as suas reivindicações em sucessivas viagens a Porto Alegre, entrevistas com o governador, coordenador do INCRA, deputados. O Estado procurou tratar a questão como um problema policial, descaracterizando a luta dos colonos. As propostas — emprego nas estações experimentais do Estado ou migração para o Centro Oeste e Amazônia — visaram sobretudo dividir os colonos, quebrar a sua determinação e espalhá-los. O esquema repressivo montado (em fevereiro de 1982 havia praticamente tantos policiais quantas famílias acampadas) e o engodo acabaram reduzindo o número de colonos acampados. Mas, contraditoriamente, o acampamento como forma de luta adquiriu maior substância, pois cresceu a organização e a consciência dos acampados, solidificaram-se alianças, ampliou-se a repercussão da luta no interior do campesinato e dos setores populares urbanos.

É necessário examinar o acampamento por dentro para compreender o seu significado não só para os colonos acampados, mas para toda a classe. A organização interna do acampamento foi-se delineando na própria luta. Desde fins de março e início de abril de 1981, quando os colonos à beira-da-estrada de Encruzilhada Natalino decidem fazer valer os seus interesses e a força de sua união, começaram a ser realizadas assembléias dos acampados. Foram fixadas as reivindicações básicas — terra para os colonos sem-terra no próprio Rio Grande do Sul — e escolhidas várias comissões capazes de assegurar um funcionamento organizado do acampamento: comissão central, comissão de distribuição de alimentos, comissão de saúde, comissão da água. O apoio da Igreja local e a assessoria da CPT, solicitados pelos acampados, foi fundamental. Os colonos passaram a receber solidariedade de vários sindicatos de trabalhadores e de várias entidades, garantindo inclusive o seu sustento. O acampamento cresceu rapidamente pela adesão de novos colonos sem-terra da região.

Na evolução do acampamento merece destaque a atuação da Igreja. Aliás, foi a Igreja que, através de seus agentes pastorais na região, acabou pondo em estreita relação os colonos das diferentes lutas pela terra nos Estados do Sul e, através de bispos e membros da CPT, trouxe até os acampados de Ronda Alta as angústias, as lutas, o aprendizado de diferentes movimentos camponeses hoje existentes no Brasil. A identificação de setores da Igreja (e aqui é necessário incluir, além de bispos e padres católicos mais combativos, da CPT e da Comissão dos Direitos Humanos, também importantes setores da Igreja Luterana) com os colonos se exprime na pesada cruz, símbolo dos sacrifícios a que são submetidos e da fé em Deus, e na união da classe. Decisivo foi o apoio material da Igreja, angariando fundos, alimentos e roupas e, recentemente, organizando a campanha para a aquisição dos 108 hectares de Nova Ronda Alta.

Os colonos se organizaram em grupos onde passaram a discutir todas as questões, que eram levadas à assembléia geral, e a analisar mais a fundo a questão agrária, o Estatuto da Terra, o modelo de desenvolvimento, a sua situação de classe. Isto fortificou os acampados. Quando se deu a intervenção de Curió (em fins de julho de 1981), os colonos já tinham bases de resistência. As decisões coletivas e um projeto coletivo de luta faziam do acampamento uma arma política que dava segurança ao grupo e o levava mais adiante.

Esta organização hoje está ainda mais definida no acampamento de Nova Ronda Alta. Lá existem sete núcleos de aproximadamente trinta famílias cada, que se reúnem regularmente, decidem as tarefas comuns ao núcleo (produção de alimentos, distribuição, segurança) e refletem sobre a sua luta. Na assembléia comunitária, onde se reúnem todos os colonos dos sete núcleos, decidem-se as questões coletivas e o encaminhamento da luta.

Na história do acampamento em Encruzilhada Natalino dois momentos foram particularmente importantes, tanto para os colonos acampados e o movimento camponês no Sul, como para a luta mais geral em torno da questão da terra. Trata-se do Protesto do Dia do Colono (25/07/81) e Romaria da Terra (23/02/82). Estas manifestações foram diferentes, refletindo o próprio desenvolvimento do acampamento.

O Protesto do Dia do Colono, organizado por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, FETAG E CPT, reuniu mais de 10 mil pessoas em Encruzilhada Natalino, numa ampla demonstração de solidariedade das forças mais organizadas e combativas dos colonos, de trabalhadores urbanos e de diferentes organizações da sociedade civil. A frente ampla do movimento sindical, porém, se desfez algum tempo após, com a intervenção do governo federal e o recuo do FETAG.

Na Romaria da Terra, manifestação organizada mais diretamente pela CPT, a solidariedade aos colonos ganhou em quantidade (perto de 30 mil pessoas presentes) e qualidade, com definição mais clara dos setores e organizações aliadas e, sobretudo, com uma nítida associação entre a luta dos acampados e as diferentes lutas dos colonos e de outros trabalhadores rurais do País. O acampamento dos colonos sem-terra de Ronda Alta torna-se assim a luta de uma classe, a sua ponta de lança.

Por fim, importa saber que também nesta luta pela terra, como em muitas outras do Brasil e na própria política da CONTAG, dá-se uma apropriação do código legal pelos camponeses como forma de fazer valer seus direitos. Não que a legislação existente seja reconhecida pelos colonos como adequada e o poder que a administra como capaz de fazer uma Reforma Agrária. O Estatuto da Terra é utilizado pelos colonos como garantia de seu direito de serem reassentados no próprio Rio Grande do Sul. Os colonos jogam contra o Estado e os grandes proprietários o próprio cadastro do INCRA, que reconhece a existência de latifúndios no Rio Grande do Sul. Os colonos sabem que existem estudos do governo — e nas suas reivindicações os utilizam — que apontam a possibilidade de reassentar aproximadamente 130 mil famílias nas terras ociosas do Estado.

Em seus traços mais gerais é este o quadro que importa reconstruir para entender o verdadeiro significado da luta dos colonos sem-terra de Ronda Alta. Mas, além de recuperar o aprendizado social obtido com esta luta e reforçar a sua dimensão política, no contexto do avanço das lutas populares, é necessário um gesto concreto de solidariedade de todos quantos se sensibilizam e se identificam com a causa destes trabalhadores rurais, parcela significativa de construtores de nossa sociedade.

Cândido Grzybowski — professor do Mestrado de Educação da Fundação Getúlio Vargas e do Mestrado de Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Rondônia

JULHO

7

Agricultores ameaçados de despejo

Cerca de 100 famílias de colonos de Santa Rita, no município de *Ji-Paraná*, em Rondônia, serão despejadas se, até o dia 15, não pagarem suas dívidas para com a colonizadora Calama S.A. A ameaça foi feita na semana passada e, no domingo, os lavradores comunicaram o fato ao governador. De acordo com o presidente do STR da região, Matuzalém Ribeiro da Costa, a colonizadora há tempos vem tentando tirar os colonos da área e a situação ficou pior depois de os agricultores tomarem conhecimento de que não vão conseguir um financiamento do PROTERRA, cujos responsáveis em Ji-Paraná alegam não ter dinheiro (ESP).

São Paulo

No município de *Teodoro Sampaio*, Fazenda Santa Rita do Pontal, 105 famílias resistiram às ameaças de expulsão por parte de grileiros, desde 1972. No município de *Angatuba*, no Bairro Faxinal, à beira do Rio da Corrupção, mais de 300 famílias que ocupam 1.140 alqueires vêm sofrendo ameaças de grileiros. Em *Sete Barras*, mais de 300 famílias de posseiros de uma gleba de 3 mil alqueires, reivindicada pela multinacional FIELD S/A, estão sendo vítimas de violentas pressões por parte de jagunços e de policiais (O Trabalhador Rural — CONTAG — nº 2 — Dez./81).

ABRIL

8

Posseiros são despejados

O litígio pela posse de 200 alqueires de terra no distrito de Nova Castilho, município de *General Salgado*, poderá ter desfecho hoje, cerca de 40 anos depois que o caso foi à Justiça. Um oficial de Justiça entregará aos posseiros o despacho do juiz Yugi Uchiyama, que determina que a gleba seja desocupada. O advogado João Goss afirmou que poderá haver muitas dificuldades para a saída dos posseiros, que estariam armados e dispostos a resistir ao despejo (FSP).

JUNHO

18

Posseiros denunciam violências

Posseiros da reserva florestal de Embura, pertencente ao Estado e situada na região de *Parelheiros*, na zona Sul da capital paulista, denunciaram ontem ao 25º Distrito Policial que seis homens armados de revólveres e facas, invadiram anteontem à tarde cinco sítios da área, expulsaram e agrediram vários caseiros, incendiaram uma casa, destruíram móveis, demoliram um barraco em construção e espancaram uma criança. Segundo moradores, esse é mais um episódio da série de violências que já dura 30 anos, resultado das brigas entre posseiros que disputam as terras pertencentes ao Estado e que “enchem de medo os moradores do povoado” (FSP).

23

Terra reivindicada por bóias-frias

Cerca de 200 “bóias-frias” reuniram-se ontem na Igreja Jesus Bom Pastor, em *Andradina*, reivindicando do INCRA a posse de terras excedentes da gleba de 5 mil alqueires da Fazenda Primavera, neste município. A fazenda foi desapropriada pelo governo federal em junho do ano passado e dividida em pequenos lotes, distribuídos a 265 famílias de posseiros que disputavam com o empresário J.J. Abdala a posse da área. Esses “bóias-frias” vivem na periferia das cidades de Castilho, Andradina, Muritinga do Sul, Nova Independência e Pereira Barreto. Os trabalhadores volantes prometeram reunir-se todos os fins de semana “até encontrar uma fórmula de convencer o governo a distribuir a área excedente da fazenda”, que eles acreditam ser superior a mil alqueires. Os “bóias-frias” informam que ontem receberam carta da FETAG-SP apoiando o movimento. A maioria dos “bóias-frias” é constituída de famílias despejadas da Fazenda Santa Adélia, no município de Pereira Barreto, onde vivem há vinte anos cultivando arroz (FSP).

JULHO

5

INCRA entrega lotes, mas área é segredo

Apesar de o INCRA anunciar que até o dia 30 de julho estará entregando os títulos às 265 famílias de posseiros da Fazenda Primavera, no município de *Andradina*, até hoje os beneficiários desconhecem a parte que receberão da gleba de aproximadamente 9 mil hectares que foi desapropriada pelo governo federal. Além disto, o maior problema que enfrentam não foi

ainda solucionado porque o gado de J. J. Abdala, ex-proprietário das terras, continua invadindo e destruindo as lavouras. O STR de Andradina informou que os prejuízos provocados pelo gado de Abdala na Fazenda Primavera ultrapassam 2 milhões de cruzeiros nos últimos meses, mas, pelo fracasso de outras tentativas de ressarcimento, dezenas de agricultores decidiram não mais apelar na Justiça.

26

Posseiros lutam pela terra

Numa área de setecentos alqueires no interior do município de *Peruíbe*, abrangendo as localidades de Guanhanham, Bananal, Rio do Ouro e Bambu, no litoral paulista, cerca de cem famílias de posseiros vivem uma situação de extrema instabilidade e insegurança, ameaçadas pela ação de grileiros que visam expulsá-las da terra inclusive pela violência das armas. O conflito começou a se delinear em 1972 quando já havia aproximadamente quinhentos posseiros na região. Sob forte pressão dos supostos proprietários legais (a questão da propriedade rural no município é muito complexa), foram intimados a comparecer na Justiça. Munidos de atestados de pobreza, ganharam a causa por provar que não tinham condições mínimas de sobrevivência caso fossem obrigados a deixar suas posses. Em 1976, entretanto, os grileiros voltaram à carga: jagunços armados queimaram casas e ameaçaram os moradores. Daí em diante, não deram mais sossego, promovendo desordens e perseguições. Hoje em dia, o grande grileiro é a CIMABRA (Comércio e Indústria de Madeiras Brasileiras Ltda.), uma firma madeireira com olhos fixos na exploração econômica da área, muito rica em madeiras (FSP).

AGOSTO

11

Colonos não aceitam sair de São Paulo

Os bóias-frias da região de *Andradina*, que há mais de um ano lutam para conseguir do INCRA terras adequadas à lavoura, rejeitaram anteontem a proposta do coordenador do Instituto em São Paulo, que queria fixá-los em áreas de colonização no Amazonas, Acre e Rondônia. Acácio Neto Rocha, um dos líderes desse movimento, declarou que a maioria dos trabalhadores são pessoas com famílias já constituídas e não estão dispostos a enfrentar uma aventura como essa. Os trabalhadores sem terra prometeram continuar reunindo-se para pleitear do INCRA a execução de reformas agrárias no próprio Estado de São Paulo (ESP).

Posseiros acusam deputado

O deputado Herbert Levy (PP-SP) e seu irmão Roberto Levy estão sendo acusados de utilizar jagunços armados para afastar posseiros de uma área junto ao rio Itapanhaú, no Distrito de *Bertioga*, em Santos. A acusação foi feita pelo advogado dos posseiros, Emílio Simonini, em ofício enviado à OAB (JB).

25

Deputado ataca posseiros outra vez

Atos de violência que se sucedem, há nove anos, voltaram a se registrar no fim de semana no sítio Itapanhaú, em *Bertioga*, contra posseiros que ocupam terras que supostamente pertenciam ao deputado federal Herbert Levy. Desta vez, desconhecidos (dos posseiros) incendiaram a casa de Antônio Agostinho da Silva, balearam Sebastião Dias, agrediram Amâncio da Costa e ainda ameaçaram destruir um barraco de Irene dos Santos, numa ação que, segundo as vítimas, foi comandada por José Flávio Romero Gomes, dela participando jagunços que vivem

em barracos nas terras das "Praias Paulistas", uma empresa de loteamento (ESP).

OUTUBRO

1

Posseiros querem desapropriar área

A Frente Nacional do Trabalho promoverá uma concentração de apoio aos posseiros da Fazenda Vista Grande, em *Miracatu*, no dia 18 de outubro, às 9 horas, em que será pedida a desapropriação da área por interesse social, "via Constituição Federal". As 32 famílias que ocupam áreas na Fazenda, cada uma com 10 alqueires — algumas instaladas no local há mais de 20 anos — estão sendo constantemente ameaçadas, segundo a Frente Nacional do Trabalho, por Ângelo Pappalardo, que tem usado violência com o intuito de expulsá-las das terras (FSP).

18

Posseiros se reúnem em São Paulo

Uma concentração hoje de manhã diante do Fórum de *Miracatu*, no litoral Sul de São Paulo, marcará uma nova etapa da luta entre posseiros e proprietários da Fazenda Vista Grande, gleba de 600 alqueires, habitada por 32 famílias há vários anos. Outros posseiros do Vale do Ribeira e delegações de trabalhadores de São Paulo, organizados pela Frente Nacional do Trabalho, também participarão do ato (JB).

NOVEMBRO

15

CONTAG aponta regiões de conflito em São Paulo

O documento sobre conflitos de terra entregue pela CONTAG às lideranças dos partidos políticos, em Brasília, enumera, no Estado de São Paulo, dezessete conflitos fundiários que permanecem sem solução, envolvendo um total de 49.452 alqueires (ESP).

DEZEMBRO

14

Congresso de posseiros em Perúíbe

A legalização de posses, construção de estradas e escolas, a instalação de redes de eletrificação e a organização de cooperativas foram as principais reivindicações feitas ontem, em *Peruíbe*, por aproximadamente 500 posseiros reunidos no Segundo Congresso de Posseiros das regiões de Perúíbe e Itariri, no Litoral Sul de São Paulo. O encontro foi organizado pelas Sociedades de Melhoramentos das Zonas Rurais de Perúíbe, Tetequera e Bom Jardim de Itariri, entidades que representam cerca de dois mil posseiros. De acordo com o advogado dessas organizações, o Congresso dos Posseiros teve como objetivo básico encontrar formas de "resistência à violência dos grileiros e reivindicar a reforma agrária" (FSP).

17

Exigida garantia de juiz

Os posseiros da Fazenda Itinga Grande, em *Peruíbe*, devem entrar hoje com pedido de segurança no Fórum de Iguape, em consequência da ameaça de que 60 pistoleiros do Mato Grosso irão desalojá-los das áreas que cultivam na região. Na última terça-feira, os posseiros — ao todo são 70 famílias — travaram tiroteio com representantes dos proprietários da terra, o que resultou em uma morte e ferimentos em outras quatro pessoas (FSP).

Santa Catarina

No município de *Papanduva*, 89 propriedades foram desapropriadas em favor do Exército para construção de um campo de instruções, e 350 famílias estão disputando os seus direitos. Nos municípios de *Lauro Müller* e *Urussange*, são 300 famílias de posseiros; em *Monte Castelo* é iminente o despejo judicial de 100 famílias de posseiros. Em *Matos Costa*, na Fazenda Cerro Azul, 40 trabalhadores reivindicam uma área de 2.876 hectares. Em *São Miguel D'Oeste*, 120 famílias foram despejadas judicialmente. Como resistissem à execução, 41 dos colonos foram presos pela Polícia. Em *Ibirama*, 30 famílias de posseiros estão sendo pressionadas por dois grupos madeireiros que disputam a área na Justiça. Em *Campo Erê* verificou-se o despejo de 40 famílias e, em *Papanduva*, é iminente um conflito que atingirá 55 famílias com mais de 30 anos de posse (O Trabalhador Rural – CONTAG – nº 2 – Dez./81).

Sergipe

MARÇO

7

Violência

O presidente e o secretário-geral da FETAG-SE, José Paz de Araújo e Manoel Júlio de Santana, encaminharão segunda-feira um relatório sobre a disputa de terras, na região do Baixo São Francisco, ao governador do Estado. Eles estiveram no município de *Pacatuba*, a 200 quilômetros de Aracaju, e constataram ser bastante tensa a situação em consequência do ataque feito a posseiros da região, sábado passado, por 50 homens armados que permanecem na área. O incidente deixou dois agricultores gravemente feridos, além de provocar a destruição de 60 pés de coco, casas e benfeitorias. A área em litígio entre posseiros e a SERIGY AGROINDUSTRIAL (SERAGRO) na Fazenda Santana dos Frades vem sendo ocupada por 300 famílias há mais de um século. O conflito com a empresa começou em 79, quando os posseiros decidiram entrar na Justiça com uma ação de manutenção da posse, cuja liminar foi negada pela juíza da Comarca de Neópolis (ESP).

24

Religiosos acusados

Os religiosos da diocese de Propriá foram acusados ontem pelo secretário de Segurança Pública do Estado, de serem os principais responsáveis pelos conflitos que vêm ocorrendo na região sergipana do Baixo São Francisco, em consequência da luta pela posse de 258 hectares de terra na Fazenda Santana dos Frades, em *Pacatuba*. O bispo de Propriá, D. José Brandão de Castro, ao tomar conhecimento das afirmações do secretário, disse que “infelizmente, entre nós há muitas pessoas que

acham o povo simples do campo incapaz de grandes atitudes. Essa, aliás, é a razão pela qual os pobres agricultores participam tão pouco da vida do País. O gesto do povo de *Pacatuba* — eu sou testemunha — brotou deles mesmos. Não foi inspirado por ninguém da diocese. Nós acompanhamos a sua luta e, quando nos comunicam os seus planos, o máximo que fazemos é convidá-los a refletir bem sobre o que pretendem realizar”. Esse caso da tomada de armas dos jagunços da SERAGRO que lá se encontravam dia e noite continuamente armados, continuou o religioso, foi um gesto de grande coragem, que deve ser registrado na história de Sergipe. “Trata-se de um gesto de não-violência. O povo da *Pacatuba*, firme na sua fé em Deus, cantando o ofício de Nossa Senhora, se encaminhou pacificamente para o quartel-general dos jagunços e os convidou a se retirarem. Se levaram as armas consigo foi para mostrar às autoridades que a violência não está do lado deles” (ESP).

OUTUBRO

11

Lavradores já temem a expulsão

As 86 famílias de agricultores que disputam área de 258 hectares com a SERAGRO após terem-se recusado a assinar o ofício do juiz Jonalter Vieira que comunicava a concessão de liminar de reintegração de posse em favor da empresa, passaram a temer que a autoridade venha a requisitar força policial para fazer cumprir sua sentença. A informação foi dada ontem por religiosos da diocese de Propriá (ESP).

18

Expulsão: ameaça a lavradores

Por determinação do juiz Jonalter Vieira, de Neópolis, a polícia poderá recorrer à força para expulsar as 86 famílias de agricultores da Fazenda Santana dos Frades, município de *Pacatuba*. Temendo que haja um conflito entre a polícia e os agricultores, o governo sergipano propôs aproveitar os posseiros num projeto de colonização que desenvolve em *Pacatuba*, mas eles recusaram a oferta dizendo que preferem ficar nas terras que ocupam e onde mantêm culturas de subsistência (ESP).

20

Posseiros deverão ser expulsos

O secretário de Segurança de Sergipe informou ontem que ainda esta semana a polícia usará a força para expulsar as 86 famílias de posseiros — cerca de 500 pessoas — que disputam na Justiça parte de uma fazenda adquirida recentemente pela SERAGRO. Ainda ontem, religiosos da diocese de Propriá, que apóiam os posseiros, divulgaram em Aracaju dois documentos assinados por mais de 1.300 moradores da região, protestando contra a decisão do juiz e solicitando para a questão “a solução que todo mundo conhece: em caso de tensão social, a desapropriação para o bem público”. Por sua vez, a FETAG-SE enviou ao governo federal documentos comprovando que a área é ocupada pelos posseiros há cerca de 100 anos (ESP).

A LUTA POR MELHORES SALÁRIOS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA

Acre

JUNHO

18

Trabalho escravo em fazenda

O agrônomo Anderson Carlos da Silva, de Belo Horizonte, denunciou ontem à PF, em Rio Branco, que a empresa colonizadora Santa Clara, do município de *Brasiléia* (na fronteira do Acre com a Bolívia), está escravizando trabalhadores rurais. O agrônomo disse que para sair da sede da fazenda teve que fugir durante a noite. Ele revelou que foi amarrado num pau à beira de um lago, onde passou uma noite inteira por ter dito que queria abandonar a fazenda. Outros trabalhadores estariam querendo abandonar o local, mas são forçados a trabalhar porque a empresa mantém seis jagunços "fortemente armados" vigiando-os (ESP).

Paraná

MARÇO

19

Trabalhador morre de fome

Um trabalhador já morreu de fome e várias outras pessoas estão passando necessidade em fazendas de cana-de-açúcar da Usina Central do Paraná, do Grupo Atalla, em *Porecatu*, Norte do Paraná. Essa denúncia foi feita ontem, em Londrina, pelo deputado José Tavares da Silva Netto, presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa do Paraná. Segundo o deputado, o trabalhador Maximiano Guedes Mendes "morreu à míngua dentro de uma fazenda do Grupo Atalla, pois nos últimos tempos vinha se alimentando apenas com os lambaris, que os filhos menores pescavam num rio próximo, e chupando caldo de cana-de-açúcar, que obtinha nas lavouras da fazenda" (ESP).

SETEMBRO

29

Usina demite 900

A usina de álcool Vale do Panema (da Sharp), no município de *Leópolis*, norte do Paraná, demitiu em uma semana 900 de seus pouco mais de mil trabalhadores e alegou que a estiagem secou a represa que fornece os 150 mil litros de água diariamente utilizados nas caldeiras. O presidente do STR lembrou que as demissões estão ocorrendo perto do dia 2 de outubro, quando vence a data-base para o novo acordo salarial dos empregados da usina. O Sindicato está instruindo os trabalhadores para que não assinem nada sem o conhecimento do Sindicato. De acordo com seu presidente, os trabalhadores dispensa-

dos não estão com registro regular em carteira e todos os que estiverem em situação irregular deverão levar a usina à Justiça (JB).

OUTUBRO

14

Denunciado trabalho escravo

Após denúncia de um peão que conseguiu fugir de uma fazenda de reflorestamento no município de *Adrianópolis*, a 120 quilômetros de Curitiba, a polícia e fiscais da DRT puderam constatar que quarenta bóias-frias foram mantidos, por quase dois meses, em trabalho escravo na localidade de Caixão do Mendes. Os empregados acusaram o empreiteiro Damião Barbosa e sua mulher, contratados pela Rebrasa, de mantê-los em condições precárias na fazenda, não pagar as diárias desde agosto, impedi-los de deixar a área e espancá-los a coronhadas de revólver (JB).

Pernambuco

OUTUBRO

12

O assassino Enio Guerra

Foram assassinados o trabalhador João Duda da Silva e seu filho de cinco anos, José Heraldo, em *Bom Jardim*. Foram mortos pelo dono do Engenho Palma, Enio Guerra, e seu filho. João Duda era empregado do Engenho Morada do Sol. Quando trabalhava na tarefa de queima da cana, acidentalmente o fogo alastrou-se para o canavial vizinho. Por causa disso, foi espancado pelo filho de Enio Guerra e, pouco depois, tocado quando regressava para casa. Um outro filho do trabalhador, de apenas oito anos, está também ameaçado de morte porque testemunhou os assassinatos. Recentemente, um trabalhador que ia testemunhar contra Enio Guerra, nesse caso, foi misteriosamente assassinado (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Rio de Janeiro

MARÇO

18

Trabalhador é açoitado

Em *Campos*, o trabalhador Edson Cardoso de Farias foi açoitado pelo patrão, por ter recorrido à Justiça para reclamar direitos adquiridos após 23 anos de serviços prestados (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Rondônia

JANEIRO

31

Mais denúncia de trabalho escravo

Após uma semana de investigações, policiais militares de Porto Velho conseguiram chegar à Fazenda Brito, a 160 quilômetros de Vilhena, onde libertaram 50 trabalhadores, trazidos de caminhão de Minas Gerais e Paraná, que viviam em regime de semi-escravidão, vigiados constantemente por doze jagunços contratados pelo fazendeiro Ovidio de Brito, que desapareceu. Um dos trabalhadores da Fazenda, Fernando Lima, conseguiu fugir e chegou a Vilhena. Depois de ficar três dias hospitalizado, contou ao prefeito Arnaldo Martins as condições em que se encontravam os 50 homens, aliciados sob a promessa de que ganhariam um salário mínimo, mais comida e roupa (FSP).

OUTUBRO

31

Polícia massacra garimpeiros

Um massacre de garimpeiros no município de Ariquemes, setor Oriente Novo, em Rondônia, foi denunciado ontem pelo deputado Jerônimo Santana (PMDB-RO), que acusou a polícia do Território de se haver apropriado do ouro ali existente. Segundo o parlamentar, a polícia ateou fogo nos barracos pertencentes aos garimpeiros, colocando cerca de 300 deles em fuga nos últimos dez dias, numa perseguição que Jerônimo considera injusta, porque "a garimpagem de ouro não está proibida em Rondônia". Argumenta ainda que a área do garimpo corresponde a terras devolutas, tomando a ação policial, "injustificável e corrupta, com essa história de apreenderem o ouro e a cassiterita" (FSP).

São Paulo

JANEIRO

17

Greve na fazenda

O presidente do STR da região de Pirajuí, Roberto Carreteiro, informou ontem que o Grupo Atalla ainda não pagou o 13º salário e o salário de dezembro dos 400 trabalhadores da Fazenda Santa Maria, situada naquela cidade. Em função disso, os trabalhadores entraram em greve. Segundo o dirigente sindical, o Grupo Atalla prometera efetuar o pagamento referente ao mês de dezembro no dia 15 (ESP).

FEVEREIRO

15

Lavradores intoxicados

A aplicação irregular de venenos agrícolas nas plantações continua intoxicando lavradores nos varjões do rio Paranapanema. Integrantes do Projeto Rondon descobriram que uma média de vinte a trinta vítimas procuram socorro nos hospitais e farmácias da região durante o mês, mas nem todos escapam com vida. Não existem estatísticas exatas a respeito de quantos trabalhadores desapareceram intoxicados no ano passado. Admi-

te-se, porém, que foram dezenas. Só a pequena farmácia de Caiabu atendeu a dezesseis casos, e, na de Indiana, nunca aparecem menos de duas pessoas envenenadas por mês. Muitos não podem ser tratados apenas com medicação simples, sendo necessário removê-los aos hospitais de Martinópolis ou Presidente Prudente onde pelo menos 40 desses doentes tiveram de ficar internados em 1980 (ESP).

NOVEMBRO

21

FUNRURAL denunciado por sindicalistas

Os SRTs da região de Presidente Prudente denunciaram que há discriminação contra humildes trabalhadores do campo, com protelação constante de consultas, péssimo atendimento médico e cobrança irregular de remédios, entre outras falhas no atendimento médico-hospitalar, principalmente o prestado através de convênios com a Previdência. Essas denúncias foram feitas em nota divulgada pelos sindicatos, os quais informam que nenhuma providência foi tomada até agora para eliminar as irregularidades. Nos ambulatórios do INAMPS, as filas aumentam cada vez mais, enquanto se reduz o tempo de atendimento por parte dos médicos, acrescentam os sindicalistas. Geralmente, o plantonista sequer toca o doente, preferindo transferi-lo para outros profissionais, isso depois de horas e horas de espera. Outras vezes, os atendentes resolvem o problema no próprio guichê, informando que não existem vagas para consultas ou que "as fichas se esgotaram" (FSP).

DEZEMBRO

1

Migrações, desemprego, mendicância

O número de mendigos está aumentando de maneira preocupante em São José do Rio Preto. A maioria — cerca de 60% — são migrantes rurais, procedentes de Minas Gerais e do Paraná. A informação é da Fundação Rio-Pretense de Assistência Social (FPAS), que atende diariamente a cerca de 40 pessoas nessas condições. Muitos trabalhavam em fazendas que erradicaram culturas de café, diante da instabilidade dos preços finais do produto. Outros foram expulsos pelo avanço da cana-de-açúcar, cultura mecanizada. Com isso, Rio Preto e outras cidades passaram a enfrentar em maior escala o problema da mendicância que não é encarada de maneira efetiva. O mendigo ou migrante é mandado de uma cidade para outra, sem conseguir o emprego de que precisa", afirma o presidente da FPAS, Edson Pupin. A mendicância deverá aumentar nos próximos meses, com a migração dos desempregados em outros Estados (FSP).

Outras

JANEIRO

31

Trabalhadores rurais pedem que Previdência mude

A CONTAG entregou ontem ao ministro da Previdência Social, documento reivindicando modificações no anteprojeto de lei complementar que estenderá ao trabalhador rural os benefícios da previdência social urbana. As alterações pedidas são no sentido de que a contribuição indireta para o novo sistema assegure a todos os trabalhadores — independente da contribuição direta prevista no projeto — aposentadoria de um salário mínimo. Os que quiserem aumentar esse valor, contribuirão diretamente com uma alíquota de até 8% (FSP).

A Luta dos Canavieiros

JANEIRO

Espancamentos, injustiças

Em *Carpina*, no Engenho "Serraria", Joaquim Severino da Silva foi espancado pelo administrador, por ter entrado na Justiça com uma Ação de Cumprimento do Dissídio de 80; no Engenho "Cordeiro", Laureano Sebastião Gadelha foi também espancado pelo administrador, por insistir em plantar lavouras de subsistência (O Trabalhador Rural — CONTAG — n.º 2 — Dez./81).

AGOSTO

10

Patrões não cumprem acordo de 1980

Quase um ano após a greve de 250 mil camponeses da Zona da Mata por melhores salários e outras 25 exigências, a FETAG-PE denunciou, ontem, que os usineiros não estão cumprindo as cláusulas do dissídio coletivo de 1980. Advertiu que, se não houver acordo, a área açucareira poderá enfrentar outra paralisação. A advertência consta de documento distribuído ontem, cinco dias após o encerramento do Primeiro Congresso de Delegados Sindicais da Zona da Mata do Estado, quando cerca de 500 trabalhadores rurais estiveram reunidos para discutir, entre outros temas, a preparação da campanha salarial de 1981. A maior parte deles afirmou que os patrões não vêm seguindo, de forma espontânea, os itens do atual contrato coletivo (JB).

30

Aproxima-se dissídio dos canavieiros

As forças políticas de Pernambuco entrarão em ebulição agora em setembro, em torno do dissídio dos camponeses, trabalhadores da cana-de-açúcar, numa luta que envolve de um lado, 42 STRs e seus 240 mil associados, os Partidos de Oposição e a Igreja, e de outro, os usineiros, os fornecedores de cana, os movimentos centristas e o aparato governamental de repressão. Mesmo com 70% dos camponeses da região açucareira do Esta-

ABRIL

17

Trabalhador rural: aposentadoria aos 55 anos

Dentro de alguns dias será enviado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que estende aos trabalhadores rurais os benefícios do trabalhador urbano. A diferença básica para a concessão da aposentadoria aos rurais é a condição de que, mesmo tendo contribuído 35 anos para o sistema previdenciário, o trabalhador só poderá requerer a aposentadoria se tiver a idade mínima de 55 anos. Na redação atual do projeto, a principal reivindicação da CONTAG não foi aceita. Referia-se à instituição em caráter facultativo da alíquota de até 8% sobre o salário mínimo para os empregados (JB).

do constituídos por bóias-frias, os 240 mil trabalhadores rurais da área se encontram em plena preparação para a campanha salarial deste ano (JB).

SETEMBRO

9

Pernambuco: começa a luta

Trinta e dois STRs — dos 42 existentes na zona canavieira — deflagraram, a partir de hoje, a campanha salarial deste ano. A campanha dos agricultores da Zona da Mata apresenta uma novidade: a luta pela unificação de salários, tomando o mais alto como base, já que os que trabalham em engenhos de cidades da área metropolitana recebem benefícios maiores do que nos outros municípios. Os agricultores querem, também, cumprimento da Lei de Sítio, que estabelece que o usineiro dê áreas de até dois hectares, para que plantem lavouras de subsistência (JB).

Assembléia de canavieiros:

20 mil trabalhadores

Ontem, quarta-feira, foram realizadas Assembléias Gerais Extraordinárias com a presença maciça de mais de vinte mil trabalhadores nos Sindicatos de Barreiros, Rio Formoso, Jaboatão, São Lourenço da Mata e Pau-d'Alho, em primeira convocação. Com a votação superior ao "quorum" exigido pela atual Lei de Greve foram aprovadas todas as reivindicações. Decorrido o prazo de cinco dias para negociações, se houver intransigência da Classe Patronal em não atender as reivindicações, os trabalhadores deflagrarão a greve. No próximo domingo, 27, os outros 38 Sindicatos da Zona Canavieira estarão realizando suas Assembléias (INFORME FETAG-PE — 24/9).

Reivindicações principais e a força da campanha

Setores da Classe Patronal vêm a todo instante, em vão, esvaziar e descaracterizar o Movimento Reivindicatório dos Trabalhadores, através da imprensa, para confundir a opinião pública. Apesar de todas estas questões e manobras, a grande participação dos trabalhadores nas Assembléias já realizadas, nas reuniões preparatórias nas sedes dos Sindicatos, nos Engenhos e arruados são demonstrações de grau de união, organização e mobilizações da classe que luta por: aumento e unificação de salário; manutenção e melhoria das conquistas do dissídio de

80; terra para plantar — sítio; auxílio-doença durante todo ano; estabilidade do delegado sindical; restauração das casas; garantia da tabela e combate ao roubo da vara e da balança (INFORME FETAG-PE — 24/9).

Parâmetros dos patrões para índice

Na manhã de ontem, dia 25, reuniram-se na sede do Conselho Estadual de Educação os representantes dos patrões e dos trabalhadores dos Sindicatos de São Lourenço da Mata, Pau-d'Alho, Barreiros, Rio Formoso e Jaboatão sob a coordenação do Delegado Regional do Trabalho, contando com a presença do representante da Procuradoria e do Secretário do Trabalho para iniciar as negociações em torno das reivindicações dos trabalhadores para a realização da contratação coletiva deste ano. Tão logo foi aberta a sessão, o Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar pediu aos trabalhadores que explicassem como haviam calculado o índice de produtividade por eles reivindicado. Esclareceram os trabalhadores que o índice de 12,8% fora calculado com base em dados contidos em estudos técnicos de fontes oficiais, elaborados com a participação da Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco e em documentos da própria Associação dos Fomecedores, utilizados pela classe patronal para solicitar do Governo reajuste no preço da cana-de-açúcar para o início da safra deste ano (INFORME FETAG-PE — 26/9).

Intransigência patronal

Ante as evidências da justeza do pedido dos trabalhadores de um aumento salarial de 12,8% e não conseguindo os patrões sequer questionar os argumentos dos empregados, a classe empregadora simplesmente negou o aumento reivindicatório e fechou questão nesse sentido. Apesar de os trabalhadores através da CONTAG e da FETAG-PE terem sugerido prosseguir as negociações sobre as outras cláusulas e posteriormente rediscutir a questão do aumento salarial, e até mesmo de terem oferecido aos patrões os estudos técnicos em que se louvaram para fixar o índice de aumento por produtividade que reivindicam, os patrões permaneceram irredutíveis. Os sinais da disposição dos patrões em radicalizar a campanha salarial deste ano já haviam sido manifestados por eles antes mesmo da abertura da sessão, quando, através de seus Sindicatos, encaminharam ao Sindicato dos Trabalhadores desses cinco municípios, uma contraproposta na qual rejeitavam reivindicações já concedidas em anos anteriores, como o sítio e o auxílio-doença, por exemplo, e ainda propunham um aumento de quase o dobro das tarefas da Tabela (INFORME FETAG-PE — 26/9).

Trabalhadores querem negociar

A FETAG-PE, a CONTAG e os Sindicatos de Trabalhadores reafirmaram sua disposição em negociar a campanha salarial. Prosseguem respeitando normalmente os prazos estabelecidos na legislação. Só recorrerão à greve se permanecer a recusa patronal diante das reivindicações (INFORME FETAG-PE — 26/9).

26

Negociações fracassam na primeira reunião

Os cinco STRs da *Zona da Mata*, que se reuniram ontem com as classes produtoras, deverão realizar assembleias nas próximas horas para informar a seus associados que as tentativas de negociação fracassaram. Se não houver acordo até terça-feira, tempo legalmente previsto para as negociações, os sindicatos deverão declarar greve. O Sindicato da Indústria do Açúcar de

Pernambuco (patronal) negou-se a discutir as 24 cláusulas do documento reivindicatório dos lavradores, porque os trabalhadores não abdicaram da primeira exigência: salário unificado (Cr\$ 13.940,30) resultante de aumento de 12,8% na produtividade, mais 44,44% de INPC. Os usineiros não chegaram a apresentar contraproposta aos trabalhadores. O presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, sugeriu que a discussão abrangesse as outras 23 cláusulas do documento, mas o presidente do sindicato patronal fechou questão no primeiro item, já que os produtores não aceitam a inclusão da taxa de produtividade no aumento de salário (JB).

27

Canavieiros fazem 38 assembleias

Na manhã de hoje 38 STRs da *Zona da Mata* de Pernambuco estarão realizando assembleias, em segunda convocação, para que os participantes — associados e clandestinos — aprovelem as 24 reivindicações que a categoria faz aos patrões e — no caso de nova negativa dos usineiros — decidam sobre a deflagração da greve. As mesmas reivindicações já foram aprovadas pelos cinco mais fortes sindicatos da área — Barreiros, São Lourenço da Mata, Jaboatão, Pau-d'Alho e Rio Formoso — que também ficaram a favor de uma greve se os empregadores não as atendessem (JB).

38 assembleias: 80 mil pessoas

No dia 27, com a participação massiva dos trabalhadores rurais da Zona Canavieira, foram realizadas 38 Assembleias em segunda convocação, com a presença de mais de 80.000 mil trabalhadores. Nas duas etapas de Assembleias, mais de 100.000 trabalhadores aprovaram as reivindicações e autorizaram os seus sindicatos e a FETAG-PE a deflagrar a greve, caso a classe patronal não atenda às reivindicações pleiteadas. A participação dos trabalhadores nas Assembleias superou a do ano anterior. Na maioria dos sindicatos, o quorum atingiu mais de dois terços. Os trabalhadores participaram ativamente das Assembleias e tiveram que enfrentar filas para votar, tendo-se deslocado de lugares distantes, apesar das dificuldades de transporte. Enfrentaram, ainda, manobras de setores patronais que usaram vários artifícios na tentativa de esvaziar as assembleias: oferta de transporte para praias e jogo de futebol, pagamento semanal retido; tarefas extras de trabalho exigidas dos trabalhadores e promessas de diárias dobradas. Contudo, a necessidade e o interesse dos trabalhadores falaram mais alto que todas essas barreiras, numa grande demonstração de ânimo e disposição em levar à frente a campanha salarial da Zona Canavieira por melhores condições de vida e trabalho. Domingo, dia 4, os trabalhadores rurais retornarão aos seus sindicatos para nova Assembleia de avaliação do andamento das negociações e partirem para a deflagração da greve conforme os resultados, cumprindo as formalidades da Lei (INFORME FETAG-PE — 28/9).

Aparato policial não intimida

Os sindicatos, em conjunto com a FETAG-PE e a CONTAG, mantêm a coordenação de todos os passos da campanha salarial, que se processa de maneira ordeira e pacífica, cumprindo todas as exigências legais. Por isso mesmo, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais ficou surpreso e viu com estranheza a presença de grande aparato policial verificado em várias áreas, bem como a presença de Promotores Públicos em alguns sindicatos (INFORME FETAG-PE — 28/9).



TRT agiliza processo

Hoje, dia 28, os Sindicatos de Barreiros, Rio Formoso, Jaboatão, São Lourenço da Mata e Pau-d'Alho, que realizaram Assembléias em primeira convocação, no último dia 23, receberam do TRT notificação para audiência de conciliação, amanhã, dia 29, às 9 horas (INFORME FETAG-PE – 28/9).

Greve iminente dos 5 sindicatos

Expira amanhã, dia 29, o prazo das negociações para os cinco sindicatos que realizaram assembléias em primeira convocação, estando os trabalhadores desses municípios convocados para iniciarem assembléia permanente nos seus sindicatos a partir da tarde de amanhã. A greve será deflagrada a partir da zero hora do dia 30, caso suas reivindicações não sejam atendidas (INFORME FETAG-PE – 28/9).

Apoio à campanha

Através da Intersindical dos Trabalhadores de Pernambuco, foi estruturado o Comitê de Apoio e Solidariedade aos Trabalhadores Rurais da Zona Canavieira, congregando várias entidades populares e democráticas. Em reunião realizada hoje, o Comitê manifestou, através de uma nota, seu irrestrito apoio e solidariedade. O Regional NE II da CNBB e diversos setores da Igreja também vêm manifestando seu apoio, tendo divulgado amplamente, através de um folheto, sua mensagem de ânimo à luta dos trabalhadores rurais dentro desta campanha salarial. A presença de várias federações e sindicatos de Trabalhadores Rurais de outros Estados tem-se constituído em um importante apoio à nossa luta. Parlamentares e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba também trouxeram sua solidariedade ao

movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona canavieira (INFORME FETAG-PE – 28/9).

29

TRT julga reivindicação de lavradores da Zona da Mata

O TRT começa a julgar, a partir das 9 horas, o dissídio coletivo dos trabalhadores rurais de cinco municípios da zona canavieira de Pernambuco. Ao contrário do ano passado, quando trabalhadores, usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar (empregadores) negociaram, durante os cinco dias de prazo previstos na Lei de Greve em busca de um acordo, este ano houve apenas um encontro e nada ficou decidido. Caberá ao TRT decidir o aumento dos agricultores e determinar se devem ser cumpridas as 24 cláusulas. O dissídio que começa a ser julgado hoje é de interesse de cerca de 50 mil trabalhadores rurais dos municípios de São Lourenço da Mata, Pau-d'Alho, Rio Formoso, Barreiros e Jaboatão. Eles encabeçam a campanha salarial porque na primeira convocação da assembléia tiveram quorum para aprovar as reivindicações e já decidiram, por unanimidade, paralisar as atividades, se não houver um acordo (JB).

A festa da vitória

Nos 5 municípios (Barreiros, Rio Formoso, Jaboatão, Pau-d'Alho e São Lourenço), enquanto se processava o julgamento, os delegados sindicais acompanhados de outros companheiros aguardavam o resultado na sede dos seus sindicatos. Durante o dia, com o comparecimento em massa dos trabalhadores, foi festejada a vitória (INFORME FETAG-PE – 30/9).

Patrões negam-se a negociar

Os patrões mantiveram-se intransigentes negando-se a negociar com os 38 sindicatos de Trabalhadores Rurais e a FETAG-PE, apesar da decisão do Tribunal para os cinco sindicatos, entrando com pedido de dissídio junto ao Tribunal, ainda no final do dia. Os trabalhadores desses municípios continuam mobilizados e de prontidão. Estão convocados para assembléia em seus sindicatos no próximo domingo, dia 4, quando avaliarão os resultados (INFORME FETAG-PE - 30/9).

Movimento sai vitorioso

"Neste ano, Governo, patrão e Tribunal não duvidaram da nossa greve e aceleraram o ritmo do Tribunal do Trabalho". A união e disposição de luta dos trabalhadores da zona canavieira, firmemente decididos a usarem o legítimo recurso da greve, garantiram a grande vitória para a nossa classe. Esgotadas as possibilidades de negociação, o Tribunal, justificando a situação de ameaça de greve, resolveu passar para a fase de julgamento, em regime de urgência. A decisão final é anunciada às duas e trinta da manhã de hoje. A classe patronal não admitia qualquer índice de produtividade, bem como a unificação de salário. Desde a fase anterior de negociação os patrões não aceitavam também a tabela e outras reivindicações, tais como as que se referem ao Delegado Regional, ao sítio, ao auxílio-doença e à restauração das casas (INFORME FETAG-PE - 30/9).

As novas conquistas

Salário unificado, a vigorar a partir de 3 de outubro próximo (Cr\$ 12.852,60); auxílio-doença; fiscalização das balanças e da medição das tarefas pelo órgão competente (INPM) acompanhado do Sindicato e o desconto da contribuição social autorizada pelos trabalhadores. Foram ainda mantidas as demais cláusulas do dissídio de 1980 referentes à tabela. Estes os salários pelo dissídio do ano passado: (Cr\$ 8.063,71) na segunda

sub-Região (Cr\$ 8.556,09), na primeira sub-Região (INFORME FETAG-PE - 30/9).

OUTUBRO

1

Trabalhadores rurais em Pernambuco

celebram o julgamento

Os 40 mil trabalhadores rurais dos municípios de Pau-d'Alho, São Lourenço da Mata, Jaboatão, Rio Formoso e Barreiros, paralisaram as atividades ontem, não em greve, como estava anteriormente programado, mas, para comemorar o julgamento do dissídio realizado, de madrugada, pelo TRT. A "grande vitória", como a classificaram os dirigentes dos trabalhadores rurais, está na manutenção do índice de 4% de produtividade conquistado no ano passado, que, somado ao INPC de outubro, estabelece o piso salarial (Cr\$ 12.358,19) da categoria. Além disso, os trabalhadores rurais conseguiram conquistar 20 das 24 reivindicações propostas; as outras quatro não foram julgadas pelo TRT, porque os juízes alegaram incompetência. As principais conquistas, segundo os presidentes da FETAG-PE e da CONTAG, foram: a unificação do piso salarial, extinguindo os salários sub-regionais; a manutenção do mesmo índice de produtividade do dissídio anterior; a ampliação de quinze dias de auxílio-doença pago pelas empresas, durante apenas seis meses para o ano inteiro; a manutenção do "13º salário"; o seguro por acidente de trajeto, cobrindo o trabalhador desde o momento em que sai para trabalhar até sua volta a casa; a manutenção da tabela de tarefas aprovadas no dissídio anterior. Estas conquistas foram posteriormente (dia 3) estendidas aos outros trabalhadores da Zona da Mata (ESP).

Vitória total dos canavieiros

Na última sexta-feira, 2, esgotadas, mais uma vez, as possibi-

A Campanha Salarial de 1981 na Zona da Mata de Pernambuco

Ligia Sigaud

Como o haviam feito nos anos de 1979 e 1980, os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco mobilizaram-se em 1981 para reivindicar melhores condições de vida e trabalho. O movimento, organizado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região, coordenado pela FETAG-PE e apoiado pela CONTAG, foi vitorioso, tendo os trabalhadores conseguido não só assegurar a maioria das conquistas dos anos anteriores, como também a unificação salarial para toda a área canavieira, o que representou um aumento de 48% para os trabalhadores da região metropolitana do Recife e de 64,25% para os do restante da Zona da Mata, onde está concentrada a maior parcela da força de trabalho.

Obtida por via judicial, através de decisão do TRT de Pernambuco, a vitória dos trabalhadores não deve ser interpretada apenas do ponto de vista da conquista de novas reivindicações e manutenção de reivindicações anteriores, mas também do ponto de vista político. Foi a certeza de que os trabalhadores estavam suficientemente organizados e prontos para paralisar a produção que levou os patrões a solicitarem a instauração do dissídio antes mesmo de esgotado o prazo legal para negociações, e o Tribunal, num procedimento sem precedentes, se reunir três vezes num único dia e julgar as 25

cláusulas que compunham a pauta de reivindicações a fim de evitar a eclosão da greve geral.

ANTECEDENTES

Para se entender o empenho dos patrões e da Justiça em impedir uma greve que teria sido inevitável, é preciso remontar ao período que se segue à greve de 80, na qual cerca de 240 mil trabalhadores cruzaram os braços por dois dias. Conquistado também por via judicial e no bojo de uma grande mobilização, o dissídio de 80 foi, desde os primeiros dias de sua vigência, objeto de uma luta acirrada pelo seu cumprimento, a qual pode ser avaliada até mesmo como mais ampla do que a que se seguiu à greve de 79, na medida em que envolveu um número inegavelmente superior de trabalhadores.

Encaminhada pelos Sindicatos e coordenada pela FETAG-PE a luta teve, via de regra, o caráter de uma luta coletiva e consistiu tanto na exigência do cumprimento pela via judicial, através de cobranças nas Juntas de Conciliação e Julgamento, quanto pela via da paralisação do trabalho. O período que vai de outubro de 80 a setembro de 1981 foi marcado por uma intensificação da articulação entre os diferentes STRs da Zona da Mata, pela multiplicação das assembléias sindicais, pela realização de inúmeras reuniões de delegados sindicais e pelo crescimento inequívoco do quadro de filiados aos sindicatos, o que expressava um aumento da confiança dos trabalhadores em seus órgãos de classe e a partir do próprio sucesso da luta que vinha sendo travada.

Os esforços realizados durante esse tempo culminaram, em agosto de 1981, na realização de um Congresso de Delegados Sindicais, que

lidades de conciliação, dada a intransigência dos patrões, o Tribunal Regional do Trabalho, julgou, em menos de um dia, o dissídio coletivo para os outros 38 sindicatos da Zona Canavieira, tendo resultado no mesmo julgamento realizado para os cinco sindicatos. Em todos os municípios da Zona Canavieira, milhares de trabalhadores reuniram-se ontem, domingo, na sede dos seus sindicatos. Analisaram e festejaram o resultado da campanha salarial e demonstraram grande disposição de luta para o cumprimento do dissídio. Nos próximos dias, FETAG-PE e Sindicatos realizarão Encontro para avaliação da campanha e estabelecimento de uma programação de trabalho junto às bases tendo em vista o fortalecimento da organização sindical para a consolidação das conquistas, através da luta conjunta do Movimento Sindical pelo cumprimento do dissídio. Os trabalhadores rurais da Zona Canavieira, graças à demonstração da força de sua união, conquistaram mais uma vitória. A solidariedade dos amigos, foi e continua sendo importante (INFORME FETAG-PE - 5/10).

6

Fornecedor de cana

decide não pagar aumento

Cerca de mil fornecedores de cana (de um total de 1.300) de Pernambuco, reunidos ontem em assembléia, decidiram não pagar o aumento de 44,4% de salário e mais 4% de produtividade concedidos pela Justiça do Trabalho a seus empregados do campo, em dissídio coletivo julgado na semana passada, sob a alegação de que não têm condições econômicas de fazê-lo. O presidente da FETAG-PE, José Rodrigues, disse ontem que, se o novo salário não for pago aos agricultores, os sindicatos pedirão providências à Justiça do Trabalho. "No entanto, qualquer trabalhador tem o direito de cruzar os braços, caso o salário que lhe é devido, segundo os termos do dissídio julgado no dia 29 do mês passado, não seja pago" (JB).

reuniu, por quatro dias, mais de 400 representantes de trabalhadores no Seminário de Olinda. Promovido pelo movimento sindical, esse Congresso, o primeiro realizado no País depois de 64, se constituía numa oportunidade para que os delegados sindicais avaliassem a luta pelo cumprimento das decisões, discutissem as conquistas já obtidas e as que ainda estavam por ser alcançadas, debatessem as formas de fortalecimento da organização sindical e comesçassem a se preparar para a campanha salarial, através do exame das reivindicações a serem feitas, e das formas de luta a serem adotadas.

Um mês após o Congresso, os dirigentes sindicais se reuniram para estabelecer a pauta de reivindicações, fixar o calendário da campanha e o esquema de mobilização. Prevalcia entre as lideranças o sentimento de que o movimento havia avançado e que a organização sindical saíra fortalecida daquele ano de lutas e da própria realização do Congresso, que consolidara as lideranças intermediárias.

Como nos anos anteriores, optou-se pela realização da campanha através da Lei 4.330 (Lei de Greve). Mas diferentemente das outras vezes em que dois sindicatos apenas partiram na frente dos outros, mudou-se de tática, elevando-se para cinco o número de sindicatos que integrariam o primeiro bloco a realizar assembléias, ficando os 38 restantes para uma segunda etapa. O objetivo dessa alteração era o de evitar o isolamento de alguns sindicatos e aumentar o poder de barganha dos trabalhadores.

A pauta de reivindicações consistia em grande parte na manutenção das conquistas obtidas nos anos anteriores - que poderiam ser perdidas caso não houvesse uma nova contratação coletiva - e em algumas reivindicações consideradas vitais para os trabalhadores,

21

Fraude na pesagem e violência

Foi assassinado o trabalhador João Júlio da Silva Neto, no Engenho Duas Bocas, de propriedade da Usina Santo André do Rio Una, em *Rio Formoso*, pelo administrador José Andrade, por ter reclamado de fraude na pesagem da cana. A FETAG-PE já havia denunciado ao governador do Estado as ameaças que esse administrador e um outro vinham fazendo ao tesoureiro do Sindicato e aos trabalhadores do Engenho (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - dez./81).

DEZEMBRO

6

Lavradores vão lutar por salário

Cerca de 42 sindicatos da *Zona da Mata* de Pernambuco - onde se concentra a agroindústria açucareira do Estado - reúnem hoje seus delegados, para definir a campanha de mobilização contra o fim da unificação salarial da área, pois a FETAG-PE admitiu ontem que 200 mil lavradores serão prejudicados com a medida. A iniciativa - que havia sido ratificada durante o dissídio coletivo de outubro, pelo TRT - foi considerada de efeito suspensivo pela presidência do TSR. Caso esta decisão seja ratificada durante o julgamento do recurso impetrado pelos usineiros, 200 mil lavradores de 38 cidades pernambucanas receberão salários inferiores (Cr\$ 11 mil 754,48 contra Cr\$ 12 mil 852,72) aos de quatro municípios localizados na área metropolitana. Este salário havia sido estabelecido para todos os trabalhadores rurais da Zona da Mata. Segunda-feira irá um grupo de oito líderes sindicais a Brasília, onde terão audiência com autoridades do TST e com o Ministro do Trabalho, para pedir que a determinação seja reconsiderada. Hoje começou a circular abaixo-assinado na Zona da Mata, que, segundo a FETAG-PE, será encaminhado a Brasília no "momento oportuno" (JB).

mas até então não alcançadas, como a unificação dos salários nas duas sub-regiões em que estivera dividida a Zona da Mata até maio de 81; o auxílio-doença durante todo o ano e não apenas por seis meses; a estabilidade do Delegado Sindical e o desconto obrigatório da contribuição social que os trabalhadores fazem a seus sindicatos, a qual, apesar de autorizada pelos associados, não vinha sendo recolhida pelos patrões com o objetivo evidente de pressionar os sindicatos e forçá-los a diminuir o ritmo e a intensidade da luta pelo cumprimento. Mais uma vez os trabalhadores reivindicavam também alterações na Tabela de Tarefas para torná-la compatível com novas modalidades de execução dos serviços no campo. Tratava-se sobretudo de assegurar uma definição explícita do "quantum" de trabalho e da remuneração correspondente para tarefas como o corte de cana solta, enchimento de caminhão e cambitagem, e uma redução do "quantum" exigido para tarefas, cuja modalidade de execução havia sido alterada recentemente, como aquelas envolvendo a abertura de sulcos para plantio. Em relação ao salário, os trabalhadores reivindicavam o reajuste segundo o INPC mais um aumento de produtividade da ordem de 12,8%, fixado a partir de estudo feito no interior da FETAG-PE com base em dados de órgãos governamentais e de uma das associações patronais.

DAS ASSEMBLÉIAS E DAS NEGOCIAÇÕES

Convocadas nos termos da "Lei de Greve" para aprovar, através de escrutínio secreto, a pauta de reivindicações e autorizar a decretação da greve em caso de não atendimento da proposta dos trabalhadores, as assembléias do primeiro bloco de sindicatos (São Lourenço da Mata, Pau-d'Alho, Jaboatão, Rio Formoso e Barreiros) foram realizadas no dia 23 de setembro. Era uma quarta-feira, dia de

trabalho, o que no entanto não impediu o comparecimento de mais de 20 mil trabalhadores às sedes de seus Sindicatos, e portanto o preenchimento, sem maiores problemas, do quorum de dois terços exigido por lei. Quatro dias depois, no domingo, 27 de setembro, foi a vez dos outros 38 sindicatos promoverem suas assembleias. Também nesses, o comparecimento foi bastante maciço, apesar das tentativas dos patrões de esvaziarem as reuniões através da promoção de jogos de futebol, passeios à praia e pagamento em dobro aos que trabalhassem naquele dia.

Logo após terem sido notificados do resultado das assembleias e antes mesmo que o segundo bloco de sindicatos promovessem as suas reuniões, os patrões se apressaram em "negociar" com os cinco primeiros sindicatos. A primeira e única reunião realizou-se no dia 25 de setembro, na sede do Conselho Estadual de Educação, com a presença da Delegacia Regional do Trabalho, do Secretário do Trabalho do Estado de Pernambuco e de um representante da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho. Antes de dar início às discussões, os patrões, através de suas entidades representativas (Sindicato de Cultivadores de Cana, Associação dos Fornecedores de Cana e Sindicato dos Produtores de Açúcar), fizeram chegar, aos dirigentes sindicais, uma contraproposta na qual recusavam a maioria das reivindicações (inclusive as que haviam estado em vigor nos anos de 79 e 80), negavam qualquer aumento baseado em produtividade e ainda propunham uma elevação de quase 100% na extensão e volume das tarefas contidas na Tabela.

Abertos os trabalhos, os patrões solicitaram dos trabalhadores que justificassem sua pretensão a aumento baseado em produtividade. Os argumentos foram apresentados, tomando-se como base os dados oficiais e os dados produzidos pelos próprios patrões para reivindicarem do Governo o aumento do preço da cana-de-açúcar, os quais indicavam que a produtividade se havia elevado em 12,8% entre as safras de 79/80 e 80/81. Sem sequer se preocuparem em contra-argumentar, os patrões simplesmente afirmaram que não aceitavam a fundamentação dos trabalhadores, recusavam-se a prosseguir a discussão das outras cláusulas, deixando a do salário para o final como pretendiam os representantes dos trabalhadores (FETAG-PE, CONTAG e Sindicatos), e deram por encerradas as negociações. No mesmo dia entravam na Justiça com o pedido de instauração de dissídio.

Na terça-feira seguinte, dia 29, véspera da data em que seria deflagrada a greve pelos cinco sindicatos, o TRT promoveu, pela manhã, uma fracassada tentativa de conciliação e, à noite, iniciou

o julgamento de cláusula por cláusula. Na madrugada do dia 30, a poucas horas do início da paralisação, encerrou-se o julgamento.

A primeira grande vitória dos trabalhadores foi a unificação salarial para toda a região canavieira. Em 1980, o Tribunal havia determinado a unificação salarial progressiva entre as duas sub-regiões. Essa decisão foi revogada pelo TST, ao qual haviam recorrido os patrões. Em 1981, baseando-se no fato de que o Governo havia suprimido, para efeito de salário mínimo, a distinção entre as duas sub-regiões, o Tribunal acatou a reivindicação dos trabalhadores. Na prática, isso significou que os trabalhadores que, na primeira sub-região recebiam um salário mensal (Cr\$ 8.556,20) e na segunda recebiam outro (Cr\$ 8.068,71), passaram a receber um único salário (Cr\$ 12.852,60), o que representava uma quantia superior ao maior salário mínimo do país.

Outras conquistas importantes foram o auxílio-doença durante todo o período de vigência do dissídio, i.e., por um ano, e o desconto da contribuição social em folha de pagamento. Foram também mantidas cláusulas significativas como a da "Lei do Sítio", que assegura, a cada trabalhador com mais de um ano de casa, o acesso a até dois hectares de terra para cultivo de lavouras de subsistência e criação; a da utilização de pesos e medidas padronizados e fiscalizados pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas; a referente ao direito de criação de Delegacias Sindicais e a da Tabela de Tarefas que, embora defasada em relação a alguns serviços, se constitui ainda numa importante defesa do trabalhador diante das tentativas patronais de aumentar a extensão e o volume das tarefas da produção da cana-de-açúcar.

Para os trabalhadores, a decisão do Tribunal foi uma vitória que mereceu paralisarem a produção, naquele que seria seu primeiro dia de greve, para comemorar, nas sedes de seus sindicatos, as conquistas obtidas. Mas o clima de festa tomou conta apenas dos cinco primeiros sindicatos. Para os outros 38, que haviam realizado suas assembleias em segunda convocação, iria ocorrer, naquele mesmo dia, uma lamentável repetição das "negociações" do dia 25. Interessados em recorrer ao TST, os patrões rejeitaram qualquer

TODO APOIO A LUTA DOS
Trabalhadores Rurais
ASSALARIADOS DA
CANA-DE-AÇÚCAR DA
ZONA DE DA MATA
PERNAMBUCO



acordo com os trabalhadores nos termos da decisão da instância regional. Novamente pediram a instauração do dissídio e novamente foram derrotados pelo TRT que se limitou a repetir seu julgamento do dissídio dos cinco primeiros. Para os trabalhadores dos 38 Sindicatos as comemorações da vitória foram feitas na manhã do domingo, 4 de outubro.

A RESPOSTA PATRONAL

Inconformados com a derrota sofrida no Tribunal, os patrões decidiram, logo depois do dissídio, não pagar o aumento salarial, o que lhes valeu uma advertência da Delegacia Regional do Trabalho de que eram obrigados a cumprir a decisão do Tribunal, e nova ameaça de greve por parte dos trabalhadores. Apelaram então para um *lock-out* suspendendo o corte de cana por quatro dias até que o Governo lhes concedesse novo aumento dos preços da cana e do açúcar, pois julgavam que os 34% concedidos no início de outubro eram insuficientes para fazer face aos custos de produção. Os trabalhadores imediatamente se mobilizaram, através de seus sindicatos e da FETAG-PE, e deixaram claro que o problema do preço era uma questão dos patrões com o Governo e que, portanto, não estavam dispostos a ter seu pagamento interrompido. Como continuavam à disposição dos patrões, iriam à Justiça cobrar os dias parados por causa da greve dos patrões.

Desta vez os patrões foram bem sucedidos pois conseguiram do Governo novo aumento de preços para fazer face às despesas que alegavam iriam ter com o cumprimento do dissídio. Tão logo obtiveram o que desejavam entraram com um recurso no TST contra as cláusulas de unificação salarial, Lei do Sítio, desconto obrigatório da contribuição social em folha e auxílio-doença, e solicitaram ao Tribunal que concedesse efeito suspensivo sobre aquelas cláusulas, ou seja, que permitisse que os patrões deixassem de cumpri-las. O Presidente do Tribunal, ignorando talvez que os patrões se haviam beneficiado de aumento extra para cobrir suas supostas dificuldades financeiras, concedeu o efeito suspensivo no dia 18 de novembro. Os trabalhadores mais uma vez deram uma resposta imediata, mobilizando-se através de seus sindicatos e organizando uma comissão para ir a Brasília buscar entendimentos com o Tribunal. Esclarecido sobre o absurdo da pretensão patronal de não querer pagar aos trabalhadores depois de ter recebido recursos extras para isso, o Presidente do Tribunal reconsiderou sua decisão no dia 10 de dezembro e sustou a aplicação do efeito suspensivo. Os patrões entraram com um pedido de embargo contra a decisão do Presidente do TST. Em fins de janeiro de 1982, uma caravana de dirigentes de todos os sindicatos da Zona da Mata e de representantes da FETAG-PE deslocou-se para Brasília a fim de assistir ao julgamento do embargo. Mais uma vez os trabalhadores saíram vitoriosos, pois o Tribunal negou o embargo. No último dia 30 de junho o Tribunal Superior do Trabalho finalmente julgou o recurso dos patrões e manteve todas as cláusulas, à exceção da Lei do Sítio, sob o argumento de que trata-se de matéria legal, não necessitando portanto figurar em dissídio.

Em meio a essas manobras patronais e apesar delas, prossegue a luta pelo cumprimento, no interior dos engenhos, através das ações coletivas na Justiça e das paralisações do trabalho, formas de luta que não só asseguram a conquista efetiva pelos trabalhadores dos termos do dissídio, como também os preparam para as próximas campanhas salariais.

Apesar da resistência dos patrões em acatar as decisões judiciais e em cumprir o dissídio e, apesar das ameaças já formuladas e já efetivadas de recurso à violência contra trabalhadores e dirigentes sindicais, os trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco e suas lideranças não se encontram isolados. Desde as primeiras greves têm contado com amplo suporte político, sendo que na campanha salarial de 1981 tiveram a seu lado os 10 pólos sindicais de Pernambuco, a Intersindical de Pernambuco, as associações de bairro, parlamentares, associações de defesa dos direitos humanos, centros de estudo e a Igreja Católica, bem como o movimento sindical de trabalhadores rurais de todo o País e importantes segmentos do movimento operário.

Lúgia Sigaud — professora do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Trabalhadores Enfrentam a Seca em Oito Estados

MARÇO

2 a 8

Flagelados saqueiam

Do interior do Nordeste começam a chegar notícias de flagelados que invadem cidades por causa da seca. Prefeitos e governadores, fontes não muito confiáveis, denunciaram os seguintes casos nos últimos dias: Em *Massabá*, no Ceará, 300 flagelados “tomaram” na segunda-feira da semana passada a praça João Arruda para pedir esmolas. Amedrontados, os comerciantes resolveram distribuir um pouco de alimento aos que ali se encontravam e, ao mesmo tempo, chamaram 20 soldados da PM — que só chegaram quando o grupo havia se dispersado. Na mesma segunda-feira, em *Amarante do Piauí*, 200 flagelados acamparam na Praça da Matriz e só não saquearam o comércio porque o prefeito local distribuiu alimentos para todos. O prefeito de *Ipupi*, Pernambuco, informou que no último dia 16, 380 flagelados invadiram a cidade e saquearam a feira local. O grupo não utilizou armas, nem fez ameaças, mas levou toda a alimentação exposta (MOVIMENTO).

11

“Saque é um legítimo direito”

O Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, declarou, em Fortaleza, que, na situação em que se encontram as populações dos sertões cearenses, as invasões de cidades e os saques aos armazéns estão se tornando “um legítimo direito”. E acrescentou: “Todos devemos ter respeito à liberdade alheia; mas esse respeito, porém, não é sem limites” (JB).

16

Sindicatos debatem seca

O presidente da FETAG-CE, Eurico de Sousa, convocou para hoje uma reunião de todos os STRs para um amplo debate sobre a seca, a ser realizado em Fortaleza. Os trabalhadores pretendem discutir também as providências até agora tomadas pelas autoridades. A FETAG-CE informou que denunciará irregularidades verificadas no plano de emergência, prometendo preparar um documento que será levado a Brasília (FSP).

JUNHO

6

Previsão é de novos saques

O presidente da FETAG-PB, Alvaro Diniz, advertiu ontem que poderão ocorrer novos saques em cidades do interior da Paraíba caso o governo não adote urgentes medidas de combate à seca. “Não é de admirar que esteja ocorrendo uma série de saques praticados por agricultores, pois a única alternativa de quem está com fome é comer”, acrescentou Diniz. O presidente da FETAG-PB voltou a apresentar algumas sugestões já formuladas no ano passado pela entidade para amenizar o problema da seca, mas que até agora não obteve nenhuma resposta prática por parte do Ministério do Interior (FSP).

27

Continuam ataques de flagelados

As invasões e saques de flagelados continuam acontecendo no interior do Ceará, principalmente na região do *Inhamuns*, a mais seca do Estado. Ontem ocorreram duas invasões: em *Soboeiro*, cerca de 400 flagelados famintos e desesperados chegaram à cidade, ameaçando os comerciantes antes de invadir suas lojas e armazéns caso não obtivessem comida. Em Iguatu, a maior cidade da região Centro-Sul cearense, aproximadamente cem homens e mulheres tentaram invadir a Prefeitura, mas foram contidos pela PM, levados ao quartel e convencidos a se dispersarem (FSP).

28

Sindicatos temem políticos

Um mês após o Governo ter anunciado a extinção do Programa de Emergência e a sua conseqüente transformação em "obras públicas", 20 presidentes de STRs — representando 345 mil camponeses sertanejos — denunciaram ontem que o novo sistema incorrerá nos mesmos abusos e manipulações políticas do anterior, pois até o momento apenas prefeitos e parlamentares do PDS são ouvidos a respeito das necessidades de cada área. Os líderes sindicais fizeram a denúncia ao Secretário de Agricultura de Pernambuco por intermédio da FETAG-PE e reivindicaram que o Governo autorize, imediatamente, o pagamento do mês de junho aos atuais alistados no Programa de Emergência; caso isto não ocorra, "o Governo será responsabilizado pelo que vier a acontecer nas áreas prejudicadas". Alegaram que a situação é de calamidade pública: "Só há fome e miséria" (JB).

JULHO

19

FETAG-PE denuncia manipulações

A FETAG-PE denunciou ontem, no Recife, "a manipulação político-eleitoreira das frentes de trabalho", ao revelar a sugestão do coordenador do "Projeto Asa Branca", Mario Antonino, de que os sindicatos para serem atendidos mais rapidamente em suas reivindicações viessem ao Recife acompanhados do prefeito do seu respectivo município. As declarações deste cidadão, numa reunião realizada terça-feira e na qual foi vetado o acesso da imprensa, causaram impacto entre os trabalhadores rurais, os quais consideram que o governo de Pernambuco "está tentando vincular a questão social e sindical à questão eleitoral". Pelo documento distribuído e assinado pelo presidente da FETAG-PE, José Rodrigues da Silva, "o governo de Pernambuco resolveu suspender o Programa de Emergência sem ouvir os trabalhadores do movimento sindical. O Programa de Emergência tinha sérias distorções em suas finalidades, fruto da manipulação dos políticos com interesses locais, que intervieram, em muitos casos, para servir aos seus objetivos eleitorais e de proprietários inescrupulosos que forçavam os trabalhadores a dividir seu já minguado salário de emergência, sob a ameaça de exclusão da frente de trabalho". O documento condenou o programa de obras públicas e reivindica o pagamento dos salários a 144 mil alistados, representando 700 mil pessoas (ESP).

6 a 12

Seca continua; política do PDS também

A revolta dos trabalhadores rurais em *Iracema*, no interior do Ceará, continua. No último dia 24 de junho, 3.500 flagelados

invadiram a cidade, exigindo comida e trabalho para todos, e só foram embora depois que a Prefeitura prometeu que seriam alistados mais 500 camponeses nas frentes de trabalho. Os flagelados prometeram voltar a *Iracema* em 15 dias, caso a situação não mude até então. *Soboeiro*, *Iguatu* e *Solenópolis* também foram invadidas por flagelados, com as mesmas reivindicações. A situação está cada vez pior no interior do Ceará. Não chove desde o início de abril e, para agravar, o Governo Federal desativou o Plano de Emergência, que foi substituído pelas frentes de serviço — uma manobra para favorecer o PDS nas eleições de 1982, segundo dirigentes de sindicatos rurais (MOVIMENTO).

20 a 26

Fraudes e reações

Diante da persistência dos resultados da seca no Nordeste e das reclamações de políticos assustados com as ameaças de saques que continuam ocorrendo, a SUDENE, ao contrário do que havia anunciado, decidiu aumentar o número de municípios incluídos na área de emergência. Ao mesmo tempo a SUDENE, auxiliada pelo SNI, anunciou que havia detectado uma enorme quantidade de fraudes: fazendas particulares que recebiam o dinheiro para o pagamento dos trabalhadores, mas não os contratavam. Só na Paraíba havia constatado o alistamento irregular de 40 mil pessoas. Por isso seriam desativadas as frentes nas propriedades particulares. Uma reação violenta de três governadores, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Piauí, forçou o Governo a rever suas posições, principalmente porque os latifundiários da região são sua principal base de sustentação política (MOVIMENTO).

22

Protesto no Rio Grande do Norte

A FETAG-RN e diversos sindicatos rurais farão sexta-feira, na principal praça de *Mossoró* — a 276 quilômetros de Natal — ato de protesto contra o Plano de Emergência de combate à seca, que há dois meses dispensou milhares de trabalhadores e trouxe várias modificações que desagradaram a categoria. Os trabalhadores sem terras pedirão, com discursos, faixas e cartazes, o pagamento do salário-mínimo regional (Cr\$ 6.712,80); atualmente a SUDENE paga Cr\$ 4.023,00, redução da jornada de trabalho, pagamento semanal e fim de atos que os trabalhadores rurais consideram discriminação no processo seletivo (ESP).

31

Sindicato denuncia desconto compulsório

Segundo o STR de *Augusto Severo*, no Rio Grande do Norte, os trabalhadores alistados no Plano de Emergência, na Serra de João do Vale, estão sendo descontados, compulsoriamente, a título de "ajuda para custeio de despesas com a viagem dos pagadores". O pagamento da quinzena tem chegado sempre com atraso de, pelo menos, uma semana, já tendo havido casos de atraso superior a um mês. O Sindicato vai oficializar a denúncia, levando-a ao conhecimento do Governador (JB).

AGOSTO

3 a 9

Ceará: seca e revolta

No penúltimo fim de semana, em *Cratéis*, mais de mil trabalhadores de diversos distritos do município, protestaram con-

tra a fome e a falta de emprego. Liderados pelo STR saíram em passeata pelas principais ruas da cidade e no fim se concentraram em frente da prefeitura, onde diversos líderes sindicais discursaram. A cidade de *Acopiara* foi invadida por cerca de 400 trabalhadores. O fato ocorrido no último dia 28 de julho, movimentou a cidade, localizada a 305 quilômetros de Fortaleza. O grupo de flagelados veio de apenas um distrito do município. Agora é esperada a invasão da cidade por trabalhadores de outros municípios (MOVIMENTO).

10 a 16

PDS continua corrupção no Ceará

No último dia 5, cerca de 1.500 trabalhadores rurais ocuparam a cidade de *Iguatu*, na região Centro-Sul do Ceará, para protestar contra a falta de emprego e a fome. Segundo o presidente do STR de Iguatu, José Gregório, existem no município 35 mil trabalhadores dos quais apenas 1.500 foram alistados no Plano de Emergência pelo escritório local da GESCAP (Grupo Especial de Socorro a Calamidades Públicas), órgão que alista trabalhadores para as frentes de trabalho. O que aumenta a revolta dos trabalhadores é que o alistamento no Plano de Emergência só é conseguido para quem é protegido do gerente da GESCAP ou é amigo e cabo eleitoral de algum vereador do PDS local. A manifestação em Iguatu já estava sendo organizada desde julho, quando um grupo de trabalhadores, vindos do distrito de Quixeiô e reivindicando comida e emprego, foi enviado para o quartel da cidade e humilhado por soldados e oficiais da PM (MOVIMENTO).

11

Novo ataque

Cerca de 3 mil homens famintos e desempregados invadiram ontem a cidade de *Mombaça*, a 310 quilômetros do sul de Fortaleza, no sertão central do Ceará, onde se agrava a cada dia a situação causada pela seca que assola o Estado há três anos (JB).

29

Flagelados saqueiam em Pernambuco

Cerca de 2 mil flagelados, famintos, saquearam dois armazéns e a feira da cidade sertaneja de *Sertânia*, a 312 quilômetros de Recife, após fracassarem as tentativas de contato com o Prefeito que, sem condições de atender às suas reivindicações, fugiu da cidade. Eles exigiram aos gritos, na porta da Prefeitura, que lhes fornecessem alimentos. Não foram atendidos e dirigiram-se aos armazéns localizados na área. Os 22 soldados do destacamento de Sertânia não intervieram (JB).

SETEMBRO

10

Mil flagelados saqueiam mercado

Revoltados por não terem sido alistados em frentes de trabalho, cerca de mil flagelados invadiram terça-feira última o comércio da cidade de *Cajazeiras*, no alto sertão paraibano, saqueando o mercado em busca de comida. As primeiras versões indicavam que os agricultores receberam a informação de políticos locais de que a EMATER reiniciaria, a partir de terça-feira última, o alistamento em massa de flagelados da seca. Logo cedo, centenas de homens, mulheres e crianças postavam-se nas imediações do escritório da empresa, à espera do anunciado alistamento. Funcionários da EMATER trataram de esclarecer de imediato aos impacientes agricultores que seriam

cadastradas apenas 50 pessoas por dia, até completar 400 inscritos, alguns mais exaltados passaram a insultar os companheiros alistados, obrigando o pessoal da EMATER a chamar a polícia, que tentou dispersar a multidão de famintos (FSP).

OUTUBRO

26

Governador demagogo

A FETAG-PE acusou ontem o Governo do Estado “de atrelar a questão social à questão eleitoral”, na área da seca, “por buscar votos com a estiagem, tentando fortalecer a velha estrutura da oligarquia do poder municipal”. A denúncia foi feita em documento distribuído pelo órgão, após uma reunião de 20 STRs sertanejos, na cidade de Serra Talhada: apenas um quarto dos 148 mil alistados no Programa de Emergência foram aproveitados no atual plano de obras públicas, que vem sendo executado pelo governo estadual, com verbas da SUDENE. De “cada mil agricultores inscritos anteriormente, 750 estão desempregados, passando graves privações”. Os trabalhadores vão marcar uma audiência com o Governador, e, caso não sejam atendidas suas reivindicações, deverão realizar, no mês de novembro, concentração em frente ao Campo das Princesas, para providências (JB).

NOVEMBRO

9 a 15

Governo não quer flagelado unido

A seca continua no Nordeste, mas o governo preferiu desativar, pelo menos em Pernambuco, as frentes de trabalho que arremontavam os trabalhadores famintos. Reginaldo Muniz, assessor da Federação, interpreta a medida do governo como uma tentativa de bloquear o processo associativo que orientava as frentes. Em vez de fazerem “obras públicas” ou construir cercas e açudes, para as propriedades privadas, os camponeses resolveram executar obras comunitárias. De tal modo que um açude construído pelos flagelados ficasse sempre destinado a toda comunidade, e não de uso exclusivo do dono da propriedade onde foi construído. Para tanto, os sindicatos de trabalhadores pediram que o dono da terra assinasse um documento garantindo o uso comum da obra. Brecado este trabalho e suspenso o salário de fome, os flagelados de Pernambuco prometem concentrar-se, no próximo dia 23, em frente ao palácio do governo em Recife. “Foram esgotadas todas as formas legais de pressão. Só resta agora mostrar que temos força e estamos unidos”, diz o documento de convocação emitido pela FETAG-PE (MOVIMENTO).

9

Família de lavrador morto acionará SUDENE

A família do agricultor Antônio Gomes da Silva, 29 anos, morto pela polícia, quinta-feira passada, quando tentava receber seus três salários atrasados nas frentes de trabalho, vai acionar a SUDENE, na Justiça, para obter uma pensão vitalícia. O agricultor deixou mulher, grávida de três meses, e quatro filhos. Há três quinzenas os 18 mil 346 trabalhadores inscritos em 21 municípios do sertão alagoano não vinham recebendo seus salários (Cr\$ 2 mil e 25 por quinzena). Quarta-feira passada foi anunciado que o pagamento sairia quinta-feira, logo cedo, mas diante da demora, os flagelados, famintos se revoltaram, tenta-

ram saquear um armazém, a polícia reagiu e Antônio foi fuzilado com um tiro no peito (JB).

17

Flagelados tomam cidade

Em busca de empregos e alimentos, cerca de 500 flagelados, em sua maioria mulheres famintas, invadiram ontem a cidade de *Quixadá*, no centro do Estado do Ceará. Os retirantes partiam em direção ao armazém da COBAL (FSP).

25

Flagelados "fantasmas" do PDS

A FETAG-CE denunciou a existência de trabalhadores "fantasmas" incluídos no Plano de Emergência do Ministério do Interior, administrado pelo GESCAP. Ontem, a diretoria da Federação esteve reunida em Fortaleza para avaliar o trabalho desenvolvido pelo GESCAP e pelo governo do Estado no atendimento às vítimas da seca. "A situação é insuportável", disse o presidente Eurico de Souza, ao lembrar que a Região está ultrapassando os mil dias de seca: "são três anos consecutivos de frustrações. O homem do sertão está descapitalizado, vivendo com irrisórios salários pagos pela emergência". Grande parte da reunião dos trabalhadores rurais cearenses foi dedicada à apreciação de denúncias de irregularidades no plano de emergência. Souza repetiu várias vezes ter solicitado uma pessoa credenciada do GESCAP para acompanhá-lo até as frentes de serviço, para constatar as irregularidades. "Já mandei convites, memorandos e até ofícios, mas não obtive nenhuma resposta do GESCAP. Isso nos leva a crer que o órgão encarregado de dar assistência aos flagelados está acobertando essas irregularidades", afirmou o presidente da Federação, ao garantir poder apontar centenas de trabalhadores-fantasmas. "Tem até vereador do PDS recebendo dinheiro da emergência", contou Souza, e afirmou que o GESCAP pode afastá-los (ESP).

DEZEMBRO

4

Seca atinge quase todo o Nordeste

No final do terceiro ano consecutivo sem chuva, a seca já atinge 1 milhão 449 mil quilômetros quadrados do Nordeste, o que representa 1.085 municípios, com 13 milhões 500 mil habitantes, dos quais 6 milhões moram na zona rural. Na região, apenas 200 mil quilômetros quadrados não estão em estado de emergência, já que a estiagem se estende até a pré-Amazônia maranhense. Não há nenhum indício de que venha a chover na região, embora já tenha começado o período do inverno. A estiagem já ultrapassou os limites do Polígono das Secas — 900 mil quilômetros quadrados — aproximando-se das zonas úmidas. A SUDENE dá assistência a 1 milhão e 40 mil pessoas, aproximadamente 8% dos habitantes da área seca. Segundo os critérios adotados pela autarquia, em cada família com cinco filhos, podem-se alistar nas frentes de trabalho o chefe e um dos filhos. A água para consumo está sendo distribuída em diversos municípios por 1.300 caminhões-pipa (JB).

18

Flagelados invadem prefeitura

Cerca de 1.500 flagelados invadiram, na manhã de ontem, a Prefeitura do município de *Afogados de Ingazeira*, no sertão pernambucano, reivindicando trabalho, e disseram que só sairão do prédio quando forem alistados no programa de emergência. Eles perderam todas as lavouras com a seca e não têm o que plantar para a próxima safra. A informação foi transmitida pela FETAG-PE e confirmada pelo prefeito da cidade, que disse haver 3 mil 200 homens alistados em frentes de trabalho, enquanto 1.800 agricultores da localidade — situada a 403 quilômetros a oeste da Capital — estão passando privações com suas famílias (JB).

USUCAPIÃO: A POLÍTICA DO ESTADO E A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS

Debatido desde seu envio ao CN pelo Presidente em exercício, o Projeto de Lei sobre Usucapião Especial foi assunto de debate público nacional. Entre a sua emissão e aprovação o Projeto sofreu inúmeras críticas e propostas de alteração por parte de Igrejas, Sindicatos, Partidos e setores da sociedade, comprometidos com a problemática dos Trabalhadores Rurais. Os vários setores o criticaram quanto a sua abrangência e eficácia, propondo alterações que o aproximassem das reivindicações mais urgentes dos trabalhadores rurais. Tais propostas estão bem representadas nas sugestões de alteração feitas pela ABRA, que reproduzimos na cronologia. O Projeto foi aprovado no CN na forma de um substitutivo feito pelo partido do Governo após ouvir as emendas propostas pelas oposições em uma comissão mista. Sancionada a lei, as lutas dos trabalhadores continuam e é por isso que muitas das críticas feitas permanecem e os setores comprometidos ainda se pronunciavam sobre a lei de usucapião especial.

OUTUBRO

Projeto de Lei nº 26 de 1981 – CN, que “Dispõe sobre a aquisição, por Usucapião Especial, de imóveis rurais, e dá outras providências.”

Art. 1º – Aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por cinco anos ininterruptamente, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 20 hectares, tendo nela a sua morada e a houver tornado produtiva com seu trabalho, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa fé, podendo requerer ao juiz que assim declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no registro de imóveis.

Parágrafo Único: Prevalece a área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, se aquele for superior a 20 hectares.

Art. 2º – O usucapião especial, a que se refere esta lei, compreende as terras devolutas, em geral, sem prejuízo de outros direitos conferidos ao posseiro, pelo Estatuto da Terra, ou pelas leis que dispõem sobre o processo discriminatório das terras devolutas da União, dos Estados e Municípios.

Art. 3º – A ação do usucapião especial será regida pelo disposto nos artigos 942 e 944 do Código de Processo Civil, com as modificações constantes da presente lei.

Art. 4º – Adotar-se-á o procedimento sumaríssimo, assegurada preferência à sua instrução e julgamento.

Parágrafo Único: O autor, expondo o fundamento do pedido e individualizando o imóvel, com dispensa da juntada e respectiva planta, poderá requerer, na inicial, designação de audiência preliminar a fim de justificar a posse, e, se comprovada essa, será nela mantido, liminarmente, até a decisão final da causa.

Art. 5º – O autor da ação de usucapião especial terá, se o pedir, o benefício da assistência judiciária gratuita.

Parágrafo Único: Provado que o autor tinha situação econômica bastante para pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio e da família, o



juiz lhe ordenará que pague, com correção monetária, o valor das isenções concedidas, ficando suspensa a transcrição da sentença até o pagamento devido.

Art. 6º – O usucapião especial não ocorrerá nas áreas indispensáveis à Segurança Nacional, nem nas terras habitadas pelos silvícolas.

Art. 7º – O usucapião especial poderá ser invocado como matéria de defesa, valendo a sentença que o reconhecer como título para transcrição no registro de imóveis.

Art. 8º – Esta lei entrará em vigor 60 dias após sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições em contrário. (ABRA – set/out – 1981)

22

CPT denuncia conflitos de terra

Quase um milhão e meio de brasileiros estão envolvidos hoje em conflitos de terra, de acordo com dados do Secretariado Nacional da Pastoral da Terra, em levantamento realizado até junho de 1981. Desses conflitos, a maior parte (58,4%) ocorreu no biênio 79/80, o que indica que não deverão ser resolvidos logo após a aprovação do projeto de lei que reduz o prazo do usucapião. A CPT informa ainda que não foi possível delimitar todas as 913 áreas em litígio no País. Sabe, porém, que 343 dos conflitos abrangem uma área de 37.295.595 hec-

tares. Maranhão e Pará lideram as estatísticas, com 358 casos anotados pela Pastoral. Afirmando que a pesquisa é "parcial e provisória", a Pastoral revela que os 913 conflitos no País envolvem 262.157 famílias, totalizando 1.471.027 pessoas conforme demonstra o quadro que segue:

CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL

Estados	Nº de conflitos	Nº de famílias	Nº de pessoas	Área em ha
Acre	21	1.180	6.390	820.712
Alagoas	15	2.081	12.200	11.549
Amapá	5	12	20	253.000
Amazonas	23	170	6.252	91.396
Bahia	94	24.201	252.201	2.906.590
Ceará	14	2.032	13.860	15.699
D. Federal	3	187	935	65.000
E. Santo	3	150	500	30.000
Goiás	53	2.776	16.376	495.266
M. Grosso	62	11.010	61.400	1.033.527
M. Grosso Sul	19	1.861	22.560	454.112
Maranhão	207	67.184	334.080	7.706.075
M. Gerais	33	35.383	77.456	137.524
Pará	151	37.874	208.272	13.511.865
Paraíba	14	1.934	16.220	74.013
Paraná	16	11.931	59.780	2.049.204
Pernambuco	26	31.635	173.898	39.168
Piauí	15	2.387	11.160	205.294
R. Janeiro	53	5.387	57.170	61.272
R. G. Norte	16	9.451	59.746	129.336
R. G. Sul	9	4.264	21.320	10.235
Rondônia	14	2.618	12.091	147.000
Roraima	2	—	8.500	6.630.000
S. Catarina	12	2.019	10.795	17.557
São Paulo	20	3.341	17.065	313.145
Sergipe	13	1.089	10.780	87.056
Total	913	262.157	1.471.027	37.295.595

(JB)

24

"Saída milagreira" do Governo

Depois de definir o projeto de redução de 10 para 5 anos da posse de áreas rurais para requerimento de usucapião como uma "saída milagreira" do Governo para os problemas fundiários, o professor da UNICAMP, José Gomes da Silva, também conselheiro da ABRA, manifestou dúvidas quanto ao Artigo 2º do Projeto que, na sua opinião, em sua atual redação "parece restringir o benefício da redução do usucapião apenas aos posseiros das terras públicas, quando se sabe que a grande maioria está em terras particulares: se for aprovado na atual redação, será um blefe". José Gomes afirmou que, na hipótese de aprovação da lei de redução de posse para fins de usucapião, haverá "incontrolável aumento dos conflitos entre posseiros e proprietários". Na sua opinião, ante a ameaça de perderem as terras, os latifundiários intensificarão "as perseguições, violências e expulsões de famílias ocupantes para que não completem os cinco anos de uso e benefícios com a propriedade". Acredita que estas agressões começarão "muito em breve, pela simples ameaça de aplicação da lei". José Gomes acentuou ainda que, proporcionalmente a certos Estados do Norte, a Região Sul, hoje, agrupa os maiores índices de latifúndios improdutivos. Citou o exemplo de São Paulo, que tem uma superfície total de 20 milhões de hectares, dos quais 5 milhões estão

"em mãos de grandes empresas, servindo apenas para capitalização" (JB).

31

CPT considera projeto limitado

O vice-presidente da CPT do Araguaia-Tocantins, P. Ricardo Resende, considerou muito limitado o projeto do Governo de reduzir para cinco anos o prazo do usucapião. O projeto é interessante, segundo o padre, na medida em que reduz os prazos para usucapião nas terras públicas, mas se torna limitado porque exclui terras particulares, áreas de segurança nacional, os 150 quilômetros de fronteiras e os 100 à margem das rodovias federais. As áreas de maior tensão social, como o Bico do Papagaio (Norte de Goiás, Sul do Pará e Sudoeste do Maranhão) e boa parte da Diocese de Conceição do Araguaia, ficaram de fora — disse P. Ricardo. A legislação que será aprovada, no seu entender, é contraditória: o Artigo 1º fala em redução do prazo para cinco anos, indiscriminadamente; o 2º explica que a nova lei abrangerá somente as áreas devolutas; e o 6º nega o usucapião especial para áreas indispensáveis à segurança nacional e terras indígenas. Ele sugere, para melhorar a lei, que no Artigo 2º o usucapião seja estendido às terras particulares. Acha que deve ser suprimida a primeira parte do Artigo 6º, referente às áreas de segurança nacional, e pede que seja estipulado um prazo para os latifúndios improdutivos que a lei não especifica (JB).

Usucapião: a contraproposta da ABRA

O projeto do Governo sobre aquisição de terra por usucapião, como não poderia deixar de ser, suscitou debate público. A CONTAG, manifestou-se vendo o documento destinado "apenas a produzir efeitos propagandísticos". O presidente da CPT, também é crítico: "A proposta governamental não muda a essência do problema, pois não altera a estrutura agrária do Brasil no que ela tem de mais injusto, a concentração da terra". A ABRA, por sua vez, apesar de verificar alguns avanços legais, manifesta dúvidas quanto ao seu alcance e viabilidade. Diante disso, realizou-se um debate sobre o Projeto de Lei durante o seu Primeiro Curso de Direito Agrário realizado em Belém, entre os dias 9 e 14 de novembro. Produto desse debate foi a proposta às lideranças partidárias, aos deputados que estão envolvidos com a questão, à imprensa, à CONTAG e à CPT. A seguir o texto a que nos referimos:

Artigo 1º — Aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir de boa-fé, como sua, pelo prazo mínimo de ano e dia, ininterruptamente, área rural contínua, não excedendo de 20 hectares, tendo nela a sua morada, e a houver tornado produtiva com seu trabalho, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no registro de imóveis.

Parágrafo único — Prevalece a área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, se aquele for superior a 20 hectares.

Artigo 2º — O usucapião *pro-labore*, a que se refere esta lei, compreende as terras particulares e as devolutas, sem prejuízo de outros direitos conferidos ao posseiro, pelo Estatuto da Terra, ou pelas leis que dispõem sobre o processo discriminatório das terras devolutas da União, dos Estados e Municípios.

Artigo 3º — Nas ações relativas ao usucapião de que trata esta lei, observar-se-á o rito sumariíssimo, com as seguintes modificações:

I — na petição inicial exporá o autor os fatos e os fundamentos jurídicos, formulará o pedido e indicará as provas, oferecendo desde logo o rol de testemunhas, o croqui do imóvel e demais documentos que tiver;

II – o juiz designará a audiência de instrução e julgamento, deferindo as provas que nela houverem de produzir-se;
 III – o réu será citado para comparecer à audiência, que não se realizará em prazo inferior a dez (10) dias contados da citação;
 IV – a citação será pessoal para aquele em cujo nome esteja matriculado o imóvel, ou se se tratar de terras devolutas, e por edital para os ausentes, incertos e desconhecidos, sendo obrigatória a citação dos confinantes;
 V – a defesa dos réus será oral e produzir-se-á na própria audiência;
 VI – autor e réus comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas;
 VII – os depoimentos das partes e das testemunhas serão reduzidos a termo, do qual constará apenas o essencial;
 VIII – encerrada a instrução, deverá o juiz propor às partes a conciliação, aplicando-se, no caso de acordo, tomado por termo, o disposto no artigo 449 do Código de Processo Civil;
 IX – não havendo conciliação, o juiz proferirá sentença na mesma audiência, ou no prazo máximo de dez (10) dias;
 X – será matriculada mediante mandado no registro de imóveis a sentença que julgar procedente a ação, satisfeitas as obrigações fiscais;
 XI – tratando-se de terras particulares, a União, o Estado, o Território e o Município serão cientificados da ação por carta, antes da audiência, para que manifestem interesse na causa.

§ 1º – A ação a que se refere este artigo terá preferência sobre outras.
 § 2º – Se no curso da ação houver ameaça ou efetividade de turbação, ou esbulho à posse do autor, o juiz, tão logo se convença de justo motivo, expedirá mandado possessório liminar, restabelecendo a situação anterior até final decisão.
 Artigo 4º – O autor da ação de usucapião *pro-labore* terá, se o pedir, o benefício da assistência judiciária gratuita.
 Parágrafo único – Provado que o autor tinha situação econômica bastante para pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio e da família, o juiz lhe ordenará que pague, com correção monetária, o valor das isenções concedidas, ficando suspensa a transcrição da sentença até o pagamento devido.
 Artigo 5º – O usucapião *pro-labore* não ocorrerá nas terras habitadas pelos silvícolas, e nas de interesse ecológico.
 Artigo 6º – O usucapião *pro-labore* poderá ser invocado como matéria de defesa, valendo a sentença que o reconhecer como título para transcrição no registro de imóveis.
 Artigo 7º – Fica facultado aos Estados e Municípios estender aos posseiros de suas terras devolutas, observados os requisitos do artigo 1º, os benefícios desta lei.
 Artigo 8º – Esta lei entrará em vigor 60 dias após sua publicação.
 Artigo 9º – Revogam-se as disposições em contrário.”
 (REFORMA AGRÁRIA – set./out. – 1981 – ABRA)

“Usucapião Especial”: Resenha de alguns pareceres e opiniões

ENTIDADE/PESSOA	ARGUMENTOS FAVORÁVEIS	ARGUMENTOS DESFAVORÁVEIS
CONTAG – José Francisco da Silva, Presidente (ESP – 24/10/81)	—	“É uma medida paliativa e eleitoreira”
FETAESP – Francisco B. Rocha, Diretor (Jornal da Tarde – 23/10/81)	“... o princípio contido no projeto é positivo”	“... as soluções propostas são apenas paliativas...” “... a proposta não representa efetivamente um passo em direção à reforma agrária” “... o prazo de posse por usucapião maior ou menor não é suficiente para resolver os graves conflitos de terras no País, se até hoje o Estatuto da Terra, criado em 1964, não tem sido cumprido de forma abrangente e social...”
Dirigentes Sindicais do RS – S. Angelo, Ijuí e Cruz Alta (Zero Hora, RS – 24/10/81)	“lei muito humana” “é uma medida muito boa pois viabiliza a curto prazo o problema daqueles que têm a ocupação principalmente de terras públicas”	“pode ficar só no papel como está acontecendo com o Estatuto da Terra” “tenho medo que tudo isso seja mais um jogo político já que estamos perto das eleições” “solução paliativa que não resolverá nem 5% do problema”
CNBB – D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral (FSP – 22/10/81)	“anuncia uma nova fase para a solução do problema da terra, que vem ao encontro da expectativa de tantos segmentos da sociedade”.	“Só poderá alcançar o efeito desejado na medida que se criem processos para garantir sua efetivação”
Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA	Avanço quanto ao prazo; positivo quando introduz o rito sumário	Não há alusão às terras particulares; a necessidade de futuras ações discriminatórias (por falta do Cadastro de Terras Públicas) descaracteriza o rito sumário. Inevitável congestionamento do judiciário que seria resolvido com a criação da Justiça Agrária.
D. Paulo Evaristo Arns (FSP – 22/10/81)	Trará efeitos muito sérios e benéficos	Deverá vir acompanhado de soluções urbanas.
Jornal “Folha de São Paulo” (FSP – 23/10/81)	“... deve ser recebida como um avanço” “... louvável propósito de encarar o problema fundiário de maneira mais positiva”	“medida acanhada” “... apenas se está tratando de multiplicar proprietários, mas em grande parte desprovidos de meios que lhes permitam ir além do nível de subsistência”.
Jornal “O Estado de São Paulo” (ESP – 23/10/81)	—	“A redução do prazo irá agravar os conflitos.” “Não se refere a terras sobre as quais existam títulos de propriedade juridicamente perfeita.” “Não se passará a cumprir com mais eficiência nova lei, já que se procrastina o cumprimento de uma há muito em vigor (O Estatuto da Terra).”

D. Fernando Santos, Bispo de Goiânia (FSP - 23/10/81)	—	"O povo não suporta mais a tapeação e o engodo"
Miguel Pressburger, CPT (FSP - 22/10/81)	—	"Cortina de Fumaça" "Projeto incapaz de resolver os conflitos pela terra, por não atingir a maioria dos sem-terra, não tocar nos latifúndios e levar o posseiro beneficiado a atolar-se na burocracia judicial"
Senador Leite Chaves - PMDB-PR (FSP - 22/10/81)	—	"Inócuo para resolver o problema dos posseiros e capaz de deflagrar problemas no campo"
Professor Fernando Pereira Soderro - Faculdade de Direito, USP (FSP - 1/11/81)	—	"... é o último passo da contra-reforma agrária que vem sendo posta em prática no Brasil"

(REFORMA AGRÁRIA - set./out. - 1981)

NOVEMBRO

2

CONTAG: o importante é a reforma agrária

A CONTAG começará, esta semana, a distribuir, entre os congressistas, documento de crítica ao projeto do Executivo que dispõe sobre a redução do usucapião especial, apontado no texto como destinado "apenas a produzir efeitos propagandísticos". O documento conclui pregando a reforma agrária como a única solução para os conflitos de terra, não fazendo outras sugestões para a modificação da proposta oficial, a não ser o comentário de que "o projeto seria menos limitado, desde que suprimida a parte relativa às áreas indispensáveis à segurança nacional, contida no artigo 69, bem como extensivo às terras particulares". Insistindo em que "o alcance das medidas adotadas no projeto é demasiado restrito, pois atinge tão somente as terras devolutas", a CONTAG aponta a "imunidade do latifúndio", enfatizando que "praticamente a totalidade das terras devolutas federais está fora da futura legislação, uma vez que, salvo uma parte das terras devolutas situadas nos territórios federais, as demais terras devolutas da União são todas consideradas indispensáveis à segurança nacional". Quanto ao "extenso patrimônio de terras dos Estados e Municípios situados na Amazônia legal" - prossegue o documento - "foi praticamente dilapidado e com extensa prodigalidade pelos governantes dos últimos anos, através de graciosas concessões favorecendo grandes grupos nacionais e multinacionais". Ao lado dessas circunstâncias, a CONTAG lembra que "o usucapião foi sempre considerado ineficaz, no que se refere à propriedade particular, para garantir ao posseiro a sua aquisição, quando verificado o conflito pela posse da terra. Na verdade, ocorrendo o conflito pela posse da terra, somente a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, prevista no Estatuto da Terra, assegura a permanência dos posseiros na terra, aliviando as tensões sociais e os conflitos no campo". O documento recorda, também, que as tensões provocadas pelo problema fundiário têm produzido muitas vítimas, em razão da "inércia e imobilismo governamental, aliados à violência institucionalizada contra os trabalhadores rurais". Essa realidade leva a CONTAG a temer a expansão do latifúndio e a concentração da propriedade da terra, ao invés do objetivo que ela reclama, que é a reforma agrária (FSP).

6

Lavradores condenam projeto

José Francisco da Silva, presidente da CONTAG, disse que o projeto Usucapião Especial ilude à primeira vista, mas não consegue resistir a um exame mais profundo. Comentou que a idéia do Governo, além de excluir as terras privadas, também não atinge as de interesse da segurança nacional. "Sobra muito

pouco e a gente precisa de lente para enxergar as terras que vão ser atingidas". José Francisco insistiu em que o projeto não resolve o problema fundiário no Brasil. "O problema fundiário no Brasil é estrutural e só se resolve com a aplicação do Estatuto da Terra, com a reforma agrária. Ou se enfrenta o latifúndio, ou não há saída." Lembrou que 78% da área rural cadastrada em todo o País pertencem a latifúndios, terras não produtivas (JB).

12

Encontro nacional discute conflitos de terra

Entre outubro de 1980 e outubro deste ano, a CONTAG registrou 19 casos de assassinato no meio rural. Este é um dos números contidos no documento da CONTAG a ser entregue aos líderes dos partidos políticos. O documento está sendo discutido pelos 100 participantes do Encontro Nacional sobre Conflitos de Terra, em Brasília. Além dos assassinatos, todos denunciados em ofícios ao Ministério da Justiça, a Confederação registrou ainda casos de seqüestro, espancamentos e prisões de trabalhadores rurais e líderes sindicais. Essas violências, disse o presidente da entidade, decorrem "da política econômica do governo, que concentra a renda de um lado e a miséria do outro. Uma política econômica que beneficia o grande capital, nacional e estrangeiro, o setor financeiro e os latifundiários"; criticou também a política agrícola do Governo, "voltada exclusivamente para a exportação em detrimento das culturas de produção de alimentos. Uma política que facilita o crédito para os médios e grandes proprietários, abandonando o pequeno produtor. O Governo não quis enfrentar o latifundiário e, apesar da existência de uma legislação que lhe permite resolver o problema da terra, prefere soluções paliativas que confundem a opinião pública", referindo-se principalmente ao projeto de usucapião especial, ora estudado no Congresso Nacional, e que "não resolve, porque não atinge as áreas de conflito" (FSP).

18

Usucapião: Governo aceita emendas

Terras particulares serão transferidas pelo usucapião especial e passadas à propriedade do cidadão que as ocupar por cinco anos, sem oposição, e nelas produzir. Esta é uma das alterações introduzidas no projeto do Governo pelo substitutivo do Senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), que também transfere ao Estado imóveis urbanos abandonados por 10 anos ou imóveis rurais abandonados por três anos. Embora não aceitasse o usucapião em zonas urbanas, as modificações surpreenderam os partidos oposicionistas. A reunião da comissão mista estendeu-se pela noite e terminou por volta das 22 horas. O projeto, agora, vai à votação no Congresso, onde terá aprovação tranquila, e depois será submetido à sanção presidencial (JB).

19

O projeto do Governo e o substitutivo

ITENS	PROJETO DO GOVERNO	SUBSTITUTIVO JUTAHY MAGALHÃES
1. Condições elementares para solicitar o usucapião	Ocupar uma área contínua sem ter propriedade urbana ou rural por cinco anos intermptos sem oposição e tornando-a produtiva.	MANTIDO
2. Área máxima possível de usucapião.	20 hectares. Se superior a 20 hectares, prevalece a área do módulo rural.	25 hectares. Se superior a 25 hectares, prevalece a área do módulo rural.
3. Abrangência da lei.	Terras devolutas.	Terras particulares.
4. Onde não haverá usucapião.	Áreas de segurança nacional e territórios dos silvícolas.	Áreas de segurança nacional, territórios dos silvícolas e áreas de interesse ecológico.
5. Situação dos ocupantes de áreas em regime de proibição.	Não menciona.	Terá assentamento preferencial em outras regiões.
6. Possibilidade de usucapião em áreas de segurança.	Não considera.	O Governo, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, fixará as áreas indispensáveis à Segurança Nacional em 90 dias, ficando subentendido que as atuais áreas não mencionadas, poderão ser usucapiadas.
7. Foro da solicitação de usucapião.	De acordo com o Código de Processo Civil, artigos 942 e 944.	Comarca que jurisdicionar o imóvel.
8. Usucapião por via administrativa.	Não prevê.	Nos casos de terras devolutas, será possível conquistar por esta via o título definitivo de domínio, como documento para registro de imóveis. O Governo tem 60 dias para regulamentar a medida.
9. Posse liminar.	O possessor poderá solicitar na audiência inicial, designações de audiência preliminar para justificar a posse e ser mantido, liminarmente, na terra.	MANTÉM INTEGRALMENTE.
10. Atraso da via administrativa.	Não considera.	Se demorar mais de 90 dias, o autor da ação poderá adotar a via judicial.
11. Rapidez do processo.	Rito sumaríssimo.	MANTIDO.
12. Possibilidade de conhecimento da ação, por parte da propriedade da terra.	Não considera.	O proprietário será citado pessoalmente e, se ausente, por edital.
13. Participação do Estado na ação.	Não prevê.	Os representantes da Fazenda Pública da União, Estados, Territórios e Municípios serão cientificados por carta, para manifestarem interesse na causa.
14. Intervenção do Ministério Público.	Não prevê.	Intervirá, obrigatoriamente, em todos os atos do processo.

22

Advogado da CPT acha que usucapião reflete emendas

O assessor jurídico da CPT de Nova Iguaçu (RJ), advogado Miguel Pressburger, acha que o substitutivo ao projeto do Governo para usucapião, "é um avanço bastante considerável, porque reflete as várias emendas apresentadas pelos parlamentares". Ressaltou, no entanto, que a CPT firma sua posição na defesa de que o problema fundiário no País não pode ser resolvido somente com um projeto de usucapião. Na sua opinião, o projeto vai possibilitar apenas a resolução de casos individuais. "A problemática, hoje, é de estrutura de propriedade da terra que está concentrada", afirmou o advogado. Diz ainda que o projeto "é uma forma de o Governo descalçar a botina remetendo o problema para a Justiça". Segundo ele, existem mecanismos que já estão à disposição do Executivo, como desapropriação por interesse social e ações discriminatórias de terras

públicas, e não são utilizados porque atingiriam os problemas a fundo." O executivo preferiu transformar o conflito de terra em problema individual. Acrescenta que se o INCRA cumprisse o Estatuto da Terra, "já seria meio caminho andado, mesmo com todas as falhas do Estatuto. Mas a lei de 1964 serviu apenas para pegar um grande problema, passá-lo para o papel e colocar tudo dentro de uma gaveta" (JB).

27

Aprovado projeto para usucapião, apesar do PDS

O projeto do Executivo que institui o usucapião especial (cinco anos) foi aprovado ontem pelo Congresso, nos termos do substitutivo do senador Jutahi Magalhães (PDS-BA), que inclui as terras particulares como passíveis de serem usucapiadas. O deputado Sérgio Cardoso de Almeida (PDS-SP) que, na véspera, havia impedido a votação da matéria, através de um pedido

de verificação de quorum, tentou o mesmo expediente, com o apoio de 23 deputados, mas não obteve êxito: o substitutivo teve na Câmara 212 votos a favor contra apenas 7 e, no Senado, foi aprovado simbolicamente pelo voto dos líderes, pois o deputado Cardoso de Almeida não conseguiu os cinco senadores para requerer a votação nominal. Os deputados que se juntaram a Cardoso de Almeida para derrotar o substitutivo (eles desejavam a aprovação por decurso de prazo do projeto original, que não incluía as terras particulares na proposição) são do PDS (FSP).

Projeto aprovado

A íntegra do projeto de usucapião aprovado pelo Congresso Nacional no dia 26 de novembro de 1981 é a seguinte:

"Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do parágrafo 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Todo aquele que não sendo proprietário rural, nem urbano, possuir como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no registro de imóveis.

Parágrafo único — Prevalecerá a área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da legislação específica, se aquele for superior a 25 hectares.

Art. 2º — A usucapião especial, a que se refere esta lei, abrange as terras particulares e as terras devolutas, em geral, sem prejuízo de outros direitos conferidos ao possessor, pelo Estatuto da Terra ou pelas leis que dispõem sobre processo discriminatório de terras devolutas.

Art. 3º — A usucapião especial não ocorrerá nas áreas indispensáveis à segurança nacional, nas terras habitadas por silvícolas, nem nas áreas de interesse ecológico, consideradas, como tais, as reservas biológicas ou florestais e os parques nacionais, estaduais ou municipais, assim declarados pelo Poder Executivo, assegurada aos atuais ocupantes a preferência para assentamento em outras regiões, pelo órgão competente.

Parágrafo único — O Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, especificará, mediante decreto, no prazo de 90 dias, contados da publicação desta lei, as áreas indispensáveis à segurança nacional, insuscetíveis de usucapião.

Art. 4º — A ação de usucapião especial será processada e julgada na comarca da situação do imóvel.

Parágrafo 1º — Observado o disposto no art. 126 da Constituição Federal, no caso de usucapião especial em terras devolutas federais, a ação será promovida na comarca da situação do imóvel, perante a Justiça do Estado, com recursos para o Tribunal Federal de Recursos, cabendo ao Ministério Público local, na primeira instância, a representação judicial da União.

Parágrafo 2º — No caso de terras devolutas, em geral, a usucapião especial poderá ser reconhecida administrativamente, com a conseqüente expedição do título definitivo de domínio, para transcrição no registro de imóveis.

Parágrafo 3º — O Poder Executivo, dentro de 90 dias, contados da publicação desta lei, estabelecerá, por decreto, a forma do procedimento administrativo a que se refere o parágrafo anterior.

Parágrafo 4º — Se, decorridos 90 dias do pedido ao órgão administrativo, não houver a expedição do título de domínio, o interessado poderá ingressar com a ação de usucapião especial, na forma prevista nesta lei, vedada a concomitância dos pedidos administrativos e judicial.

Art. 5º — Adotar-se-á o procedimento sumário, assegurada a preferência à sua instrução e julgamento.

Parágrafo único — O autor, expondo o fundamento do pedido e individualizando o imóvel, com dispensa da juntada da respectiva planta, poderá requerer, na petição inicial, designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse e, se comprovada esta, será nela mantido, liminarmente, até a decisão final da causa.

Art. 6º — O autor requererá também a citação pessoal daquele em cujo nome esteja transcrito o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus ausentes, incertos e desconhecidos, na forma do art. 232 do Código de Processo Civil, valendo a citação para todos os atos do processo.

Art. 7º — Serão cientificados por carta, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no prazo de 45 dias.

Art. 8º — O prazo para contestar a ação correrá da intimação da decisão que declarar justificada a posse.

Art. 9º — Intervirá, obrigatoriamente, em todos os atos do processo, o Ministério Público.

Art. 10 — O autor da ação de usucapião especial terá, se o pedir, o benefício da assistência judiciária gratuita, inclusive para o registro de imóveis.

Parágrafo único — Provado que o autor tinha situação econômica bastante para pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio e da família, o juiz lhe ordenará que pague, com correção monetária, o valor das isenções concedidas, ficando suspensa a transcrição da sentença até o pagamento devido.

Art. 11 — A usucapião especial poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para transcrição no registro de imóveis.

Art. 12 — Observar-se-á, quanto ao imóvel usucapido, a imunidade específica, estabelecida no parágrafo 6º do art. 21 da Constituição Federal.

Parágrafo único — Quando prevalecer a área do módulo rural, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 1º desta lei, o Imposto Territorial Rural não incidirá sobre o imóvel usucapido.

Art. 13 — O juiz da causa, a requerimento do autor, determinará que a autoridade policial garanta a permanência no imóvel e a integridade física de seus ocupantes, sempre que necessário.

Art. 14 — O parágrafo 2º do art. 589 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 589 — Parágrafo 2º — O imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago e passará ao domínio do Estado, do Território ou do Distrito Federal que se achar nas respectivas circunscrições.

A. dez anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona urbana.

B. três anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona rural".

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor 45 dias após sua publicação.

Art. 16 — Revogam-se as disposições em contrário".

(REFORMA AGRÁRIA — set./out. — 1981)

28

CONTAG critica o substitutivo aprovado para usucapião

O presidente da CONTAG afirmou ontem, em Florianópolis (SC), que o substituto do projeto de usucapião rural, aprovado anteontem no Congresso, não irá solucionar o problema das terras no País, pois as áreas em litígio estão fora do projeto, aplicável apenas a áreas abandonadas e ocupadas sem oposição. Ele criticou o projeto de usucapião "limitado desde a sua origem", uma vez que só se aplicava às terras devolutas, não atingindo as públicas cadastradas, particulares e áreas consideradas

de segurança nacional. Posteriormente passou a disciplinar também as áreas particulares, “mas mesmo assim os conflitos vão prosseguir porque ocorrem em áreas contestadas onde não se pode aplicar o usucapião”, explicou. O presidente da CONTAG ressaltou que os conflitos sociais em torno da terra estão aumentando sensivelmente a cada ano (FSP).

DEZEMBRO

2

Representante do povo contra o povo

O veto presidencial à extensão do usucapião especial às terras particulares foi defendido ontem pela FAEMG, em telex enviado ao Presidente João Figueiredo. Para o presidente da entidade, deputado federal Edilson Lamartine Mendes, sua aprovação estabelecerá o caos fundiário no País, “porque fere o princípio do direito de propriedade, pedra angular do regime capitalista brasileiro”. Por sua vez, o deputado Sérgio Cardoso de Almeida (PDS-SP) entregará hoje ao Presidente da República um memorial contendo dezenas de assinaturas de deputados e senadores, também pedindo para que seja vetado o usucapião especial destinado às terras particulares. Até ontem, ele tinha conseguido 35 assinaturas (ESP).

13

Parlamentar não crê no usucapião

Um dos poucos políticos a analisar o pronunciamento do Presidente da República sobre o projeto do usucapião, o deputado Roberto Freire (PMDB-PE) manifestou seu ceticismo quanto à declaração do chefe da Nação de que ao Governo cabe “agora, acelerar a reforma agrária”. Um governo que tem como base de sustentação política oligarquias rurais que fundam seu po-

der no latifúndio não é capaz de instaurar um processo de reforma agrária”. Para o parlamentar, as promessas do Presidente são “destituídas de conseqüências”. Explicou: “O seu governo, apesar de gerenciar o capitalismo implantado no Centro-Sul do País, tem sua sustentação política nas oligarquias latifundiárias do Norte-Nordeste e setores rurais mais reacionários e atrasados de outras regiões. É evidente — prosseguiu — que um governo com essa condicionante não tem possibilidades reais de efetivar uma reestruturação fundiária de peso e magnitude compatível com a necessidade e a realidade da nossa arcaica e injusta estrutura agrária” (FSP).

16

Dom Tomás considera

o usucapião como “burla”

O bispo de Goiás Velho D. Tomás Balduino, classificou a Lei do Usucapião como “uma burla com fins eleitoreiros”, acrescentando que a legislação foi “uma concessão puramente burocrática do governo. Ela é ineficaz — explicou — porque o problema não está em registrar a terra; antes disso caem em cima dos lavradores e posseiros a Polícia e os pistoleiros, e isso não foi sanado.” As afirmações do bispo foram feitas durante o seminário “A Igreja e a Realidade Econômica Brasileira”, promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Rio (AJEF) e o Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (IBASE). O bispo disse ainda que os lavradores “não estão preocupados em possuir propriedade; o que estão querendo é acesso à terra, e isso atualmente está fechado”. Para ele, a medida permitirá que os trabalhadores rurais possam “levar avante a luta política, uma vez tendo garantido o que comer”. Segundo afirmou, os camponeses “vêm ganhando a luta política, com greves e eleições sindicais, mas estão perdendo as safras, por falta de terras” (FSP).

AS IGREJAS E A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL

MARÇO

9

Seqüestros e torturas em Conceição do Araguaia

A CPT-Araguaia/Tocantins vem denunciar, à opinião pública brasileira, as torturas praticadas por agentes da PF contra trabalhadores rurais e a posterior detenção do advogado da CPT, Paulo Fontelles. No último dia 3, na região do Baixo Araguaia, nas proximidades do povoado de *Itaipavas*, foram seqüestrados de dentro de suas posses por 8 agentes da PF armados de revólveres, fuzis e metralhadoras, três lavradores — Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson de Amorin e Édson Romão da Silva, acusados de terem participado de um conflito armado, de que saiu morto o pistoleiro alcunhado de “Baiano”, a serviço do fazendeiro Neif Murad. Seqüestrados, os lavradores foram levados para a fazenda “Novo Mundo”, desse fazendeiro, onde foram violentamente espancados, para que se incriminassem da morte do pistoleiro e acusassem diretamente o Padre Aristides Camio, o advogado Paulo Fontelles, a viúva de Raimundo-Ferreira Lima (Gringo) — Oneide Costa Lima — de serem mandantes de assassinatos e invasões de terras. Depois foram levados de avião para Marabá, onde, na sede do GETAT, assinaram depoimentos forjados. Levados no dia 6 à Delegacia de Polícia de Conceição do Araguaia, onde estiveram ilegalmente presos, foram submetidos a exame de corpo de delito, constatando-se marcas e seqüelas das violências sofridas. Três dias depois, o advogado dos posseiros incriminados, Paulo Fontelles, ao chegar a Belém, foi detido e intimado a prestar depoimento no DOPS. A CPT Araguaia/Tocantins repudia as violências praticadas contra os trabalhadores rurais do município de Conceição do Araguaia, protesta contra a tentativa de incriminar o Padre Aristides Camio e D. Oneide Costa Lima, e se levanta contra a detenção injusta e arbitrária do advogado Paulo Fontelles. Os fatos comprovam a irresponsabilidade exclusiva das autoridades fundiárias do País, que teimam em não resolver o angustiante problema da falta de terras para milhões de lavradores (NOTA DA CPT — ARAGUAIA/TOCANTINS).

ABRIL

25

Concedido habeas a advogado

O juiz da 3ª Vara de Belém concedeu habeas-corpus preventivo em favor do advogado da CPT, Paulo Fontelles. Ele estava preso por ordem do DOPS, sob a acusação de subversão e de ser o mentor, juntamente com o P. Aristides Camio, da morte de um peão da Fazenda Novo Mundo, município de *Conceição do Araguaia*. Ao acatar o pedido do advogado de Fontelles, o juiz considerou “desigual” a luta entre posseiros e proprietários de latifúndios e afirmou que “quando aparece alguém empunhando a bandeira de defesa da classe oprimida é imediatamente tachado de subversivo ou de comunista”. O juiz disse que também a Igreja vem sendo acusada porque levanta a bandeira dos oprimidos (FSP).

MAIO

6

Padre vai depor

O vigário de *São Geraldo do Araguaia* (PA), padre Aristides Camio, deverá depor amanhã na delegacia de Conceição do Araguaia, para responder a inquérito policial como autor intelectual do ataque praticado por posseiros contra a Fazenda Novo Mundo. A intimação ao padre foi apresentada ao bispo de Conceição, D. Patrick Haranan, causando estranheza ao clero porque o padre Aristides “é maior, tem sua própria jurisdição e endereço certo”. A inclusão do vigário de São Geraldo no processo “visa claramente envolver não apenas ele, mas toda a Igreja da região” (ESP).

JUNHO

30

Bispo condena uso da terra como poder econômico

Ao defender que a terra seja entregue “aos que querem trabalhar” para não servir de “instrumento de poder econômico e fonte de negócios”, o Bispo Auxiliar de Porto Alegre (RS), Dom Edmundo Kunz, afirmou que “enquanto não enfrentarmos com coragem e decisão o problema da concentração da renda e da propriedade, continuaremos plantando a semente de tensões sociais futuras”. Em sua alocução semanal “A Voz do Pastor”, D. Edmundo mencionou o problema dos agricultores sem terra, acampados em Ronda Alta, há mais de dois meses (JB).

JULHO

“Terra para todos”:

tema da IECLB

“Terra de Deus, Terra para Todos”, será o tema da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) para 1982. O tema foi escolhido durante a reunião do Conselho Diretor da Igreja, em Porto Alegre (RS) em fins de junho. O lema bíblico que orienta a escolha do tema do ano é o Salmo que diz: “Ao Senhor pertence a terra, o universo e tudo o que nele existe” (24.1). Com este tema, a IECLB pretende levantar a discussão sobre questões fundiárias espalhadas pelo País, visando a conscientização de todos os seus membros e a busca de soluções concretas para o problema que, apenas no Estado do Rio Grande do Sul, deixa quase 200 mil famílias sem terra. O Conselho Diretor da IECLB também entende que o compromisso da Igreja não se esgota ao acompanhar seus membros para novas áreas de colonização, pois vê que, ao mesmo tempo em que isto acontece, vai aumentando, nas regiões Sul e Sudeste do País, o número de famílias desalojadas da terra em proporções bem mais altas do que aqueles que emigram para o Norte. A área territorial do Brasil subtraindo-se a área das águas interiores, é de 845.650.800 hectares. E, segundo o Cadastamento



Nacional do INCRA, em 1978 eram os seguintes os percentuais de ocupação destas terras (Ver quadro 1 – Chamamos a atenção para o descompasso entre terras de minifúndio e latifúndio) – (JORNAL EVANGÉLICO – Julho/81).

QUADRO 1

Ocupação/Aproveitamento da terra	Área (em ha)	%
Lavouras	68.377.753	16,76
Pastagens	100.713.454	24,7
Matas	57.798.410	14,17
Área aproveitável	31.722.201	7,77
Área aproveitável não explorada	149.151.122	36,6
Área territorial do Brasil	845.650.800	100
Minifúndios	50.970.250	12,5
Latifúndios	356.791.750	87,5
Total		100

(JORNAL EVANGÉLICO – julho/81)

AGOSTO

18

Prisão de posseiros

Presos os posseiros Simplício Vieira, Venâncio de Assunção, João Matias da Costa, Raimundo Resplandes da Silva, José Ribamar Rodrigues, Leônidas Alves Furtado, Antônio Resplandes Coelho, Arnaldo Lopes Queirós, Raimundo Resplandes Coelho, Hilton Souza Almeida, Raimundo Pereira Anunciação,

José de Araújo e Silva e José Pereira de Araújo, juntamente com os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, envolvidos num conflito de terras na Fazenda Castanhal, município de *Conceição do Araguaia* – ver box na página seguinte (O Trabalhador Rural – CONTAG – nº 2 – dez./81).

SETEMBRO

15

Papa defende direito do trabalhador à posse da terra

“Em certos países em via de desenvolvimento, há milhões de homens obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de chegar à posse nem sequer de um pedaço mínimo de terra.” A questão da terra e o trabalho agrícola são abordados pelo Papa João Paulo II em sua Encíclica “*Laborem Exercens*” (Exercendo o Trabalho), distribuída ontem pela CNBB. Dom Luciano Mendes fez uma rápida leitura do documento de 108 páginas, e sublinhou alguns trechos que considerou “pontos-chaves” – 11 ao todo. 1) “É missão da Igreja pronunciar-se a respeito do trabalho, do ponto-de-vista do seu valor humano e da ordem moral em que ele se insere”. 2) O valor ético do trabalho humano “permanece ligado à realização da pessoa como sujeito consciente e livre: o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho”. 3) “O homem não é instrumento de produção, como indica o capitalismo, mas é sujeito eficiente dessa produção”. 4) “Para realizar a justiça social no mundo é preciso que haja sempre movimentos novos de solidariedade dos homens do trabalho com os homens de trabalho”. 5) O conflito entre trabalho e capital – terceiro capítulo da “*Laborem Exercens*” – deve resolver-se à luz do princípio de prioridade do trabalho em con-

Padres Franceses: Réus Fabricados

Na região conhecida por Castanhal, compreendida entre duas áreas denominadas Cajueiro e José de Almeida, o INCRA realizou em 1979 uma demarcação. Nessa oportunidade, 90 pessoas estiveram na casa paroquial de São Geraldo do Araguaia. Queriam impedi-la. Eram posseiros, alguns morando há vinte anos no lugar. Em "Cajueiro", o Sr. Olímpio teria vendido seus direitos ao deputado estadual de Goiás, Juracy Teixeira (PDS-GO), em cuja gleba José de Almeida começou a comprar posses. Tanto José de Almeida quanto o deputado colocaram pistoleiros para defender a área. O GETAT afirma que, dentre os posseiros, só considera quarenta como de posse antiga. Os demais são invasores. Os fazendeiros, apenas teriam título de aforamento, que não dá direito à propriedade. Dá direito ao usufruto e à posse. E só tem direito à posse quem tem moradia habitual e benfeitorias. Em 1981 tornou-se mais freqüente a presença da PF na área. Os pistoleiros tornaram-se mais agressivos, chegando mesmo a derrubar barracos de posseiros. Em julho a PF prendeu seis posseiros. Pe. Aristides Câmio se comunicou com o coordenador do GETAT em São Geraldo do Araguaia, alertando sobre a gravidade da situação, caso persistisse esse tipo de comportamento por parte da PF. Na ocasião, a pedido daquele coordenador, os lavradores foram soltos. Em 18 de agosto, estava marcada uma missa na área conhecida como Evandro de Azevedo. Fica ao lado das duas glebas também em litígio. O coordenador do GETAT aconselhou Aristides Câmio e Francisco Gouriou que não mantivessem a missa, pois a PF iria para a área naqueles dias. Os padres, porém, resolveram manter a missa. Diante desta decisão, o coordenador do GETAT seguiu a PF. Esta só entrou na área no dia 10 de agosto. A missa foi celebrada na posse do lavrador João Matias. Dela participaram em torno de sessenta pessoas. Os lavradores foram informados de que a PF se deslocava para a área. João Matias e Simplício, ex-guias do Exército, são particularmente visados pela PF. São tidos como líderes do que se passa na região. Na terça ou quarta-feira, dia 11 ou 12 de agosto, cerca de cinquenta lavradores se reuniram na posse de João Matias. Tomaram conhecimento da perseguição de que são vítimas João Matias e Simplício, e decidiram resistir (JORNAL "RESISTÊNCIA").

AGOSTO

6
Tem início na região de São Geraldo uma diligência do GETAT e da PF para retirada de posseiros das áreas reivindicadas pelos fazendeiros Evandro Azevedo, José Almeida e Juracy Teixeira. Na diligência vai também um pistoleiro de nome Luiz Antonio dos Santos Trindade Nunes, recentemente chegado à área e empregado do deputado. Segundo depoimento do delegado da PF Allan Kardec Barbosa da Costa perante a Auditoria Militar, "Luiz, bastante conhecedor da região e da situação de cada um dos que estavam na área, distinguia quem era invasor e quem era posseiro".

13
Treze posseiros atiram na diligência do GETAT e da PF. Morre o pistoleiro Luiz Antonio e saem feridos o delegado da PF, três agentes e dois funcionários do GETAT.

14
Helicópteros do Exército sobrevoam a região. Dois DC-3 da FAB aterrisam em Xambioá e desembarcam cerca de 40 agentes da PF.

15
A PF realiza prisões, pratica torturas e depreda casas de posseiros.

18
Os treze posseiros diretamente envolvidos no confronto apresentam-se à PF. São detidos em São Geraldo, incomunicáveis.

25
Os posseiros são enquadrados na LSN. O alcunhado "Major Curio" participa, junto com a PF, do desarmamento no Baixo Araguaia.

31
Em São Geraldo, agentes da PF prendem o padre Aristides, com um mandado de prisão. É preso também o padre Chico. Ambos são en-

quadrados na Lei de Segurança Nacional. Oneide Lima, agente pastoral e viúva de Gringo, líder camponês assassinado, é colocada em prisão domiciliar por dois dias (JORNAL "RESISTÊNCIA").

SETEMBRO

5
O cônsul-geral da França e seu assessor de imprensa dirigem-se a Xambioá e visitam Aristides e Chico, separadamente. Em vão o cônsul-geral tenta que a PF permita aos padres o contato com o advogado.

8
Termina a incomunicabilidade dos padres. Dom Patrício e os padres José Servat (representante do Comitê Episcopal Francês para a América Latina, CEFAL), Mario Aldighieri (secretário nacional da CPT) e François Glory visitam-nos em presença do delegado José Luis Cardoso. São fotografados e as conversas gravadas. O advogado da CPT pede à Auditoria Militar, em Belém, a relação dos posseiros presos e as razões do inquérito. O pedido é recusado.

9
Diante de Dom Patrick, o posseiro João Matias acusa formalmente Aristides de insuflador do acidente. Os posseiros, todos, recusam continuar com o advogado da CPT e declaram ter optado por Sérgio Guimarães, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, de notórias ligações com grileiros e latifundiários e o senador Passarinho. A CNBB nacional divulga nota denunciando campanha contra a Igreja. Sérgio Guimarães e agentes da PF organizam uma falsa missa na antiga Igreja de São Geraldo. Afir-mam que Chico e Aristides "são subversivos e devem ser expulsos do País".

11
Sigilosamente, quinze presos são transferidos de São Geraldo para Belém. Algemados.

12
A chegada de uma equipe da TV francesa a São Geraldo, frustra uma segunda missa falsa.

13
Primeiro dia de visitas. Jornalistas são agredidos por agentes na entrada do prédio da PF em Belém. Na Igreja do Perpétuo Socorro, oito bispos e vinte e cinco padres concelebram missa de desagravo assistida por cerca de duas mil pessoas.

15
Em Brasília, os advogados Egidio Salles Filho, Luiz Eduardo Greenhalg, Heleno Fragozo e Luiz Sigmaringa Seixas entram com pedido de habeas-corpus no STM.

19
Senadores, deputados, padres, advogados e jornalistas recebem denúncias de torturas em São Geraldo.

22
Esposas e irmãos de posseiros denunciam: "Estão fazendo os presos condenarem os padres".

23
Seiscentas pessoas assistem a um culto ecumênico que reúne ministros das Igrejas Luterana, Metodista, Batista e Evangélica Quadrangular, além da Católica. Participam Dom Zico, Dom Ângelo Frosi e Dom Alano Pena, entre outros.

25
Encerrada a Assembléia do Regional Norte II da CNBB, quatorze bispos e inúmeros padres celebram uma nova missa, em frente ao prédio da PF. Cada bispo lê um trecho do documento da CNBB nacional publicado pelos jornais do dia. O Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) envia mensagem de solidariedade ao presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheider (JORNAL "RESISTÊNCIA").

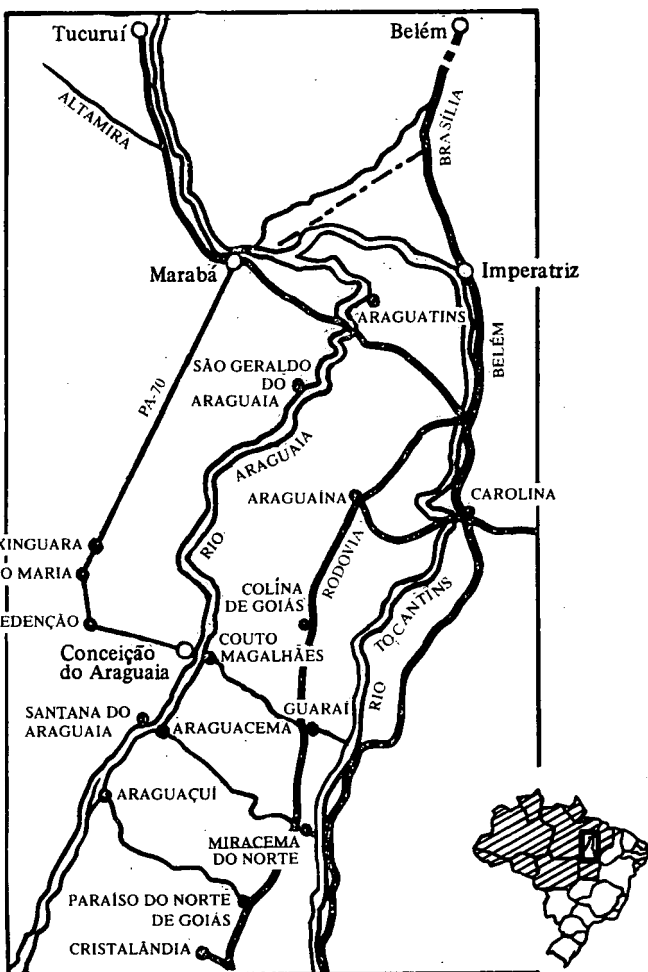
OUTUBRO

6 O STM nega o habeas-corpus pedido em favor dos posseiros. A decisão é unânime e baseia-se no artigo 53 da Lei de Segurança Nacional. Esta prevê a custódia dos indiciados, pelo encarregado do inquérito, por trinta dias, prorrogáveis por mais trinta.

9 Aristides e Chico são transferidos de madrugada, em operação sigilosa, para a Superintendência da PF, em Brasília. O Ministro da Justiça, com base no artigo 64 do Estatuto dos Estrangeiros, assina portaria determinando abertura de inquérito para fins de expulsão do País. A prisão dos sacerdotes passa a ser administrativa.

11 O Círio de Belém abriga uma extensa manifestação de solidariedade aos posseiros e padres.

15 Os advogados, finalmente, têm acesso aos autos do processo. Em São Geraldo, o padre Peter McCarthy é espancado e preso. O motivo desta detenção teria sido o fato de o Pe. Peter ter procurado o Pe. Alfredo de Lá O (forçado pela polícia a realizar missa), para fazê-lo ciente de carta de Dom José Patrício Hanrahan, lembrando-lhe a necessidade da obtenção de autorização prévia do bispo local para um sacerdote de fora exercer qualquer ministério numa diocese que não a sua" (documento elaborado pelos bispos do Regional Norte 2 da CNBB).



CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

23

Termina o prazo de instrução do inquérito pela PF. O processo é encaminhado ao Ministério da Justiça. Começa em Belém uma greve de fome de trinta pessoas pela libertação dos padres e posseiros. A greve irá até o dia 25.

25

Ibrahim Abi-Ackel entrega ao Presidente em exercício, Aureliano Chaves, o processo administrativo de expulsão (JORNAL "RESISTÊNCIA").

NOVEMBRO

5

Em despacho de algumas linhas, Aureliano resolve sustar a expulsão determinando a apuração dos fatos mediante processo penal, "sem prejuízo da expulsão dos acusados, após o cumprimento da pena, se condenados por sentença definitiva".

6

Abi-Ackel assina documento libertando Aristides e Chico. Ambos preparam-se para deixar a prisão, quando chega a decretação de prisão preventiva, assinada pelo juiz auditor Juracy Reis Costa nesse mesmo dia. "Se o ministro da Justiça determinou a soltura dos padres às 18h20m, por que a Polícia Federal aguardou até às 19h15m, esperando somente o mandado de prisão preventiva? Não resta dúvida de que se montou uma trama em toda essa história", diz o advogado Luiz Sigmaringa Seixas. A prisão preventiva fora pedida no início de outubro, pelo delegado Raimundo Mariz, que presidiu o inquérito.

8

Os padres são transferidos, de surpresa, para Belém. Agora estão no 2º Batalhão de Infantaria da Selva.

19

O juiz auditor aceita a denúncia e enquadra os padres no artigo 36, incisos II e IV da LSN ("Incitar à desobediência coletiva às leis" e "à luta pela violência entre as classes sociais"), e os posseiros no artigo 31 ("Exercer violência, por motivo de faccionismo político-social, contra quem exerça autoridade") e ainda neste em combinação com o 47 ("homicídio e tentativa de homicídio por facciosismo político"). As penas, no caso, variam de 8 a 30 anos.

20

A PF, nesse meio tempo, através de cartas e telefonemas anônimos, ameaça pessoas e entidades democráticas que atuam em favor de padres e posseiros.

25

Tem início a primeira fase do processo. Enorme aparato militar guarda a audiência. Pela manhã depõem os posseiros. Nove deles acusam os padres. Os padres depõem à tarde. Aristides diz que os posseiros foram coagidos e orientados para fazer as acusações (JORNAL "RESISTÊNCIA").

DEZEMBRO

1

O STM recebe recurso dos advogados de defesa pedindo o relaxamento da prisão de padres e posseiros.

9

O posseiro Leônidas Furtado afirma que a pessoa morta não era o gerente da fazenda Cajueiro.

10

Eugênia Matias Costa, filha de João Matias, confirma a versão de Leônidas.

14

O deputado Juracy Teixeira confirma, afinal, que o gerente de sua fazenda Cajueiro é Luiz Ozenam de Brito Beckman, Luizão, e está vivo. Quem de fato morreu foi Luiz Nunes dos Santos Trindade, Luiz Branco, contratado 12 dias antes (JORNAL "RESISTÊNCIA").

fronto com o capital. É preciso afirmar, sempre, o primado da pessoa humana. 6) O economicismo e o materialismo excluem a prioridade do homem — sujeito do trabalho humano; como tal “não oferecem condições de resolver o problema do conflito entre trabalho e capital”. 7) A tradição cristã nunca defendeu o direito de propriedade como algo absoluto e intocável, mas o entendeu no contexto mais vasto, subordinando-o à destinação universal dos bens, isto é, a propriedade não deve constituir motivo de contraste social no trabalho. Adquire-se pelo trabalho para servir ao trabalho. 8) Um conceito “novo e importante” na Encíclica: o Estado deve conduzir uma justa política de trabalho, em ligação com as demais nações, que evite formas de exploração internas ou externas. 9) O emprego é considerado um problema fundamental, como um direito proveniente da dignidade da pessoa humana. O problema-chave da ética social é o problema da justa remuneração do trabalho. 10) Referindo-se aos sindicatos, a encíclica de João Paulo II afirma “o direito de associação com a finalidade de defender os interesses vitais em sindicatos. Essas organizações são elementos indispensáveis da vida social”. 11) O trabalhador do campo, analisado por João Paulo II no capítulo “dignidade do trabalho agrícola”, padece “a sensação de ser socialmente marginalizado” (JB).

SETEMBRO

15

CPT reúne advogados

Cerca de 20 advogados reunidos ontem em Curitiba, através da CPT e da Comissão de Justiça e Paz, para discutir suas experiências nos movimentos rurais em várias partes do País, chegaram à conclusão de que “jamais, em toda a sua história, se registraram tantos conflitos de terras e com tanta violência no País”. O advogado da CPT carioca, com jurisdição também no Araguaia-Tocantins, e coordenador do encontro, lembrou que desde o ano passado já foram assassinados quatro advogados e 36 líderes rurais ligados à luta pela posse da terra. “A expansão da fronteira agrícola, e a política de concentração fundiárias são os responsáveis principais por esses conflitos, na medida em que se sabe que 11 milhões e meio de famílias de lavradores brasileiros não possuem terras ou estas são insuficientes para seu sustento”. O advogado considerou ainda que eram de se esperar os pronunciamentos contra a posição da Igreja, em defesa de posseiros e pequenos lavradores (ESP).

23

Mulheres denunciam torturas

Esposas, filhas e irmãs de alguns dos treze posseiros presos na PF em Belém, junto com os padres franceses denunciaram ontem, na CPT da capital paraense cenas de torturas presenciadas pelo posseiro Alfredo Resplandes, também detido em agosto, com os outros, mas solto antes da transferência do grupo para Belém. Alfredo Resplandes, que é irmão de um dos treze posseiros presos, contou às mulheres que viu muitos deles serem maltratados no GETAT, em São Geraldo do Araguaia. Ele estava numa outra dependência, mas ouvia gemidos, e via parte das cenas de violência por um buraco na parede de tábuas (FSP).

30

Posseiros justificam acusações a padres

Um grupo de posseiros vindos de São Geraldo do Araguaia, denunciou ontem, na sede da CPT, em Belém, que as acusações que alguns posseiros presos na PF estão fazendo contra os padres Aristides Câmio e Francisco Gouriou só podem ser fruto

de pressões e de torturas psicológicas agravadas pelo rigor da prisão que já está no seu quadragésimo segundo dia. Alfredo Gomes da Silva e Félix Resplandes da Silva afirmaram que foram presos juntamente com outros posseiros — 26 ao todo — logo após os incidentes do dia 13 de agosto. Segundo Alfredo Gomes, tanto o posseiro João Matias como Simplício afirmaram, nos primeiros interrogatórios, que “quem mandou nós atirar foi nossa precisão... Do jeito que nós tava não tinha jeito. Nós pensava que eles eram pistoleiros e atiramos pra nos defender”. Resplandes disse que toda a culpa dos incidentes recai no executor do GETAT, da área de São Geraldo, Carlos Chaves. Por sua parte, o posseiro Pedro Alves da Silva disse que as esposas de alguns posseiros que estiveram em Belém, na semana passada, foram instadas a aceitar dinheiro de alguns agentes da PF para retornarem a São Geraldo e abandonarem a custódia que em Belém receberam da CPT. Os posseiros visitaram ontem os presos e posteriormente deram uma entrevista coletiva na CPT onde Oneide da Costa Lima, que fora presa juntamente com os padres franceses confirmou os maus tratos e ofensas morais recebidas (FSP).

OUTUBRO

6

Negado habeas para treze posseiros

O STM negou ontem, por unanimidade de votos, os dois habeas-corpus requeridos em favor dos treze posseiros que se encontram presos desde 18 de agosto, primeiro em São Geraldo do Araguaia e, a partir de 11 de setembro, na Superintendência da PF em Belém. Eles são acusados de matarem o capataz da fazenda Castanhal, em São Geraldo do Araguaia, e ferirem quatro agentes policiais e dois do GETAT, incitados, segundo a PF, pelos padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Câmio, presos no mesmo órgão policial (FSP).

7

Comissões apoiarão lavradores sem terra

Através de encontros, assembleias e boletins informativos, entidades nacionais de apoio social vão tentar manter os 11 milhões e meio de lavradores sem terra de todo o País unidos e informados sobre o que se passa nas regiões em que estão ocorrendo conflitos. A decisão foi tomada ontem, durante encontro realizado em Curitiba (PR), entre representantes da CPT do Rio, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul — áreas de maior incidência de conflitos — Comissão de Justiça e Paz do Paraná, Comissão Operária Nacional e Animação Cristã do Meio Rural, que atua no Nordeste. A partir das próximas semanas, elas vão formar um único bloco que dará apoio e assessoramento aos lavradores sem terra. O advogado da CPT-Rio afirmou que, “só com esta mobilização nacional das entidades em apoio aos lavradores sem terra — unidos e informados de que sua luta não é única, mas que se estende por todo o País —, é que eles poderão lutar contra a tríplice aliança formada pelo latifúndio-capitalismo-Estado, que desde 1968 vem pressionando e expulsando o pequeno proprietário de suas terras” (JB).

13

D. Tomás apóia proposta sobre destino das terras

“As áreas urbanas ociosas, sobretudo as grandes áreas, devem dar lugar à destinação social, sejam públicas ou particulares, de empresas ou da Igreja. Mas isso não se resolve apenas abrindo loteamentos nas cidades, porque a questão tem raízes no sistema fundiário, que se está tornando cada vez mais latifundiário

e concentrado.” As afirmações foram feitas ontem em São Paulo pelo bispo de Goiás Velho, D. Tomás Balduino, em apoio às declarações do bispo-auxiliar da Zona Leste de São Paulo, D. Angélico Sândalo, segundo o qual a reforma agrária não deve atingir somente as propriedades do Estado, mas também as da própria Igreja. Dom Tomás Balduino condena o “sistema especulativo, contrário à economia popular, que promove a inflação da terra nas áreas urbanas e tem como objetivo, na zona rural, a grande produção para exportação, não consultando as necessidades do povo, mas os interesses das multinacionais. Muito sabiamente — considera o bispo — as multas estão investindo maciçamente na terra, pois sabem que terá o poder amanhã quem tiver a terra para produzir alimentos”. Ele relaciona esse processo e sua consequência imediata — “quarenta milhões de lavradores sem terra, a massa flutuante entre o campo e as cidades” — com a necessidade da mudança, lembrando que “os latifúndios permanecem intactos há 400 anos. Não seria agora, com a pressão que essa população exerce sobre as cidades, que a coisa mudaria, como resultado de um novo comportamento social e um novo relacionamento entre cidade e campo. A mudança tem que ser para valer — acrescenta — mas não-violenta nem caótica. Quando a Igreja apóia o possessor da cidade ou do campo, no Baixo Araguaia ou em São Paulo — considera d. Tomás — seus agentes e padres são enquadrados na LSN e sujeitos à expulsão.” O bispo não acredita em soluções que não impliquem numa ampla reforma: “As propostas de abrir aqui e acolá uma ou outra quadrazinha são simples paliativos — comenta — que caem no vazio, quando não são reprimidas. Várias experiências de destinação de áreas rurais para projetos comunitários, por exemplo, foram sufocadas pelo sistema envolvente.” No Baixo Araguaia, esse tipo de organização, “embora bonito, como experiência, não funciona, porque torna-se um quisto em meio ao individualismo capitalista. Mesmo os posseiros que têm uma vida comunitária pouco a pouco sofrem transformações em seu relacionamento, com as tentativas de negociar a terra e transformá-la em dinheiro” (FSP).

NOVEMBRO

5

Bispo faz proposta para uso de terras

O presidente do Secretariado Regional Sul-1 da CNBB, D. David Picão, afirmou ontem, em Itaici (SP), que as terras improdutivas da Igreja e entidades particulares, e até mesmo do Governo, poderiam ser colocadas em função social, mediante um regime de comodato, isto é, de cessão do uso do terreno, mas não de sua posse. Segundo D. David, que é bispo de Santos, a solução dos problemas fundiários não está na simples doação ou na venda da terra a preços baixos a famílias carentes. Na sua opinião, “se num determinado local existe gente que tem interesse em dar uso a terras improdutivas, nós temos a obrigação de montar mecanismos para que elas sejam convocadas a bem do uso social”. Nesse sentido, o bispo destacou que o comodato, que impossibilita a venda da terra, seria a melhor solução, na medida em que “as pessoas iriam usar a terra enquanto precisassem e amanhã dariam lugar a outros, numa situação de uso social constante” (FSP).

12

Dom Guido denuncia grileiros

O bispo de *Cândido Mendes* (RJ), D. Guido Casulo, denunciou ontem, através de nota oficial, a “tentativa de desmoralizar a Igreja junto aos que reivindicam seus direitos fundamentais”, levada a cabo por “proprietários e pretensos donos de terra bastante conhecidos na região pelas suas repressões”. D. Guido referiu-se ao assassinato do vaqueiro João Carneiro, ocorrido no último dia 5 em Turiaçu, no povoado de Campo Grande, dentro de sua diocese. O enterro do vaqueiro foi transformado em passeata dos fazendeiros, com cartazes acusatórios à linha de atuação da Igreja e especificamente ao padre italiano Antonio di Foggia. Para o bispo, “o aproveitamento da situação de conflito social gerado pela política fundiária para acusar a Igreja de incitadora e articuladora de desordem e subversão, não constitui fato novo” (FSP).

MOVIMENTO SINDICAL

Acre

SETEMBRO

13

Presidente da CONTAG analisa conflitos

Ao analisar os conflitos de terra no País, o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, afirmou que "a repressão, antes por parte do Governo, através de medidas de exceção, hoje pelo grupo econômico latifundiário, através de jagunços, em cima dos trabalhadores, tem um limite. Por uma questão de sobrevivência, o pessoal vai lutar", disse o dirigente sindical, observando, porém, que "o remédio deve ser encontrado através de um processo democrático", com a mudança do modelo econômico e com a implantação de um programa de reforma agrária "ampla, maciça e de forma imediata. Com esse modelo econômico, o País chegou numa encruzilhada. Os trabalhadores, inconformados, vão para a rua e o pessoal da posse, quando não tem mais jeito, luta para permanecer. O pessoal aguenta tudo, até admite ser pobre, passa privações, mas a sobrevivência fala mais alto", acrescentou José Francisco da Silva (FSP).

Alagoas

ABRIL

3

Sindicalista é assassinado

A CONTAG encaminhou ofício ao Presidente da Nação denunciando o assassinato do presidente do STR de *Capela*, José Pedro dos Santos, morto a tiros na porta de sua residência sábado passado. O ofício, afirma que no município de Capela é comum o desrespeito às leis trabalhistas por parte de maus patrões, "agravado pela prática freqüente de arbitrariedades contra trabalhadores e a atuação do Sindicato" (JB).

Ceará

JANEIRO

9

Denúncia de outro assassinato

O presidente da CONTAG enviou telegrama ao Presidente da República, denunciando o assassinato do camponês

Francisco Sobreira Lima, de *Tauá*, "pelos jagunços e mercenários Francisco Assis Barbosa e seu irmão Aluísio. Segundo informações recebidas da região, o mandante é o vereador José Armando Sousa Mota, que ameaçou de morte, também, o presidente do STR de *Tauá*, Manoel Marques Costa". Solicita ainda medidas "rápidas e eficazes e o pleno exercício da atividade sindical e realização de justiça através da devida punição dos culpados" (FSP).

OUTUBRO

17

Foi preso o presidente do STR de *Cascavel* (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

19

Foi preso o membro do Conselho Fiscal do STR de *Itagê* em consequência da atuação sindical em defesa de trabalhadores (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Golás

ABRIL

1

Renúncia do "pelego"

O presidente da FETAG-GO, Antônio Ferreira Bueno, renunciou ontem ao cargo a que havia sido reconduzido no ano passado em eleição contestada pela oposição sindical, que o acusava de ser fazendeiro e não trabalhador (ESP).

SETEMBRO

14

Sindicalistas se reúnem

Dois mil trabalhadores rurais e delegados sindicais de doze localidades do *Vale do Araguaia*, reunidos no final de semana, concluíram que "a problemática da terra e toda a opressão que aflige o povo brasileiro só serão resolvidas com a derrubada do atual Governo e a mudança do modelo econômico". Na ocasião os sindicalistas manifestaram apoio à causa indígena, "pois os opressores do posseiro e do índio são os mesmos" e solidariedade à atuação da Igreja. O encontro, que reuniu trabalhadores rurais e representantes sindicais de Ribeirão Bonito, Cascalheira, Luciara, Santa Terezinha, Santo Antônio, Azulona, Gameleira, Porto Alegre do Norte, Canabrava, São Félix do Araguaia, Ferranovia e Pontinópolis, começou no sábado à tarde, com uma passeata da qual participaram duas mil pessoas (FSP).



Maranhão

MAIO

16

Mais um sindicalista assassinado

A CONTAG denunciou ontem em Brasília o assassinato de mais um líder rural, Marcelo dos Santos, delegado sindical de Cajazeiras, no município de *Codó*. Ele foi morto em sua casa, domingo passado, com sete tiros e nove facadas. De acordo com informações da FETAG-MA os assassinos são os pistoleiros Raimundo Ezídio, José Ezídio e Domingos Ezídio. Marcelo dos Santos, é o quinto líder sindical assassinado nos últimos cinco meses. O crime foi denunciado ao ministro da Justiça e ao governador do Maranhão através de telegrama, no qual a CONTAG alerta para o fato de que os assassinatos de líderes sindicais "já estão se tornando rotina". Marcelo dos Santos tentava no momento apoiar a luta de cerca de 400 famílias de posseiros ameaçados de despejo (FSP).

AGOSTO

Cícero Francisco de Souza, presidente do STR de *Vargem Grande*, foi preso e agredido a socos, pontapés e coronhadas, dentro da Delegacia de Polícia local, por defender direitos de posseiros ameaçados por grileiros (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Mato Grosso

JANEIRO

5

Foi preso Lincon Bueno de Souza, dirigente sindical de *Barra do Garças* (O Trabalhador Rural - CONTAG - nº 2 - Dez./81).

Mato Grosso do Sul

JULHO

3

Passeata contra morte de advogado

Cerca de dois mil alunos e moradores participarão, no próximo dia 12, de uma passeata coordenada pela CPT na cidade de *Naviraí*, no Mato Grosso do Sul, na passagem do trigésimo dia do assassinato do advogado do STR daquele município, Joaquim Neves Norte. A morte do advogado até hoje não foi esclarecida; pretende-se com a passeata, de "caráter pacífico", pressionar o governo do Estado para descobrir os responsáveis pelo crime (ESP).

Pará

MAIO

3

Policiais prejudicam eleições sindicais

A CPT divulgou ontem que os trabalhadores rurais de *Conceição do Araguaia* que concorrem às eleições do sindicato, no dia 10 de maio, pedem a saída "de cinco elementos que desde outubro de 1980 ocupam o Sindicato e são estranhos à classe. Esses elementos se dizem funcionários do GETAT mas são da PF", informa a nota. Querem também a retirada de quatro soldados da PM "à paisana, mas armados, dentro da sede, numa intromissão intolerável da vida sindical". Os candidatos da chapa 2, de oposição ao interventor, temem que este clima de ameaças provoque novos conflitos ou mortes como ocorreu em 1980 quando o candidato da oposição, conhecido como "Gringo", foi assassinado por jagunços até hoje não identificados (FSP).

12

Trabalhadores querem anular eleições

Os integrantes da chapa 2 das eleições para o STR de *Conceição do Araguaia*, o mais importante do Pará, vão pedir a anulação do processo eleitoral realizado domingo, alegando os mais diversos tipos de irregularidades. De acordo com eles, o processo foi comandado pela PM e pela PF. A eleição do sindicato de Conceição do Araguaia está sendo considerada como a mais importante no Pará, nos últimos anos, tendo por trás uma disputa entre o governo, que apóia a chapa 1, de situação, através do GETAT, e a Igreja, que dá seu apoio à oposição. Há mais de dez anos esta agremiação é presidida pelo interventor Bertoldo Lima o qual concorre à reeleição pela chapa 1 (ESP).

Pernambuco

JANEIRO

16

Foi assassinado José Bezerra, delegado sindical do STR de *Bo-nito* (O Trabalhador Rural – CONTAG – nº 2 – Dez./81).

JULHO

Sindicatos mantêm diretoria da FETAG-PE

A FETAG-PE realizou ontem suas eleições, quando foi mantida quase toda a diretoria atual. À frente, o presidente José Rodrigues da Silva.

São Paulo

JULHO

15

Bóias-frias nos sindicatos

Bóias-frias e trabalhadores rurais da região de *Reginópolis* contam, desde o dia 25 de maio deste ano, com representação sindical reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Desta forma, o STR de *Reginópolis* passa a ser o trigésimo a ter presença maciça de bóias-frias em sua diretoria e no quadro de filiados, segundo dados da FETAG-SP (FSP).

28

Bóias-frias em campanha

Piso salarial (Cr\$ 17.000,00), reajustes 10% acima do INPC, transporte gratuito e seguro para as fazendas, estabilidade por 60 dias e pagamento dos dias parados, devido a chuvas e outros fatores alheios à vontade do trabalhador. Essas são as principais reivindicações aprovadas, domingo, pela assembléia do STR de *Bernardino de Campos*, que deu início à campanha salarial da categoria. O sindicato congrega os bóias-frias de Ourinhos, Avaré, Ipaussu, Chavantes, Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo (FSP).

Outras

MARÇO

29

Sombra da LSN sobre sindicalistas

Diretores da CONTAG e das FETAGs distribuíram documento protestando contra a “tendência” de enquadramento na LSN do presidente da Confederação, José Francisco da Silva, e do representante da entidade no Acre. Eles estão sendo processados em Manaus, acusados de incitamento à desobediência coletivas das leis, no caso do assassinato de um seringueiro em Brasília (AC). No documento, a CONTAG apresenta um balanço “parcial” dos conflitos de terra no País, que entre 1977 e 1979 envolveram mais de 75 mil pessoas, e criticam a política fundiária do Governo. Os recentes dados de cadastramento do

INCRA, de 1978 – prossegue o documento –, mostram “um aumento de concentração da propriedade rural” e a política governamental agrícola tem estimulado, através de programas como o PRÓ-ÁLCOOL, a expansão da grande propriedade, ao mesmo tempo que, negando apoio necessário em termos de crédito, preços mínimos e comercialização, à pequena propriedade, inviabiliza a atividade dos pequenos produtores, responsáveis pela maior parte da produção de alimentos em nosso País. A estrutura agrária, reforçada pela política governamental de favorecimento à grande propriedade – que vai desde os incentivos fiscais até o financiamento de projetos agropecuários – é a grande responsável pela marginalização dos trabalhadores rurais e pelos conflitos de terra que se generalizam no País. É o seguinte o quadro de conflitos, Estado por Estado:

Amazonas – em Boca do Acre, posseiros foram vítimas de despejos, violências e ameaças por parte de jagunços a soldo dos grandes proprietários, com prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais rurais;

Pará – Conceição do Araguaia é palco de mais de sessenta conflitos, todos de graves consequências para os trabalhadores rurais, como o que ocorreu, em Tupã-Ciretã, onde o oficial de Justiça, com a colaboração da polícia e de jagunços, comandou torturas, violências sexuais e queima de casas;

Maranhão – em São Luís Gonzaga foram queimadas 92 casas e outros bens dos trabalhadores, ficando ao relento mais de 600 pessoas;

Mato Grosso – já ocorreram expulsões de posseiros nos municípios de Ponte de Lacerda, Rio Vermelho, Cáceres, Rondonópolis e Diamantino;

Goiás – no município de Sampaio, um helicóptero disparou rajadas de metralhadoras sobre as casas, despejou bombas sobre as plantações;

Piauí – há conflitos em José de Freitas, Pimenteiras, Aroazes e Oeiras, envolvendo 900 famílias;

Ceará – em Parambu, 250 famílias tiveram suas posses cercadas por grileiros;

Rio Grande do Norte – a fazenda Ingá, em Taipu, foi objeto de pretensão do grileiro que tentou expulsar a tiros cerca de 33 famílias;

Paraíba – este é o Estado que apresenta conflitos de maior gravidade: Salgado de São Félix, Caaporã e Pedras de Fogo;

Pernambuco – em Igarassu, a tensão atinge 300 famílias, das quais 108 já foram expulsas;

Alagoas – foram despejados lavradores em União dos Palmares, São Luís do Quitunde e Penedo;

Sergipe – conflitos na ilha de São Pedro, Pacatuba.

A amostragem da CONTAG descreve ainda a situação nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e denuncia os assassinatos de trabalhadores ocorridos em 1980. Segundo a CONTAG, nenhuma providência foi tomada para esclarecimento destes assassinatos enquanto a morte do seringueiro provocou uma reação imediata da polícia que “armou uma praça de guerra em Brasília para prender os trabalhadores que foram torturados na prisão e esperaram quatro meses para obterem habeas-corpus” (FSP).

ABRIL

7

Sindicatos rurais contra processo do Acre

Os 2.600 STRs de todo o Brasil vão enviar, depois de amanhã, telegrama à 12ª Auditoria Militar, em Manaus, protestando contra o enquadramento na LSN de José Francisco da Silva e

de João Maia da Silva. A informação foi prestada ontem em Belo Horizonte, pelo presidente da FETAG-MG, André Montalvão, que também confirmou a presença, em Manaus, de todos os presidentes de federações regionais, que vão acompanhar o primeiro depoimento dos dois indiciados. Os sindicalistas da CONTAG, juntamente com Luís Inácio da Silva, Lula, e Jacó Bitar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP), são acusados de "incitamento à desobediência coletiva às leis" (FSP).

8

Documento do Acre condenado

O presidente do STR de Rio Branco, Raimundo Lopes de Melo, condenou ontem o documento divulgado na semana passada pela Federação de Agricultura do Acre, com acusações à CONTAG, Igreja e governo do Estado, dizendo que a entidade que preside "não concorda de maneira alguma com as posições assumidas pelo presidente Francisco Diógenes". O presidente regional do PTB chamou o documento de "subversivo" e pediu o enquadramento de seu signatário na LSN. Já a CONTAG limitou-se a dizer que o documento "repete os velhos e já gastos chavões, que não impressionam mais ninguém" (ESP).

9

Sindicalistas vão depor

Três dos cinco sindicalistas vão depor hoje na Auditoria Militar do Amazonas, sob a acusação de terem incitado, em comércio no Acre, ano passado, a ato de vingança pelo assassinato de um lavrador, que resultou na morte de um homem. Luís Inácio da Silva, Lula, afirmou que vai a interrogatório tranquilo, pois tanto ele quanto os outros quatro acusados estão inocentes. Lula disse que o processo não deveria nem existir, e justificou: "O que eu e os demais companheiros fizemos em Brasília (no Acre), fizemos também no Brasil inteiro, isto é, tentamos organizar a classe trabalhadora" (JB).

10

Negada preventiva para sindicalistas

O Conselho de Sentença da 12ª Circunscrição Judiciário-Militar negou ontem, por unanimidade, o pedido de prisão preventiva contra os sindicalistas Luís Inácio da Silva (Lula), Jacó Bitar, José Francisco da Silva, Francisco Alves Mendes Filho e João Maia da Silva Filho (FSP).

25

CONTAG fará campanha de mobilização

A partir da decisão tomada pelo Conselho de Representantes da CONTAG, será realizada, em todo o País, uma campanha de mobilização contra a possibilidade de condenação de José Francisco da Silva, de João Maia da Silva, delegado da CONTAG no Acre e mais três sindicalistas, informou-se ontem em Brasília. A campanha está sendo coordenada pelas federações estaduais, que pretendem transformar o 19 de Maio em ponto alto de manifestações contra o enquadramento dos acusados. Os temas da campanha são a defesa da liberdade sindical, da reforma agrária, de um modelo agrícola que atenda aos interesses dos pequenos agricultores e de salários que atendam às necessidades das famílias assalariadas. Segundo o presidente da CONTAG, a Auditoria Militar de Manaus já recebeu mais de quatrocentos telegramas e "o promotor queixou-se por não querer trabalhar sob pressão". Além dos telegramas, os sindicalistas receberam apoio de todos os partidos oposicionistas, de diferentes seccionais da OAB e demais entidades, além de bispos da região Nordeste (FSP).

AGOSTO

5

União dos trabalhadores: tema do I Congresso

O arcebispo dom Helder Câmara e o ex-governador Miguel Arraes encerraram, ontem, no Seminário de Olinda, o I Congresso de Delegados Sindicais, presidido pelo presidente da CONTAG, e que contou ainda com a participação de Jarbas Vasconcelos, Gregório Bezerra e do presidente da Comissão Justiça e Paz (Pernambuco), Pedro Eurico de Barros. No encontro, o tema central foi a necessidade de união dos trabalhadores de uma forma não-violenta, tendo o arcebispo de Olinda e Recife defendido a não-violência como meio de os trabalhadores rurais conseguirem melhores condições de vida. O ex-governador Miguel Arraes defendeu a união dos trabalhadores, como meio de conquistar direitos (ESP).

15

CONTAG quer mudar política

O Segundo Encontro Interestadual de Política Agrícola, que reuniu, em Curitiba (PR), por uma semana, 52 dirigentes sindicais representando sete FETAGs, fixou três linhas de atuação na área: levantamento nacional do custo de produção dos principais produtos cultivados por pequenos produtores; organização dos lavradores em comunidades de base; e análise profunda do cooperativismo, com perspectiva, a longo prazo, de cooperativas de crédito e de consumo. O presidente da CONTAG, promotora do encontro, salientou que as diretrizes fixadas têm como finalidade a modificação da atual política agrícola do governo (ESP).

29

CONTAG: é grave a situação rural

O presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, disse ontem, em depoimento na Comissão de Direitos Humanos da OAB no Rio, que "a situação atual dos trabalhadores rurais do País é tão problemática que ninguém pode prever o que irá acontecer no setor, nos próximos oito ou dez meses". Segundo ele, "está aumentando o número de desempregados rurais, que além disso já começam a ter a companhia dos que estão fugindo do desemprego das cidades. Não temos ainda números do problema", disse, "mas, as FETAGs têm levantado o assunto com frequência, sobretudo no que diz respeito à inversão do êxodo rural, hoje uma realidade principalmente em São Paulo". Segundo o sindicalista, o Brasil tem 11 milhões de trabalhadores rurais. Deles, oito milhões são assalariados e destes, 6 milhões e meio são bóias-frias. Na classe, 9 milhões de famílias não possuem "um palmo de terra para trabalhar. A saída para este povo está numa reforma agrária drástica, já que em nosso País, 78% das terras cadastradas pertencem a latifúndios, cada vez mais poderosos, política e financeiramente. Que o governo, pelo menos, faça uma revisão na sua política econômica, com ênfase especial na política agrícola e apoio maior ao pequeno agricultor. O Ministério do Trabalho, é impotente para resolver o problema", completou. O presidente da OAB, Bernardo Cabral, disse que "todas as acusações contidas no livro-relatório ('As Lutas Camponesas no Brasil' — José Francisco da Silva) e colhidas no depoimento do Autor serão levadas ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em Brasília, na próxima reunião" (FSP).

SETEMBRO

11

CENTRU promove seminário

Nos dias 11, 12 e 13 realizou-se no Recife o Seminário de Formação e Informação de Trabalhadores Rurais, promovido pelo CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural). Desse seminário participaram cerca de 150 sindicalistas rurais, a maioria de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, que discutiram as principais dificuldades que encontram em construir um sindicalismo democrático, combativo e organizado, que unifique a base e a direção na luta prática de defesa dos trabalhadores e que seja independente do Estado, dos padrões e com autonomia frente aos partidos políticos. Estiveram presentes, relatando experiências e estimulando discussões, Luís Inácio da Silva, o Lula; o educador Paulo Freire; Raulfo, presidente do STR de Santarém - PA; o P. José Servat, da A. C. R.; e Herbert de Souza, diretor do IBASE.

NOVEMBRO

7

CONTAG relata à OAB obstáculos ao seu trabalho

O Conselho Seccional paulista da OAB examinou ontem do-

cumento elaborado em assembléia-geral ordinária da CONTAG, firmado pelos dirigentes das FETAGs de vários Estados, no qual denunciam as condições adversas em que militam na defesa dos direitos e reivindicações do trabalhador rural. É manifestada ainda a apreensão "face à tendência verificada na atuação dos órgãos governamentais da área de segurança de considerar atos praticados, no exercício da atividade sindical, como crimes previstos na LSN." Como exemplo é citado o processo contra o presidente da CONTAG e contra o delegado sindical no Acre e Rondônia, sujeitos a penas de até 30 anos de reclusão (FSP).

14

CONTAG conclui por reforma agrária

"Só uma reforma agrária efetiva, que implique em redistribuição de terra, de renda e de poder, será capaz de dar resposta definitiva ao problema fundiário do Brasil". Esta é uma das afirmações contidas no documento sobre política agrária do Governo e dos conflitos de terra no País, divulgado pelo presidente da CONTAG, como resultado do encontro realizado esta semana, em Brasília, para tratar do problema da terra no Brasil. Elaborado por 120 líderes sindicais e representantes de comunidades de posseiros envolvidos em conflitos, o documento foi entregue aos líderes oposicionistas Benedito Marcílio

A Questão Agrária na I CONCLAT

José Francisco da Silva (*)
Gelindo Zulmiro Ferri

A CONCLAT E O SEU SIGNIFICADO

A histórica Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - a CONCLAT - é expressão da grande disposição de luta e de organização dos trabalhadores brasileiros. A 1ª CONCLAT representa um marco na marcha dos trabalhadores da cidade e do campo para a unificação de suas lutas, a nível nacional. É a quebra do isolamento imposto ao Movimento Sindical pelos dezessete anos de regime autoritário.

A representatividade da CONCLAT superou todas as expectativas. Realizada de 21 a 23 de agosto último, a CONCLAT reuniu mais de cinco mil delegados, em Praia Grande, Santos. Para lá deslocaram-se, enfrentando grandes distâncias e sacrifícios, trabalhadores de todos os Estados do Brasil. Fizeram-se representadas 1.127 Entidades. O campo participou com 348 Sindicatos, 17 Federações e a CONTAG, totalizando quase 1.200 Delegados. Da área urbana participaram 480 Sindicatos, 33 Federações, 3 Confederações e 208 Entidades, abrangendo funcionários públicos e associações pré-sindicais.

Representantes de entidades sindicais internacionais e outras personalidades convidadas fizeram-se presentes - a Federação Sindical Mundial, a Central Latino-americana de Trabalhadores, Centrais Sindicais do Uruguai, da França, da Alemanha, de Portugal, de Angola, dos Estados Unidos e da Itália, bem como Parlamentares da oposição, o Presidente da UNE e representante da OAB.

A CONCLAT é a resposta dos trabalhadores, num momento em que o nosso País atravessa a maior crise dos últimos tempos, com o agravamento do desemprego, dos baixos salários e da expulsão da terra; quando a renda é cada vez mais concentrada e o cidadão brasileiro tem suas liberdades fundamentais cerceadas; quando torna-se insustentável o sacrifício que recai sobre a população, enquanto são mantidos os interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, dos empresários, do setor financeiro e dos latifundiários.

A classe trabalhadora, a que mais vem sofrendo os efeitos do capitalismo selvagem implantado em nossa Pátria, não aceita que continue sendo cada vez mais jogado sobre suas costas o ônus desse sistema.

Diante desse quadro, a CONCLAT não se limita a denunciar as injustas condições de vida e trabalho, as arbitrariedades e violências sofridas pelos trabalhadores. A CONCLAT levanta as bandeiras do conjunto dos trabalhadores brasileiros, como a estabilidade no emprego; salário mínimo real unificado; amplas liberdades democráticas; liberdade e autonomia sindical e reforma agrária. A CONCLAT aponta urgentes medidas necessárias ao estabelecimento de dignas condições de vida e trabalho para todos junto aos demais setores democráticos da sociedade brasileira pela conquista de amplas liberdades democráticas, da justiça social e da preservação dos interesses nacionais. Na CONCLAT a própria classe trabalhadora assume importantes compromissos voltados para a intensificação das lutas e da organização dos trabalhadores pela conquista de suas bandeiras.

É definido um Plano de Lutas. É decidida a construção de um organismo capaz de coordenar, unificar e ampliar as lutas dos trabalhadores brasileiros - a sua Central Única. É fixado, para agosto de 1982, o próximo Congresso Nacional. E, para dar encaminhamento às resoluções da CONCLAT, a nível nacional, é formada a COMISSÃO PRÓ-CUT. A vitoriosa CONCLAT traz novas esperanças. Desde o início dos anos 60, quando por ocasião do Terceiro Congresso Sindical Nacional foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, não se realizava no País um encontro nacional das classes trabalhadoras. O CGT, extinto pelo golpe de 1964, foi antecedido por outros organismos intersindicais que nasceram da luta dentro dos sindicatos, rompendo com a estrutura sindical vertical traçada pela Ditadura do Estado Novo. No entanto, esses organismos só conseguiram resistir à reação nos períodos de maior avanço da organização dos trabalhadores. Enfrentando limitações impostas pelo regime; não se abatendo com a repressão; e não se perdendo em divergências, os trabalhadores brasileiros abrem, com a CONCLAT, novos espaços para a unificação de suas lutas e para a revitalização de sua organização sindical. Durante três dias e três noites de trabalho, os companheiros do campo e da cidade participaram dos debates com veemência e responsabilidade. O conjunto dos companheiros saíram da CONCLAT revigorados para levar as suas resoluções e linhas comuns de ação às fábricas, ao campo, à construção civil, enfim, a todos os grupos de trabalhadores. (...)

(PT-SP), Odacir Klein (PMDB-RS) e Alceu Colares (PDT-RS). Observa o documento que, somente este ano, a CONTAG registrou 257 conflitos, envolvendo mais de 200 mil pessoas em todo o País e que, nos últimos dois anos, foram assassinados sete dirigentes sindicais, dezoito trabalhadores rurais e dois advogados.

O documento critica a política econômica do Governo, afirma que o INCRA tem sido condescendente com latifundiários que alteram suas declarações cadastrais para se enquadrarem como empresas e fugirem à desapropriação, e que o GETAT "tem atuado muito mais como regularizador da situação irregular das terras dos grandes grupos, do que no sentido de atender às reivindicações dos posseiros". Diz que o GETAT, beneficiando-se da impunidade assegurada por sua ligação com a Secretaria do CSN, tem interferido abertamente na vida sindical da região, bem como participado de operações policiais contra posseiros.

Critica o PRÓ-ÁLCOOL e o projeto do cerrado, ressaltando que eles excluem o trabalhador rural, por seus critérios de seleção, e estimulam a expulsão do trabalhador da terra. "É preciso ser acionado o Fundo Nacional de Reforma Agrária — acrescenta — para que as desapropriações se façam com a rapidez necessária. É inaceitável que a questão agrária seja considerada matéria de segurança nacional. Torna-se indispensável acabar com o GETAT, o GEBAM e outros órgãos do gênero. Além

disso, é indispensável que o CSN se abstenha de qualquer interferência em matéria fundiária, por não ser esta sua competência".

Segundo o documento, é imprescindível a desapropriação das áreas de conflito, a reformulação da política de crédito rural, para que o crédito se transforme em instrumento desconcentrador de renda; assistência técnica voltada efetivamente para os pequenos produtores; e aumento da pauta de produtos com preços mínimos garantidos, com prioridade para aqueles que são básicos para os trabalhadores (FSP).

DEZEMBRO

20

Julgamento de sindicalistas será em 82

O processo em que Luís Inácio da Silva, Jacó Bitar, José Francisco, Francisco Mendes e João Maria estão enquadrados na LSN, somente irá a julgamento no próximo ano, pois a 12ª Circunscrição Militar, por onde ele corre, iniciou o recesso de fim de ano, devendo reiniciar atividades somente no próximo dia 4. O juiz já ouviu as testemunhas de defesa dos acusados, através de carta precatória às cidades de Rio Branco, Xapuri e Brasília (FSP).

SOBRE AS CONCLUSÕES

Os trabalhadores presentes à 1ª CONCLAT aprovaram em plenário uma série de resoluções, fruto das discussões havidas nas Comissões de Sindicalismo e Direito do Trabalho, Política Agrária, Previdência Social, Política Salarial e Problemas Nacionais.

Sobre a Reforma Agrária

A Reforma Agrária, exigência maior dos trabalhadores rurais, reafirmada no Terceiro Congresso Nacional da Classe, é hoje uma das bandeiras do conjunto dos trabalhadores brasileiros. Na CONCLAT é exigido do Governo:

- a decisão política de implantação da Reforma Agrária ampla, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade;

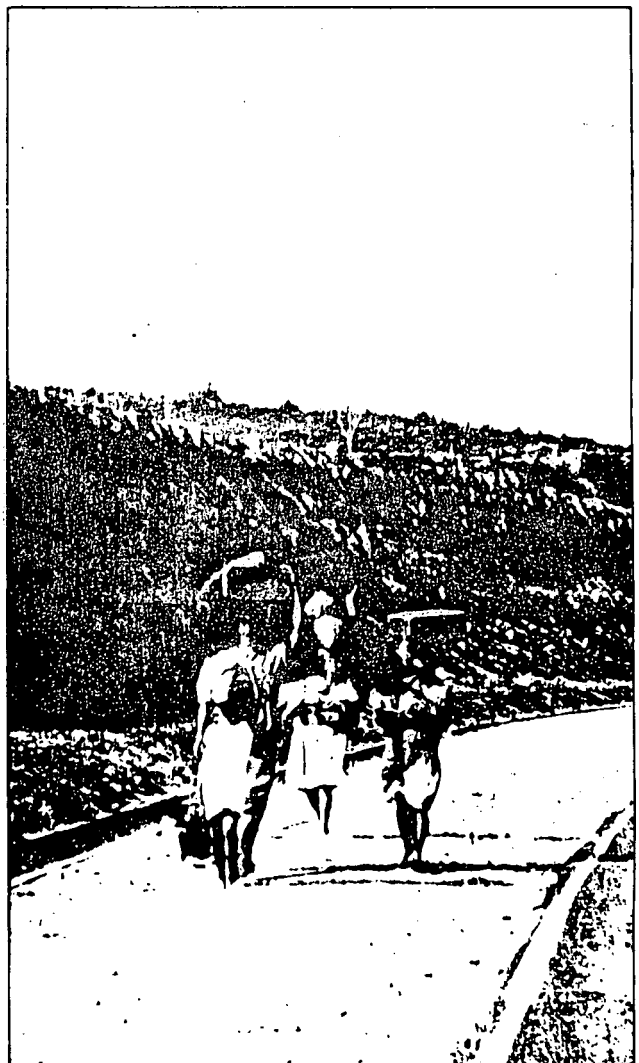
- Reforma Agrária *ampla*, quer dizer, que seja implantada em todo o território nacional; *massiva*, que dê acesso à terra a milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; *imediata*, que seja estabelecido, com urgência, um projeto de Reforma Agrária, com metas anuais definidas e com prazo estabelecido para terminar; e *com a participação dos trabalhadores rurais*, ou seja, que os trabalhadores rurais participem de todas as fases de elaboração e execução do programa de Reforma Agrária.

A Reforma Agrária é entendida também na CONCLAT como condição para que os trabalhadores sem terra possam integrar uma sociedade humana e justa e ser uma força ativa e produtiva, dotada da necessária participação política.

- que se definam, como formas ideais de assentamento capazes de promover a Justiça Social, as propriedades de tipo familiar, cooperativo e coletivo;

- que o órgão executor da Reforma Agrária seja vinculado diretamente à Presidência da República e seja dotado de estrutura e recursos suficientes para a execução do Programa;

- a elaboração de uma lei criando o instituto da perda sumária da propriedade para aquelas propriedades não trabalhadas em regime de economia familiar que não explorem sua área agricultável.



É denunciada à Nação a existência de projetos oficiais, elaborados e executados em desacordo com o Estatuto da Terra, contrariando o interesse dos trabalhadores rurais, provocando sua marginalização e desagregação. Esses projetos são de responsabilidade do INCRA, SUDENE, SUDAM, BNDE, CODEVASF, CHESF, DNOCS, Ministério da Agricultura, Secretarias de Agricultura e outros órgãos oficiais estaduais e federais.

O Governo é responsabilizado pela ocorrência de violências contra os trabalhadores rurais e suas lideranças, incluindo assassinatos, espancamentos, prisões e todo tipo de arbitrariedade, na medida que permite a impunidade de seus autores e ainda enquadrar os legítimos representantes dos trabalhadores e colaboradores, na LSN.

Sobre Colonização

Considerando que a Colonização é colocada como pretexto para a não realização da Reforma Agrária, nos moldes e na forma em que a realidade brasileira a tem cobrado, foi manifestado na 1ª CONCLAT o repúdio ao processo de colonização atualmente em curso e denunciada a expulsão de colonos e posseiros, e sua transformação em mão-de-obra barata e escrava, provocada pelos erros e desvios dessa Colonização como alternativa oficial para não fazer a Reforma Agrária. Exige-se que a Colonização seja realizada somente por órgãos oficiais com a participação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e não por colonizadoras particulares. E que seja realizada uma Colonização voltada para a criação massiva de unidades de produção de tamanho familiar, em benefício dos trabalhadores rurais. Considerando a situação generalizada no País, de conflitos de terra, a 1ª CONCLAT condena e denuncia o processo criminoso de grilagem e a canalização massiva de incentivos fiscais em favor de "grandes projetos" manifestamente anti-sociais, reivindicando e exigindo do Governo medidas mais eficazes:

- uma investigação ampla e vertical sobre o surgimento de imensos novos latifúndios a partir da concessão ou venda simbólica de terras públicas, com expulsão de posseiros e surgimento de áreas de tensão social e conflito;
- que seja vetada, por lei, a concessão ou alienação de terras públicas a grupos econômicos, e que as mesmas sejam distribuídas a trabalhadores rurais sem ou com pouca terra;
- retorno ao domínio público dos latifúndios disfarçados em empresas, distribuindo-os a trabalhadores rurais;
- que os processos discriminatórios sejam feitos por áreas menores,

para evitar processos volumosos e lentos, dificultando o seu término, e sob o rigor necessário, assegurando ao trabalhador radicado na área o direito de nela permanecer;

- que as áreas arrecadadas pelo Poder Público nas ações discriminatórias, ao invés de serem leiloadas, sejam distribuídas a trabalhadores rurais sem terra;
- a criação e implantação, em todo o Território Nacional, de uma Justiça Agrária para julgar todas as causas relativas ao uso, posse e propriedade da terra;
- que nos casos de desapropriação por utilidade pública, todos os trabalhadores rurais atingidos sejam reassentados em terras que ofereçam as mesmas condições de fertilidade e situadas nos mesmos municípios ou na mesma região.

Sobre Política Agrícola

Considerando que são os pequenos agricultores aqueles que trabalham a terra em regime de economia familiar, detendo ou não a sua propriedade, sendo responsáveis por 50% da produção agrícola nacional, e que a injusta Política Agrícola oficial que marginaliza os pequenos agricultores se constitui em um dos fatores responsáveis pelo êxodo rural, pela diminuição do número de pequenas propriedades e o aumento dos latifúndios, reivindicou-se na 1ª CONCLAT, a adoção de medidas, tais como:

- que o Poder Público concentre todos os meios para incentivar as culturas de pequenos agricultores destinadas ao abastecimento interno, no estrito interesse nacional;
- que haja um melhor planejamento, a nível nacional, das áreas a serem plantadas, para que não ocorra falta de produtos essenciais. Para tanto é preciso cuidar da diversificação das explorações, a fim de não haver importações de feijão, arroz, milho, cebola, carne e muitos outros produtos, pois a preocupação oficial está concentrada na exportação de um número bem reduzido de produtos;
- criação de um programa especial de crédito, elevando-se os seus recursos de 10% para 50%, para atender às reais necessidades dos autênticos pequenos agricultores, proprietários ou não, observando-se os critérios de mínima burocracia, juros mais baixos, prazos mais dilatados, garantia constituída somente pelo penhor da produção; com orientação técnica, respeitando os interesses e necessidades dos pequenos produtores.

SIGLAS

ABRA Associação Brasileira de Reforma Agrária
 BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
 CEB Comunidade Eclesial de Base
 CENTRU Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
 CESP Centrais Elétricas de São Paulo
 CIMI Conselho Indigenista Missionário
 CLT Consolidação das Leis Trabalhistas
 CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 COBAL Cooperativa Brasileira de Alimentos
 CODEVASF Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
 CONCLAT Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
 CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
 CPO Comissão de Pastoral Operária
 CPT Comissão Pastoral da Terra

DNOCS Departamento Nacional de Obra Contra a Seca
 DOI-CODI Departamento de Operações Internas do Centro de Operações de Defesa Interna
 DOPS Departamento de Ordem Política e Social
 DPF Departamento de Polícia Federal
 DPPS Departamento de Polícia Política e Social
 DRT Delegacia Regional do Trabalho
 ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
 EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 FETAG Federação dos Trabalhadores na Agricultura
 FUNAI Fundação Nacional do Índio
 GEBAM Grupo Executivo do Baixo Amazonas
 GEMAT Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
 IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
 IBRA Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
 INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
 INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor

- que a introdução da mecanização não seja prejudicial ao aproveitamento da mão-de-obra, incentivando-se o uso da tração animal, a adubação orgânica e a policultura;
- nacionalização das empresas multinacionais que produzem insumos agrícolas (adubos, venenos, etc.);
- imediata reformulação do Plano de Emergência de combate aos efeitos da seca, no Nordeste, com a participação dos trabalhadores e da liderança sindical.

Sobre as principais bandeiras de luta

A 1ª CONCLAT levanta como principais bandeiras dos trabalhadores a luta contra o desemprego; a luta pela reforma agrária; a luta pelo direito à moradia; a luta contra a carestia; a luta pela liberdade e autonomia sindical; a luta pelas liberdades democráticas.

Luta contra o desemprego: Não aceitamos o sacrifício gerado pelo descalabro do sistema econômico em vigor e, por isso, lutamos pelo pleno emprego, por uma jornada de 40 horas semanais, sem redução de salários, e pela estabilidade a partir do primeiro dia de trabalho.

Luta contra a carestia: Não suportamos mais o alto custo de vida, que se reflete nos exorbitantes preços dos alimentos, dos alugueis, dos remédios, do transporte coletivo e dos insumos agrícolas, enquanto pequeno grupo de privilegiados fica cada vez mais rico à custa da miséria do povo.

Luta contra o "Pacote" Previdenciário: Não admitimos qualquer redução nos benefícios e nos serviços de assistência médico-hospitalar devidos pela Previdência à classe trabalhadora. Exigimos a extensão desses benefícios aos trabalhadores rurais, mantido o custeio dos fundos através da contribuição indireta.

Luta pela Reforma Agrária: Não nos conformamos com a crescente concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos, enquanto milhões de famílias que dependem da terra para seu sustento, não têm um palmo sequer para nela trabalhar. Os trabalhadores do campo e da cidade reivindicam uma reforma agrária ampla, massiva e imediata que conte com a participação direta dos trabalhadores rurais, e defendemos uma política agrícola que garanta o justo preço para os produtos.

Luta pelo Direito à Moradia: Não agüentamos a marginalização a que está sendo submetida grande parte da população do campo e da

cidade, obrigada a viver em favelas, mocambos e palafitas. Repudiamos a política habitacional do Governo e apontamos como justas as tentativas daqueles que lutam pelo direito a uma moradia decente.

Luta pela Liberdade e Autonomia Sindical: Não necessitamos da tutela estatal, ou de quem quer que seja para definirmos os rumos do movimento sindical. Repudiamos veementemente o assassinato, a prisão, o enquadramento, o afastamento e cassação de dirigentes sindicais livremente eleitos. Somos firmemente pela revogação da LSN e de todas as limitações ao exercício do direito de greve.

Luta pelas Liberdades Democráticas: Estamos convencidos de que só alcançaremos nossas reivindicações com o fim do atual regime político-econômico e a construção de um Estado efetivamente democrático, que conte com a participação direta da classe trabalhadora e que passe por uma Assembléia Nacional Constituinte, Democrática e Soberana. No Plano de Lutas saído da 1ª CONCLAT estão traçados compromissos de ação conjunta dos trabalhadores, preparando-se inclusive para ir à greve geral, na luta pela conquista dessas reivindicações. É programada também a realização do "Dia Nacional de Luta" – 19 de outubro de 1981.

Os trabalhadores são conclamados em todo o País, a partir dos locais de trabalho, nos sindicatos, nas fazendas, nas fábricas, nas oficinas, nas repartições públicas e em qualquer comunidade, a fazer do "Dia Nacional de Luta" mais um passo para a construção da Central Única dos Trabalhadores e pela grande arrancada para a conquista das reivindicações da classe trabalhadora. Nesse mesmo dia, enquanto são realizados atos públicos, assembleias e passeatas em todo o País, a Comissão PRÓ-CUT dirige-se ao Presidente da República para fazer a entrega do documento contendo as reivindicações aprovadas na 1ª CONCLAT.

Temos consciência de que a conquista de nossas bandeiras está na dependência, sobretudo, da força organizada do conjunto da classe trabalhadora demonstrada em lutas concretas.

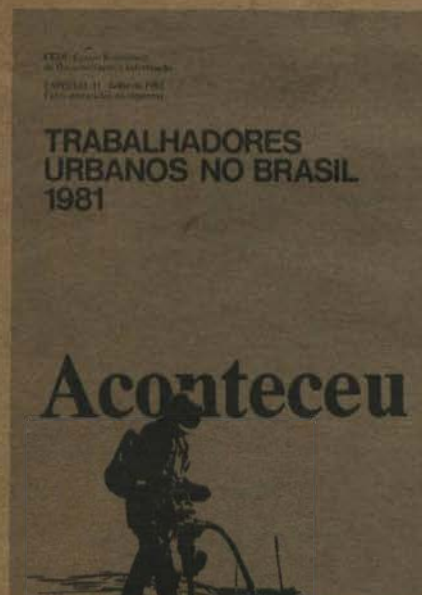
(*) Presidente e Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
(Reforma Agrária, nov/dez, 1981)

PERIÓDICOS UTILIZADOS

Estado de Minas Gerais
Folha de São Paulo (FSP)
Jornal do Brasil (JB)
Movimento
O Estado de São Paulo (ESP)
O Trabalhador Rural
Resistência

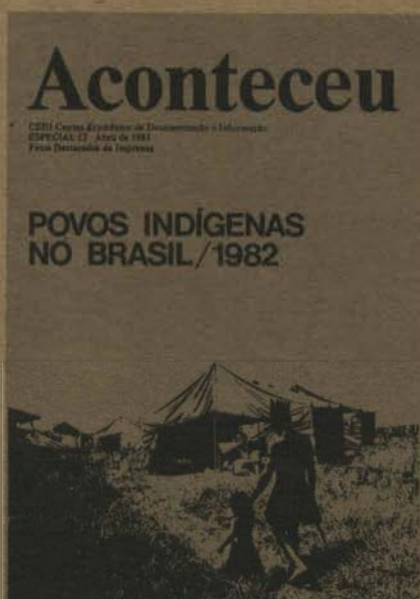
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PC do B Partido Comunista do Brasil
PDS Partido Democrático Social
PDT Partido Democrático Trabalhista
PF Polícia Federal
PM Polícia Militar
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROAGO Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROÁLCOOL Programa Nacional do Alcool
PROTERRA Programa de Desenvolvimento e Trabalho da Terra
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
STF Supremo Tribunal Federal
STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRT Tribunal Regional do Trabalho
TST Tribunal Superior do Trabalho

VALE A PENA LER VALE A PENA LER VALE A PENA LER



ACONTECEU ESPECIAL 11
Trabalhadores Urbanos 1981
Tempo e Presença Editora
78 págs.

Cronologia dos eventos que fizeram a vida dos trabalhadores das cidades neste ano feita através de levantamento das notícias saídas na imprensa. A publicação reúne as lutas, greves, reivindicações, eleições sindicais, a repressão sofrida e as vitórias de cada uma das categorias de trabalhadores urbanos no Brasil (Metalúrgicos, Petroleiros, Operários da Construção Civil, Têxteis, Bancários, Funcionalistas, Domésticas, Professores e muitos outros). Inclui ainda artigos sobre a constituição da CONCLAT, eleições nos sindicatos dos metalúrgicos, greve dos trabalhadores da FIAT e outros.



ACONTECEU ESPECIAL 12
Povos Indígenas no Brasil - 1982
108 págs.

Reúne quase todas as notícias a respeito dos 78 povos indígenas que saíram em cerca de 44 jornais diários e um mensal durante o ano de 1982. Foram também incluídos mapas com a localização dos grupos que foram noticiados. Além de mapas e fotos, este Aconteceu Especial inclui 16 comentários, escritos por colaboradores (antropólogos, indigenistas, missionários e leigos ligados ao CIMI, OPAN, etc.). Esses comentários funcionam como verdadeiras "chaves de leitura", introduzindo o leitor à realidade do grupo indígena e chamando a atenção para problemas importantes que não foram noticiados. Além das notícias por grupos indígenas foi reunido material de imprensa sobre os seguintes temas: Movimentos de Organização Indígena, Índios, Eleições e Partidos, FUNAI, Igrejas e Índios, Entidades Cívicas de Apoio e Antropólogos. O Aconteceu foi pensado para ter uma utilidade prática. Os dados reunidos servem como informação útil para que os próprios índios reconheçam as diferentes situações em que vivem e para que identifiquem problemas e formas comuns de luta. Para os que lutam em defesa dos povos indígenas, o Aconteceu funciona como "memória", lembrando o que já aconteceu, ajudando a fazer a história do movimento indígena e lembrando promessas feitas e nem sempre cumpridas, especialmente no que diz respeito às demarcações de terra. Para quem não é especialista, o Aconteceu dá uma visão ampla da situação dos povos indígenas no Brasil, de seus problemas, de suas lutas e de suas vitórias.



ACONTECEU SEMANAL
Fatos Destacados da Imprensa
Assinatura anual
12 a 16 págs.

O material que serve de base para fazer os ESPECIAIS está no ACONTECEU Semanal. É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em: trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igreja, política nacional, internacionais, e outras. Contém também uma seção de Cartas do Leitor, onde são divulgadas datas de cursos, seminários, convocações, manifestações, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, Comissões Pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Para quem se interessa na questão indígena o ACONTECEU Semanal permite um acompanhamento detalhado e em profundidade da caminhada dos povos indígenas na luta pela sua autodeterminação, feito com base nas notícias de jornais regionais e do eixo Rio-SP. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou que quer conhecer as diversas situações de contato, de lutas e reivindicações dos grupos indígenas de todo Brasil.